



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

187ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 16 e 17 de março de 2011

BRASÍLIA – DF

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

187ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

Data: 16 e 17 de março de 2011

Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e onze teve início a Centésima Octogésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência do Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – FENAVAPE, Carlos Eduardo Ferrari. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do CNAS: Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS e Representante Titular da Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – FENAVAPE; Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Conselheira Brenda Ferreira Silva, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Conselheira Anna Cláudia Romano Pontes, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Conselheiro Caio Nakashima, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Conselheiro José Geraldo França Diniz, MPOG; Conselheira Fátima Rampim, MPS; Conselheiro José Ferreira Crus, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Conselheira Rita de Cássia Freitas Coelho, MF; Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, CONGEMAS; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, CONGEMAS; Conselheiro Pedro Vilmar Ost, União Brasileira de Educação e Ensino – UBEE; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, Fundação ORSA; Conselheiro Antônio Celso Pasquini, União Social Camiliana; Conselheiro Renato Saidel Coelho, Associação da Igreja Metodista; Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Federação Espírita Brasileira; Conselheira Leila Pizzato, Associação Antônio Vieira; Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Associação Brasileira de Autismo; Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araujo, FENEIS; Conselheiro José Araujo da Silva, Pastoral da Pessoa Idosa; Conselheiro Samuel Rodrigues, Movimento Nacional de População de Rua; Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos, Federação Nacional das APAES; Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite, Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, CNTSS/CUT; Conselheira Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho, OAB; Carlos Rogério de Carvalho Nunes, CTB; e Conselheira Iolete Ribeiro da Silva, Conselho Federal de Psicologia. **Visitantes:** Tânia Cruz, GM/MDS; Ana Maria Macedo, CEAS/PR; Célia Mota de Carvalho, FONSEAS; Maria Dolores da Cunha Pinto, FENAPAE; Edilar Cruz, CEAS/RS - FONACEAS; Cleonice Dias Pires, Conselho Municipal/Carapicuíba; Manoel Alves Bezerra Neto, CEAS/AC - FONACEAS; Maria Joaquina, CEAS/GO – FONACEAS; Núbia Peixoto Silva, CEAS/GO; Marli Pulini da Costa, CEAS/SP; Maria de Fátima Coutinho, CEAS/AL –

FONACEAS; Arabella Mendonça, CEAS/AL; Carlos Nambu, Rede Salesiana de Ação Social; SP; Geraldo Salvador de Souza, Instituto Viva Melhor/SP; Margareth Alves Dallaruvera, FENAS; Bianca Lessa, SASERT/FENAS; Marizete Lage, CEAS/RJ; Maria Mansen, FP; Maria Helena Osório, Mattos Filho Advogados/OAB/SP; Daisy Aparecida Constâncio, CAS/DF – Secretária-Executiva. **ABERTURA.** Aos 16 dias de março de 2001, o senhor Presidente deu início à 187ª reunião ordinária do CNAS, cumprimentando os Presentes e solicitando à Secretária-Executiva a verificação do quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque; Conselheiro José Geraldo França Diniz; Conselheira Fátima Rampin, Conselheiro Sérgio Wanderly Silva; Conselheiro Pedro Ost; Conselheiro Antônio Celso Pasquini; Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari; Conselheiro Samuel Rodrigues; Conselheiro Frederico Jorge de Sousa Leite; Conselheira Maria Aparecida Godói de Faria; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes; Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa. Conselheiros Suplentes: Conselheiro José Ferreira da Cruz; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana; Conselheira Leila Pizzato, Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo; Conselheiro José Araújo da Silva; Conselheira Ana Carolina Pinheiro Carrenho; Conselheiro Renato Saidel e Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos. O senhor Presidente registrou a presença da Representante do FONSEAS, Conselheira Célia, e do Representante da SAGI, Conselheiro Antônio Castro, que ainda não haviam sido nomeados oficialmente. O senhor Presidente passou à **Aprovação da Ata da 186ª Reunião Ordinária.** Em não havendo nenhuma colocação contrária, a Ata foi aprovado pelo Pleno. A seguir, indicou a inversão da Pauta, iniciando pelos Informes da Secretária Nacional de Assistência Social, Sra. Denise Colin, e posteriormente os demais temas: **Dia 14/03/2011 – Comissão Temática: 14h às 18h:** ☑Reunião da Comissão de Conselhos: orientações aos Conselhos Estaduais de Assistência Social para criação e implementação da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos Municipais de Assistência Social e outros. **Dia 15/03/2011 – Comissões Temáticas: 9h às 12h:** ☑Reunião Conjunta da Comissão de Conselhos e Comissão de Financiamento: orientações aos Conselhos de Assistência Social para análise das despesas orçamentárias. **14h às 18h:** Reunião da Comissão de Normas: Elaboração dos procedimentos para cumprimento dos incisos III e IV do art. 18 da LOAS e outros. ☑Reunião da Comissão de Financiamento: Reforma Tributária e outros. ☑Reunião da Comissão de Política: Agenda 2011 da Comissão de Política da Assistência Social. 18h às 19h: ☑Reunião da Presidência Ampliada Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/2. **Dia 16/03/2011 – Plenária: 09h às 09h15:** ☑Aprovação da Ata da 186ª Reunião Ordinária e da Pauta. **09h15 às 10h:** ☑Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros. **10h às 10h30min:** ☑Relato do GT logomarca CNAS. **10h30 às 12h:** ☑Apresentação do Relatório do Censo SUAS pela SNAS e SAGI/MDS. **14h às 17h:** ☑Relato da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. **17h às 18h:** ☑Relato do GT que discute parâmetros de caracterização de entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos. **17/03/2011 – Plenária: 9h às 11h:** ☑Relato do Grupo de Discussão Programática - Encontro Nacional dos Trabalhadores da Assistência Social. **11h às 12h:** ☑Relato da Presidência Ampliada. **14h às 15h:** ☑Relato

da Comissão de Política. **15h às 16h:** ☒Relato da Comissão de Normas. **16h às 17h:** ☒Relato da Comissão de Conselhos. **17h às 18h:** ☒Relato da Comissão de Financiamento. Na sequência o senhor Presidente passou para o **Item Informes da Secretaria Nacional de Assistência Social**. A senhora Secretária da SNAS cumprimentou os presentes, agradecendo pela oportunidade, indicando que um representante da Secretaria estaria sempre presente para prestar esclarecimentos e informar sobre os principais encaminhamentos durante o mês. Informou sobre os procedimentos utilizados com relação a todos os procedimentos pactuados na CIT e nas CIBs, bem como a necessidade de análise e aprovação dos Conselhos de Assistência Social. Indicou que 79 municípios não haviam se manifestado sobre a expansão feita em 2010 para o Serviço de Atenção Integral às Famílias a ser prestado no CRAS, cuja relação deixaria para conhecimento do Pleno e falando sobre a necessidade dessa manifestação para prosseguimento dos trâmites necessários. A senhora Secretária falou que a Sra. Socorro, do Departamento da Proteção Básica, poderia prestar mais informações, indicando haver uma Resolução que determinava que os recursos ficariam suspensos até que ocorresse manifestação do Conselho, solicitando o apoio do CNAS, assim como os gestores locais para que entrasse em contatos com os Conselhos para que o fizessem oficialmente. Indicou que alguns municípios também não haviam se manifestado com relação à expansão dos anos de 2009 e 2010, havendo um procedimento de aceite por parte dos mesmos. Que havia sido feita uma Resolução, também pactuada na CIT, que expandia os prazos até 31 de maio para que os registros dessas informações fossem efetivados no sistema informatizado, para que não ocorressem prejuízos nessa prestação e no atendimento da população usuária. Informou que deixaria uma cópia dessa norma, falando sobre os procedimentos utilizados. O Conselheiro Sérgio Wanderly observou que se esse documento fosse encaminhado ao FONSEAS e CONGEMAS, seria repassado para os colegiados estaduais. A senhora Secretária da SNAS falou sobre o reajuste dos beneficiários do Programa Bolsa Família, 19,4%, e a bolsa dos jovens, 15,2%, visando um melhor atendimento dessas famílias, tanto do BPC quanto do Programa Bolsa Família nos serviços socioassistenciais. Discorreu sobre a retomada de discussão do Projeto de Lei 3.077/2008 junto ao Senado Federal, falando sobre o mesmo e solicitando o apoio dos Conselheiros para contatar os políticos dos seus estados, demonstrando a importância dessa aprovação, colocando-se à disposição para dar maiores explicações sobre a proposta e o que já havia sido feito na Câmara Federal. Informou que no início de março foi lançada uma campanha nacional contra o abuso e a exploração sexual e que no DF havia um cronograma da Secretaria de Direitos Humanos para essa mobilização, com a participação de vários Ministérios, do Comitê de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e do CONANDA. Falou sobre a retomada do Comitê de Comunicação Social existente no MDS com a finalidade de organizar e definir parâmetros e diretrizes de todo o processo de repasse de informações e de contato do próprio órgão com a população em geral, e com entes e organismos vinculados à sua área de intervenção, com a presença de um representante de cada uma das Secretarias Nacionais e da Secretaria Executiva. Relatou as ações desse Comitê com a sugestão da SNAS de que também a Secretaria-Executiva do CNAS pudesse compor esse Conselho, sendo

fundamental a disponibilidade para essa participação e indagando se havia interesse. Aparteando, o Conselheiro Renato Saidel ponderou ser importante a presença do CNAS, com a presidência podendo definir o seu representante. O senhor Presidente, cumprimentando pela iniciativa, encontrou pertinente a sugestão de participação da Secretaria-Executiva, existindo demanda no CNAS e a necessidade de uma assessoria de comunicação, fazendo um trabalho de aproximação com os Conselhos Estaduais e Municipais. A senhora Secretária da SNAS falou sobre o atendimento de solicitações da presidência do CNAS à Ministra do MDS, sendo uma delas a retomada da discussão sobre o layout do Conselho Nacional. Informou que nessa semana haviam conseguido uma reunião com a Secretaria de Administração, vinculada à Secretaria-Executiva do Ministério, com o seguinte encaminhamento: que o prédio havia entrado na lista de prioridades de reformas e reordenamentos de espaços físicos do Ministério, já estando orçado e com o projeto arquitetônico, mas com sendo de propriedade do Ministério da Previdência e havendo uma solicitação de devolução do espaço. Que os dois Ministérios conversariam oficialmente para que o MPS autorizasse essa reforma internamente, informando de todos os procedimentos para a mesma. O senhor Presidente questionou sobre esse pedido de devolução do espaço, com a senhora Secretária da SNAS esclarecendo tratar-se de um pedido antigo. Citou o Decreto da Presidente da República sobre a programação orçamentária e financeira, estabelecendo um desembolso mensal de recursos para cada área e a redução de recursos para o orçamento. Que assim que haviam tomado conhecimento, realizaram uma reunião com a Secretaria-Executiva e todos os Secretários Nacionais, com o Ministério do Planejamento explicando a necessidade desse corte. Que havia uma programação para recomposição em função de estimativas de arrecadação, falando sobre os serviços socioassistenciais, que eram serviços essenciais continuados e que não estavam sujeitos a cancelamentos e cortes. Relatou as reuniões mantidas para se determinar os recursos necessários para as ações planejadas, com a possibilidade de manutenção e não paralisar o atendimento e os serviços. Que havia um indicativo de limite de recursos para passagens e diárias, o que afetava a todos, visto que todas as suas instâncias de deliberação, os grupos de trabalho, as câmaras técnicas dependiam dessa autorização. Esclareceu que considerando essa situação, passariam uma listagem da programação anual de todas as reuniões do Conselho, para que fosse negociada e não houvesse prejuízo dos respectivos encontros. A senhora Secretária da SNAS observou que também havia que passar uma previsão de todos os gastos para a Conferência Nacional e também para as Conferências Estaduais e Municipais, relatando os procedimentos a serem tomados para conseguir essas autorizações. O Conselheiro Renato Saidel destacou ser esse o momento de união de todos para conseguir os recursos necessários, garantindo as ações do MDS e do CNAS. Destacou que o apresentado eram perspectivas, tendo que ter um plano “b” e indagando quais seriam as ações do MDS se o orçamento não fosse alcançado. Que era um ano complicado para o CNAS, considerando ser o ano da Conferência e outras ações e também de avaliação da NOB/SUAS, além da necessidade de viagens para divulgação. O senhor Presidente destacou que as informações trazidas pela senhora Secretária da SNAS haviam sido pautadas no dia anterior na Comissão de Financiamento e na Presidência Ampliada e que

viriam posteriormente com indicativo. Destacou que o CNAS deveria se posicionar em relação a esses cortes, independente que se contasse com a reposição, pois nunca houve corte de recursos de programas, indicando o PETI, os quais, ao contrário, deveriam ser expandidos, considerando os atendimentos realizados. Ressaltou que fariam esse detalhamento no relato da Comissão de Financiamento e no relato da Presidência Ampliada, precisando se posicionar e se unir com relação a essa questão. O Conselheiro Wagner ratificou as falas anteriores, indicando as palavras da Presidente do Brasil sobre o que queria para o país, com todos devendo se empenhar para alcançar seus objetivos, mas sempre preservando a autonomia do CNAS, solicitando à senhora Secretária da SNAS cuidados nesse sentido. O senhor Presidente concordou com essa colocação, com a senhora Secretária do SNAS agradecendo o apoio demonstrado pelo Conselho Nacional para a consolidação do SUAS, cumprimentando e referendando a posição tomada. Dirigindo-se ao Conselheiro Renato Saidel destacou que o corte havia sido linear para todos os programas, observando a recomposição dos serviços pela própria Lei Orçamentária ou constitucionais, lançando mão desses posicionamentos legais para garantir serviços e eventos. Falou sobre os posicionamentos a serem tomados com relação às ações, tendo as Conferências como prioridade, além da necessidade de um reordenamento interno, discussão que havia sido feita com todas as demais Secretarias. Informou que não estavam aceitando convites individuais para ir a um município, mas para reuniões ampliadas de um conjunto de municípios em determinado estado, envolvendo mais de uma Secretaria e abordando-se um universo maior de informações do que aquelas pautadas. O senhor Presidente informou a chegada do Secretário Nacional de Avaliação e Gestão da Informação, Sr. Paulo Januzzi, que faria os **Informes da SAGI** no espaço do MDS. Prosseguindo, agradeceu a presença da senhora Secretária da SNAS, que manifestou que estaria presente sempre que solicitada, agradecendo a oportunidade, e o apoio do CNAS à Secretaria e colocando sua equipe à disposição. O senhor Secretário da SAGI destacou ser sua primeira participação do CNAS, embora essa Secretaria sempre participasse da apresentação dos resultados do censo SUAS e em outras atividades. Relatou que o relato seria dividido em quatro momentos: que o próprio falaria sobre o projeto de capacitação; a Sra. Mônica Rodrigues, Diretora de Formação e Disseminação, o projeto de capacitação; o Sr. Luiz Otávio, o Censo SUAS 2010; e, o Conselheiro Caio Nakashima, as ferramentas utilizadas. O senhor Secretário da SAGI passou a discorrer sobre o projeto de capacitação, desenvolvido desde 2008, com grande demanda e preocupação do Conselho e da SNAS de colocá-lo em execução, qualificando os Conselheiros Municipais. Relatou que havia sido iniciado em 2010, com participação no curso de 46% de um total de 21 mil Conselheiros e com uma avaliação bastante positiva. Falou sobre os procedimentos adotados no curso, o qual havia sido alvo de auditoria da CGU, que questionava a forma de operacionalização utilizada. Que a SAGI teria que rever uma série de atividades, destacando que essa auditoria havia acontecido justamente no momento de transição de equipes. Indicou que ao consultar as empresas sobre as implicações das imposições da CGU, as mesmas haviam manifestado sua discordância com relação a uma série de aspectos. Ponderou que estavam procurando resolver esse impasse com a Consultoria Jurídica, tentando contornar o plano de providências que havia

sido estabelecido anteriormente, para voltar à CGU e discutir essas questões. O senhor Secretário da SAGI observou que estavam bastante otimistas com relação às discussões internas feitas na SAGI, SNAS e na SENARC, junto com a Secretaria-Executiva do MDS, tendo dentro de até cinco semanas, alguma perspectiva positiva para o encaminhamento. A seguir, solicitou à Sra. Mônica que falasse sobre o processo de execução desse projeto, que ponderou que o mesmo havia sido concebido e estava sendo implementado a várias mãos, com o CNAS sendo um demandante dessa questão e um parceiro no acompanhamento e na solução de problemas. Indicou os convidados presentes de diversos Conselhos e que haviam sido parceiros para a solução de algumas questões, destacando a participação e a meta de capacitação de 21 mil Conselhos Municipais de Assistência Social, de todos os segmentos. Relatou que estavam alcançando quase 47% da execução, falando como o curso havia sido planejado e colocado em desenvolvimento, conforme o material em tela. A Sra. Mônica falou sobre o plano de avaliação e monitoramento dessa execução que havia sido concebido entre a Secretaria de Avaliação, Secretaria Nacional de Assistência Social, Secretaria de Renda e Cidadania e com a participação de técnicos do Conselho. Que havia algumas turmas monitoradas como amostragem, respeitando os critérios estabelecidos e aperfeiçoando o curso de capacitação. Passou a falar sobre a infraestrutura, extremamente importante por envolver questões primordiais, sendo uma demanda proveniente de muitas Conferências, englobando grandes recursos e atendendo também a questão de qualidade e dignidade dos Conselheiros. Discorreu sobre a dimensão pedagógica, com um conjunto de itens mais complexos, mas observando-se a sua qualidade quanto às aulas, material e os docentes, fornecendo importantes informações para a qualificação dos Conselheiros participantes. A Sra. Mônica falou sobre a aplicação de um questionário durante as aulas para avaliação, os quais estavam sendo sistematizados e cujos resultados veriam nos próximos slides, informando que esse resultado havia sido computado por lotes. Indicou os pólos analisados e as empresas responsáveis, com a execução de cada pólo tendo características diferenciadas tanto do ponto de vista da qualidade quanto das dificuldades. A Sra. Mônica considerava que o percentual de 46% de alunos capacitados, era pouco mais de 9 mil alunos, mas que representava a metade do caminho, almejando continuar executando esse projeto com a maior qualidade possível, aprendendo com os acertos e erros. Destacou o mérito desse grande projeto, sendo uma demanda que prosseguia e que deveria ser uma ação continuada, com as respostas dos alunos sendo mais um elemento para se atender as exigências da CGU. O senhor Presidente agradeceu as palavras da Sra. Mônica, mostrando que o Conselho havia cumprido um importante papel nesse processo e com seus aspectos positivos devendo ser ressaltados. A Conselheira Simone cumprimentou a todos, agradecendo a presença da Sra. Mônica e do senhor Secretário da SAGI, ressaltando que essa capacitação era uma histórica reivindicação dos próprios Conselhos, considerando as suas responsabilidades e o exercício de suas funções. Falou sobre a construção do controle social, sugerindo que o Conselho Nacional se posicionasse quanto à importância desse projeto, apoiando a SAGI, falando, também, sobre a rotatividade de Conselheiros existente. O senhor Presidente destacou a participação da Secretaria-Executiva do CNAS na construção do conteúdo e na mobilização e estímulo para

participação dos Conselhos Estaduais e Municipais. O Conselheiro Renato Saidel ressaltou que com o apoio do Conselho Nacional talvez pudessem fazer com a CGU um exercício semelhante ao que haviam feito com o TCU com respeito ao Acórdão 2809, quando haviam sido convidados para apresentação dos seus apontamentos. Propôs que na próxima Plenária chamassem a CGU para participar e conversar sobre as questões levantadas. O Conselheiro Pedro Ost, com relação aos problemas que o programa vinha enfrentando, agradeceu a clareza com que haviam sido colocados na última Plenária. Ressaltou que o posicionamento de muitos Conselheiros era de concordância com a auditoria que a CGU estava fazendo, visto que as entidades eram visitadas diariamente por auditorias externas. Agradeceu a quem havia trazido esses problemas anteriormente, concordando que os mesmos deviam ser analisados, podendo ser prestado apoio ao programa, mas não a determinadas situações, solicitando que o resultado dessas auditorias fosse trazido para conhecimento do CNAS. A Conselheira Simone não considerava como aspecto de gestão a questão da capacitação dos Conselheiros, sendo que o programa tinha como parâmetro deliberações da Conferência, o que era obrigação do MDS. Observou que o grande questionamento era que o curso deveria atingir 100% e estava alcançando 70 ou 80%, o que era justificável para quem trabalhava com Conselhos Municipais e cujos membros eram renovados de dois em dois anos. Ponderou que quem trabalhava com controle social conhecia os problemas que a Sociedade Civil tinha para participar dos Conselhos Municipais e dos cursos de capacitação, com suas palavras anteriores sendo colocadas no sentido da importância desse aspecto. O senhor Presidente observou que quando havia se referido às demandas de Conferência, à importância da concepção do curso, do programa, havia focalizado a destinação de recursos, elaboração de edital, aspectos que não competiam ao Conselho Nacional. O Conselheiro Renato de Paula ponderou haver duas questões que se complementavam, mas que eram de naturezas diferenciadas, sendo o posicionamento do CNAS em relação ao aspecto não só do ponto de vista técnico, mas do ponto de vista político da importância da capacitação para Conselheiros e a sua especificidade diferente daquelas feitas para gestores e para trabalhadores. Que a Conselheira Simone havia colocado muito bem a rotatividade dos Conselhos, maior do que de outros atores do Sistema Único, falando sobre a dificuldade no acesso às informações e com características próprias que deviam ser consideradas. Que nas conversações com os órgãos de controle, sempre colocavam algumas das especificidades da Assistência Social e as quais deveriam ser consideradas nesse diálogo. Encontrava que o posicionamento político do Conselho Nacional era a reafirmação da importância da capacitação do SUAS, reforçando-se o que estava disposto na NOB-RH, mas ao mesmo tempo deixando claras as particularidades dos Conselhos. Que a outra dimensão, lembrada pelo senhor Presidente, era o fato de que, do ponto de vista burocrático, a SNAS, a SAGI e o Conselho eram parceiros, mas tinham papéis diferenciados nesse processo. Destacou que quando diante de um problema a ser resolvido, o Conselho também tinha um posicionamento de parceria para reforçar o aspecto político e a importância da resolução desses problemas técnicos e burocráticos que estavam sendo colocados. Que entendia as colocações da Conselheira Simone quanto ao posicionamento, entendendo que não se tratava de questionar ou de se sentir incomodados com

auditoria, pois como agente público estava sujeitos a tal procedimento. Que a posição era de parceria para a resolução de problemas e a reafirmação da importância dessa capacitação, que vinha sendo deliberada pelo menos desde a segunda Conferência. O Conselheiro Renato de Paula destacou que esse posicionamento político do Conselho reforçava o caráter da importância política ao mesmo tempo em que subsidiava e dava forças para que, do ponto de vista administrativo, tanto a SAGI quanto a SNAS pudessem abrir o leque de possibilidade de diálogo com os órgãos de controle. O Conselheiro Renato Saidel colocou seu entendimento de que a CGU estava fazendo uma fria análise do que estava acontecendo, exigindo 100% de alcance do contrato diante da realidade apresentada nesse momento no país. Voltou a insistir na proposta que havia feito, de convidar a CGU para esse Conselho, assim como haviam feito com o TCU, possibilitando o esclarecimento de quaisquer dúvidas porventura existentes e sem o quê não se sentia confortável para se posicionar, sugerindo a votação dessa sugestão pelo Pleno. O Conselheiro José Geraldo observou que havia que separar as situações e, caso houvesse alguma resposta a ser dada em relação à auditoria, isso deveria ser feito pela Secretaria responsável no MDS e que não tinham que trazer a CGU para esclarecimentos. Ponderou que o CNAS deveria permanecer à parte nessa situação, mas dizendo que o programa de capacitação era extremamente importante e que o Conselho continuava parceiro nesse programa. A Conselheira Simone complementou, dizendo que tinham que se posicionar favoravelmente à capacitação com transparência e com probidade, a qual não podia ser interrompida. Destacou sua importância com todos os atributos públicos que deveriam ter os procedimentos, concordando com o Conselheiro José Geraldo de que a SAGI deveria continuar prestando contas ao Conselho Nacional. O Conselheiro Wagner concordou que a Secretaria deveria fazer essa explicação à CGU e informar seu resultado ao CNAS, que poderia contribuir em caso de necessidade de reforço e para que pudessem avançar nessa capacitação. O senhor Secretário da SAGI concordou que o controle, tanto interno como público, era extremamente importante para a transparência e busca da efetividade das Políticas Públicas, sendo que todos no papel de agentes públicos sabiam das responsabilidades em qualquer ação realizada. Informou que já havia sido entregue ao CNAS o relatório enviado pela CGU, observando que nenhum questionamento desmerecia o trabalho que haviam feito. Que implicava em uma operacionalização do programa e que seria muito difícil conduzir da forma como haviam imaginado, atendendo tantos municípios simultaneamente nessa forma, sem ter uma escola que pudesse angariar todos os esforços e recursos para promoção. Destacou ter sido a primeira modalidade que as parceiras no processo, SAGI, SNAS e SENARC haviam testado, entendendo que nos próximos programas de capacitação com esse alcance, a modalidade de operacionalização teria que ser repensada. Que a grande questão era como conduzir nesse momento em que estavam com metade das turmas concluídas e a outra metade por fazer. O senhor Secretário da SAGI observou que o grande desafio era encontrar uma solução que não impedisse a continuidade desse projeto porque faltava metade do público, em função das colocações que haviam sido feitas, falando sobre as dificuldades, principalmente na Região Nordeste. Reforçou que a SAGI estava aberta para qualquer esclarecimento adicional ademais do relatório que já haviam disponibilizado para o Conselho,

mantendo-o a par de todas as iniciativas como vinham fazendo ao longo desses dois últimos meses. O Conselheiro Renato de Paula, Presidente em exercício, lembrou que esse assunto voltaria no relato da Presidência Ampliada. O Conselheiro Pedro Ost observou não ter recebido o relatório sobre os questionamentos da CGU, manifestando-se favorável à capacitação, mas tendo que ter conhecimento daquilo que estava sendo questionado para poder se posicionar. Que tinha vários questionamentos por fazer, indagando se a empresa receberia sobre o valor total ou sobre o percentual de público alcançado, considerando o montante indicado no Edital. O senhor Presidente agradeceu ao senhor Secretário da SAGI pela apresentação, reiterando a parceria do Conselho e o convidando para retornar para que pudessem debater temas voltados ao fortalecimento da Política de Assistência Social no Brasil. O senhor Secretário da SAGI reputou a importância de todas as colocações feitas, informando que traria uma nova cópia do relatório da auditoria da CGU para conhecimento dos questionamentos feitos, esclarecendo os procedimentos das empresas e do contrato que regia essa mobilização. Falou sobre os problemas existentes de rotatividade de Conselheiros, com a capacitação alcançando em alguns lugares, a 76%, mas destacando o esforço para se atingir a universalidade, um dos itens do relatório. Colocou-se à disposição para conversar e explicar um pouco melhor a linha de argumentação que estavam construindo para tentar dar seqüência a esse esforço todo. Retirando-se, solicitou que os Sres. Luiz Otávio, da SNAS, e o Conselheiro Caio Nakashima, da SAGI, compartilhassem a apresentação do Censo SUAS 2010. O senhor Presidente passou para o **Item Apresentação do Relatório do Censo SUAS pela SNAS e SAGI/MDS**. O Sr. Luiz Otávio, da SNAS, apresentou o histórico do Censo SUAS, trabalho desenvolvido por intensa parceria entre a SNAS e a SAGI, ação bastante inovadora no âmbito das políticas públicas do Governo Federal e, em particular, no campo das Políticas de Assistência Social. Informou que o Censo havia iniciado em 2007, com a realização do primeiro Censo dos CRAS, e passando a ser feito regularmente a partir dessa data, falando sobre as modificações realizadas. Que o Censo SUAS havia sido regulamentado por decreto presidencial no final de 2010, passando a relatar os dados desse exercício, coletados por meio de aplicativos eletrônicos desenvolvidos pela SAGI. O Sr. Luiz Otávio deixou seus agradecimentos públicos à SAGI, especialmente ao diretor Caio Nakashima. Prosseguindo, indicou que todas as informações constantes sobre os Conselhos Estaduais e Municipais haviam sido declaradas pelos mesmos, acessando o sistema eletrônico de preenchimento e utilizando a senha de acesso específica que esses Conselhos e órgãos gestores municipais tinham para acessar os sistemas do MDS, trazendo confiabilidade na confecção do questionário pelo respectivo Conselho. Informou que 94,3% dos Conselhos haviam preenchido o questionário do Censo, encontrando positivo esse percentual e falando sobre os portes dos municípios que mais haviam atendido essa solicitação. Indicou o número de CRAS e CREAS que haviam respondido ao Censo SUAS no ano de 2010, apresentado no material em tela e que seria entregue aos Conselheiros. Falou sobre o Censo das entidades privadas no âmbito da Assistência Social e a inovação introduzida no final do ano passado e sobre a qual ainda não dispunham de dados detalhados, os quais haviam sido declarados pelo município e não pela entidade. Agradeceu o apoio recebido pela Secretária-Executiva do Conselho e à Sra. Liliane,

da Comissão de Conselhos, cuja participação havia sido fundamental para a definição do conteúdo desse questionário. A seguir, passou a apresentar todos os dados pesquisados, gráficos e demais instrumentos, destacando os de maior relevância para o Conselho e que seria distribuído posteriormente. O Conselheiro Renato Saidel indagou o porquê de os usuários terem sido divididos em três categorias, o próprio usuário, representante de organizações de usuários e representantes de usuários, questionando essa última. O Sr. Luiz Otávio esclareceu que as três categorias envolviam de alguma forma a representação de usuários, com o destaque sendo quando era o próprio usuário, mas que não sabia o conceito preciso, com o manual de preenchimento definindo cada uma dessas categorias. O Conselheiro Sérgio Wanderly exemplificou com uma associação de idosos, que se colocaria como usuário, mas não uma organização. O Sr. Luiz Otávio informou ter mais alguns dados sobre os Conselhos Estaduais, passando a apresentar os slides correspondentes, pinçando algumas das questões mais importantes quanto ao seu funcionamento. O Conselheiro Wagner observou que o cenário do Censo SUAS trazia tranquilidades e preocupações, entendendo que no ano em curso também seria realizado para a rede privada, indagando se aquelas que não tinham convênio, mas estavam inscritas nos Conselhos Municipais também faria parte desse Censo SUAS. Indicou a questão orçamentária e as dificuldades existentes, sendo que em abril os Conselhos deveriam propor em suas pastas vinculadas aos órgãos gestores de Assistência sua rubrica orçamentária. Solicitou que se fosse viável junto à Comissão de Conselhos ou a quem fosse determinado, que o Censo fosse desmembrado por estado, com os Conselhos Estaduais tendo os resultados apresentados e pudessem trabalhar para fortalecer os Municipais. O Conselheiro José Araújo referiu-se à questão do financiamento, sendo que 54% não tinham orçamento e com o Conselho ficando na mão do gestor público, dependendo de um ordenador de despesas, tendo problemas e sendo esse um ponto sobre o qual deveriam refletir para melhorar esses números. Indagou quem determinava a situação funcional na Secretaria-Executiva, o que não havia ficado claro, aguardando a sua finalização para poder fazer maiores questionamentos. O senhor Presidente informou que havia combinado com o Conselheiro Caio o reagendamento da sua apresentação sobre as ferramentas utilizadas no Censo, o qual retornaria para fazer essa apresentação. A Conselheira Maria Auxiliadora indagou sobre os equipamentos apresentados, questionando se era data show ou retroprojetor, com os mesmos sendo diferentes. O Conselheiro Sérgio Wanderly parabenizou o MDS, principalmente a SAGI e sua equipe pelo trabalho realizado, ressaltando a necessidade de mais capacitação e de equipamentos para acessar e utilizar as informações de uma forma mais efetiva. Falou sobre a atuação da CIT e das CIBs, que junto com o CNAS vinham mudando o panorama da Assistência Social, destacando as dificuldades de atuação existentes nos municípios de pequeno porte. Concluindo, ponderou que havia muitas dificuldades por vencer, parabenizado a todos os Conselheiros principalmente o brilhante trabalho do MDS e da SAGI. A Conselheira Simone ressaltou a importância do Censo, indicando os rumos que a Política deveria tomar e inaugurando-se, assim o campo do controle social. Concordava com o Conselheiro Sérgio Wanderly, sendo muito importante ver a realidade atual dos Conselhos e que tudo que havia sido mostrado era fruto de muita determinação da

própria Sociedade Civil, tendo em vista o pouco reconhecimento que o próprio Estado havia dado a esse direito conquistado na Constituição de 88. Falou sobre a participação e importância das Secretarias-Executivas, assim como a dificuldades apresentadas pelos Conselhos para manter essa estrutura operacional. Ponderou que havia que se debruçar mais sobre esses dados para maiores observações, encontrando interessante a atitude dos Conselhos frente à fiscalização dos recursos, sendo muito importante que os mesmos fizessem a sua aprovação e que os órgãos de controle ficariam satisfeitos com essa informação. Observou que no relato da Comissão de Normas era discutida a participação do usuário, tema que havia sido colocado nesse momento e que também vinha sendo discutido pelo Conselho Nacional. Falou sobre o papel da Sociedade Civil nesse processo e dentro do próprio Conselho e do governo, com o Censo permitindo essa discussão. Ponderou que teriam que se ater ao modelo de representação de governo, de estados e municípios, com o Censo facilitando a identificação daqueles municípios que não estavam deliberando e podendo ser estimulados a colaborar. Chamou a atenção para a Comissão de Conselhos e Financiamento, com o Censo indicando claramente a necessidade de orientações técnicas aos municípios quanto ao uso dos recursos. A Conselheira Simone ressaltou que os dados do Censo deveriam ir para todas as respectivas Comissões, o que dava um bom direcionamento, inclusive para o CNAS. Concluindo, destacou que como Conselheira e participante do processo de implantação do Censo SUAS, ficava muito feliz com seus resultados. Tomando da palavra, o Sr. Antônio Castro, da SAGI, informou ser sua primeira participação em Plenária, parabenizando pelo trabalho realizado. Explicou que quando haviam feito o planejamento da capacitação de Conselheiros incluíram o relatório de conclusão de curso, explicando como o mesmo era estruturado e os resultados que propiciava, ajudando a identificar os problemas existentes e que impediam o exercício das suas funções. O Conselheiro Pedro Ost parabenizou o trabalho realizado pela SAGI e que vinha ajudar os Conselhos e gestores. Destacou que a falta de recursos de alguns Conselhos impedia o seu avanço, como também os Conselheiros e Conselhos Municipais deveriam refletir sobre a operacionalização das Secretarias-Executivas. Com relação à distribuição da Sociedade Civil, ponderou que trazia várias leituras, discorreu que a caminhada dos usuários dentro dos Conselhos ainda era pequena, mas que estava começando a se incrementar, com os dados do Censo propiciando esse avanço. A Sra. Célia, do FONSEAS, parabenizou a equipe da SNAS e da SAGI, com essa pesquisa vindo auxiliar na gestão do trabalho, manifestando-se honrada em participar desse colegiado. Informou que o FONSEAS se reuniria em Brasília na próxima semana para que esse Fórum se fortalecesse e melhorasse sua representação em todos os âmbitos, inclusive no CNAS. O Conselheiro Clodoaldo cumprimentou pelo trabalho, fundamental para que todos avançassem na construção e na consolidação do SUAS, dentro de parâmetros democráticos. Lembrou à Sra. Liliane, assessora do CNAS, as orientações existentes sobre autorização das leis de criação dos Conselhos e que indicavam os trâmites necessários para esse procedimento. Encontrava muito importante que no papel de Conselheiros Nacionais pudessem potencializar essas ações para mobilização dos Conselhos para esses debates. O senhor Presidente, indicando que em breve o material dessa apresentação estaria disponível para consulta, passou a palavra ao Sr. Luiz Otávio. O Sr. Luiz

Otávio, agradecendo pelo convite, informou que haviam algumas questões relacionadas à feitura do próximo censo, falando sobre a Rede Privada que havia sido questionada e informando esse ponto ainda estava em discussão, mas colocando alguns itens para esclarecimento. Referiu-se às colocações sobre os equipamentos, esclarecendo que o número de computadores era maior que o de data show. Concluindo, destacou que o maior usuário dessas informações era o CNAS e os demais Conselhos, sendo esse o órgão mais preparado para analisar os números apresentados. O Sr. Luiz Otávio informou que fariam algumas correções no material apresentado e o reenviariam ao final da tarde, lamentando não ter sido possível a apresentação do Conselheiro Caio sobre as ferramentas utilizadas para que todos pudessem ter acesso às informações, mas com o DGSUAS colocando-se à disposição para algum detalhamento que fosse solicitado. Falou sobre o aprimoramento que o Censo vinha sofrendo ao longo dos anos, revisando-se periodicamente todo o material utilizado e os temas de maior relevância para o controle social. Relatou que o Departamento de Gestão coordenava a parte de elaboração dos conteúdos do Censo, mas sempre de uma maneira muito dialogada, indicando que o Encontro Nacional de Monitoramento do SUAS era uma das oportunidades de discussão com os Conselhos para receber informações que pudessem orientar as ações de aprimoramento. Encerrando, o Sr. Luiz Otávio informou que nesse ano aconteceria o Encontro de Monitoramento, contando com a presença do CNAS e dos Conselhos Estaduais de Assistência, estando disponíveis para aprimorar essa parte do censo que dizia respeito ao controle social em conjunto com esses órgãos. **ENCERRAMENTO.** O senhor Presidente encerrou a reunião para o almoço, solicitando a todos que retornassem às 14h30min. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o senhor Presidente solicitou à Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula, Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, Conselheiro José Geraldo França Diniz, Conselheira Fátima Rampin, Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, Conselheiro Pedro Ost, Conselheiro Antônio Celso Pasquini, Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Conselheiro Samuel Rodrigues, Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite, Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes, Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa, Conselheira Anna Cláudia Romano Pontes. Conselheiros Suplentes: Conselheiro José Ferreira Crus, Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, Conselheiro Renato Saidel Coelho, Conselheira Leila Pizzato, Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo, Conselheiro José Araújo da Silva, Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos, Conselheira Iolete Ribeiro da Silva, Conselheira Ana Carolina Pinheiro Carrenho. A seguir, observando que como não havia sido relatado o item Informes da Secretaria-Executiva, registrou os aniversariantes do mês: dia 5, Conselheiro Carlos Ferrari, e dia 24, Conselheira Conceição. O senhor Presidente informou que como a Pauta havia sido extensa, não fariam os Informes da Presidência, passando para **Informes dos Conselheiros**, após concordância do Pleno. O Conselheiro Wagner manifestou sua preocupação visto que na Plenária do mês passado havia sido formado o GT para discutir a Lei do Aprendiz, indagando o que havia ocorrido, não tendo sido apresentado nenhum resultado e solicitando um posicionamento desse Colegiado sobre os

encaminhamentos até sair o resultado do GT, visto que alguns municípios pediam uma posição. O senhor Presidente falou sobre os motivos de criação do GT que discutiria o inciso III do art. 2º da Lei Orgânica de Assistência Social que tratava da promoção da integração ao mercado de trabalho. Esclareceu que esse GT não havia sido criado para discutir somente as entidades que atendiam o menor aprendiz, mas também a promoção e integração ao mercado de trabalho e que infelizmente ainda não tinham uma resposta. Solicitou que os temas abordados seguissem a Pauta, podendo-se, ao final do dia, discutir aqueles assuntos que não faziam parte da mesma. O Conselheiro José Araújo procedeu à leitura de um texto em homenagem ao Dia da Mulher, informando que o enviaria por e-mail. A seguir informou sobre sua ida, juntamente com o Conselheiro Wagner, ao Fórum Social Mundial, agradecendo a sua indicação e destacando ter sido uma experiência muito positiva, tendo encaminhado as informações por e-mail para todos. O senhor Presidente cumprimentou os Conselheiros pela representação, com o CNAS preparando-se cada vez mais para que essa participação no Fórum fosse cada vez mais efetiva. O Conselheiro Carlos Rogério informou ter comunicado sobre sua ausência na reunião passada por ter participado do Fórum Social Mundial, representando a sua entidade, Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. Relatou que na oportunidade havia estado com os Conselheiros José Araújo e Wagner, tendo sido muito importante essa participação. O Conselheiro Wagner agradeceu não só ao CNAS, mas também à Secretaria-Executiva que havia se empenhado para que essa viagem acontecesse sem problemas, providenciando todo o necessário para essa participação no Fórum Mundial. O Conselheiro José Araújo agradeceu à Secretaria-Executiva e toda sua equipe pelo esforço para que tudo corresse bem. A Conselheira Maria do Carmo informou que no dia 2 seria comemorado o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, solicitando a sua divulgação pelos Conselheiros. **Informes da CIT.** O Conselheiro Renato Saidel falou sobre a apresentação do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual e que já havia sido celebrado pelos estados, relativo aos fluxos, procedimentos e responsabilidades para o acompanhamento da gestão e dos serviços do SUAS, meta de desenvolvimento dos CRAS e a apresentação do processo de pactuação da NOB SUAS 2010 e definição do calendário de discussão em 2011. Destacou a oportunidade que havia sido dada ao pessoal dos estados que estavam chegando para apresentar destaques do que já havia sido caminhado junto à CIT, discutindo-se alguma questão que deveria ser apresentada na próxima reunião. Falou sobre a portaria que dispunha sobre os prazos e procedimentos para demonstração da efetiva implementação e prestação de serviços por parte dos municípios e DF que haviam realizado o aceite dos recursos, o co-financiamento federal de serviços socioassistenciais de 2009 e 2010. O Conselheiro Renato Saidel solicitou o registro de que o CONGEMAS havia trazido um problema com relação ao piso básico criado em Minas Gerais e que não teria sido pactuado na CIB de Minas. Que a CIT havia definido por ouvir o Conselho Estadual e a Secretaria de Minas Gerais, com a CIB tendo apresentado a denúncia, pactuando-se por ouvir os envolvidos para depois tomar as medidas necessárias com relação à denúncia apresentada. O senhor presidente informou a sugestão feita pela Sra. Liliane, aproveitando-se a informação da Conselheira Maria do Carmo e se informar a toda a rede do controle social, Conselhos Estaduais e Municipais quanto ao Dia

da Consciência do Autismo, com a aprovação do Pleno. A Sra. Célia, do FONSEAS, informou que o Fórum havia recomposto sua diretoria no dia 16 de fevereiro, informando que a Presidente era a Secretária do Distrito Federal, Sra. Arlete Sampaio. A seguir, o senhor Presidente passou para o **Relato do GT logomarca CNAS** pela Conselheira Maria Rodrigues: “1. *A minuta de edital, que aprova o regulamento para o concurso de criação da logomarca do Conselho Nacional de Assistência Social, foi submetida à apreciação da Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 24/11/2010, que emitiu o Parecer 1284/2010/CONJUR, em 10/12/2010, informando que a minuta apresentada para o pronunciamento jurídico se enquadra no tipo legal. II. O Edital nº 03/2010 foi publicado no Diário Oficial da União em 15 de dezembro de 2010. III. De acordo com o mencionado Edital, as inscrições poderiam ser encaminhadas ao Protocolo do CNAS no período de 15 de dezembro a 15 de fevereiro de 2011. IV. Em 11/02/2011 foi publicado o Edital nº 01/2011, que prorrogou até 31 de março de 2011 o prazo fixado no art. 4º do Edital nº 03/2010. V. Foi inserida notícia sobre a prorrogação no site do CNAS e foi enviada informação aos Conselhos de Assistência Social para conhecimento e ampla divulgação. VI. O Presidente do CNAS e os integrantes do GT se reuniram com representantes da ASCOM/MDS nos dias 18 de fevereiro de 2011 para tratar da composição da Comissão Técnica do concurso para escolha da logomarca, que de acordo com art. 8º do referido Edital é de responsabilidade daquela Assessoria. VII. Conforme Edital, a Comissão Técnica será integrada por um membro da ASCOM/MDS; dois membros do corpo docente de Instituições de Ensino Superior distintas, que atuem nas áreas de Comunicação Social, Comunicação Visual, Desenho Industrial ou áreas afins; um membro da Secretaria de Articulação e Gestão da Informação – SAGI/MDS; um membro do CNAS e um profissional com conhecimento técnico e experiência em artes gráficas. VIII. A Secretaria Executiva enviou memorando à SAGI/MDS, solicitando a indicação de um representante para compor a Comissão. O CNAS deverá indicar um representante e os demais membros serão indicados pela ASCOM/MDS. VIII. Até o dia 16 de março de 2011 foram recebidas 15 inscrições, que atenderam o disposto no art. 7º do Edital nº 03/2010, referente à forma e apresentação dos trabalhos”. O senhor Presidente solicitou aos Conselheiros que divulgassem nos sites de suas entidades para que houvesse um número maior de participantes nesse processo. A seguir, passou para o **Item Relato da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social.** O Conselheiro Renato de Paula procedeu à sua leitura: “*Memória de reunião da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Data: 17 e 18 de fevereiro e 03 e 04 de março. Horário: 9h às 18h. Local: CNAS — Brasília/DF. Conselheiros presentes: Carlos Eduardo Ferrari (17 e 18/02; 03 e 04/03) Renato Francisco dos Santos Paula (17 e 18/02; 03 e 04/03) Eutália Barbosa (17 de fevereiro pela manhã) Frederico Jorge de Souza Leite (17 e 18/02; e 04/03) José Araújo da Silva (17/02 e 04/03) José Ferreira Crus (18 de fevereiro) Marisa Rodrigues da Silva (Representando o conselheiro Sérgio Wanderly) (17 e 18/02; e 04/03) Renato Saidel Coelho (17 e 18/02; 03 e 04/03). Ausências justificadas: Eutália Barbosa (17 de fevereiro à tarde e 18 de fevereiro) José Araújo (18/02) José Ferreira Crus (17/02; e 04/03) Sérgio Wanderly Silva (representado pela conselheira Marisa). Convidados: Valdete de Barros Martins Coordenadora Geral da**

Relatoria Representante do MDS/SNAS/DGSUAS/ Coordenação Geral da Vigilância Social Representante da SAGI/MDS Representante da ASCOM/MDS. Apoio da secretaria executiva: Maria das Mercês Avelino de Carvalho, Christianne Camargo Menezes, Jamile Maria Boueres Calado, Liliane Neves e Maria Auxiliadora Pereira.

1. Considerações sobre as questões apontadas na avaliação da VII Conferência Nacional de Assistência Social pela Plenária do CNAS. Após a VII Conferência Nacional da Assistência Social, o CNAS realizou avaliação desta e, apontou diversas sugestões quanto às providências para a realização da VIII Conferência. Essa Comissão Organizadora levou em consideração as questões apontadas e sugere alguns encaminhamentos, que relatamos a seguir. Em anexo, segue o extrato da gravação da reunião.

1.1 Estratégias do CNAS para orientações e condução do processo de Conferências (municipais, estaduais, DF e nacional). Só um adendo, estes seis itens são itens que foram retirados da avaliação da VII Conferência que foram trabalhadas para a VIII.

- 1. Recomendar aos Conselhos Municipais, Estaduais e do DF que realizem plenárias como uma das estratégias para mobilização;*
- 2. Recomendar aos Conselhos (Municipais, Estaduais e do DF) a observação da garantia financeira para realização das Conferências em 2011;*
- 3. Recomendar aos estados e municípios que, em havendo dificuldades do órgão gestor garantir o orçamento para realização/participação em Conferência, acionem o Ministério Público;*
- 4. Recomendar aos Conselhos que solicitem ao Ministério Público que acompanhe o processo de realização das Conferências nos Municípios, Estados e do DF, a partir das orientações do CNAS;*
- 5. Encaminhar ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) ofício dando ciência do calendário das Conferências e dos processos de Conferência em todo Brasil (caráter preventivo) e convidando-o para participação na Conferência Nacional, após a construção das orientações do CNAS para a realização das Conferências;*
- 6. Encaminhar à Comissão Intergestores Tripartite (CIT) o tema e o calendário para a realização das Conferências Municipais, Estaduais, do DF e a Nacional, de forma a pactuar com os gestores o apoio irrestrito a este processo, dando todas as condições dos Conselhos para estes convocarem, organizarem e realizarem as atividades previstas no calendário.*

1.2 Convidar o Conselho Nacional da Saúde (CNS) e o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência- CONADE, para participar do processo de realização da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, com presença nas reuniões da Comissão Organizadora.

2. Segue minuta de resolução que define o calendário das Conferências Municipais, Estaduais e do DF para apreciação e aprovação da Plenária.

2.1 Das reuniões da Comissão Organizadora. Reuniões da Comissão Organizadora: 30 e 31 de março; 28 e 29 de abril; 12 e 13 de maio; 09 e 10 de junho; 07 e 08 de julho; 11 e 12 de agosto; 08 e 09 de setembro; 06 e 07 de outubro; 10 e 11 de novembro; 01 e 02 de dezembro.

2.2 Das Conferências Municipais, Estaduais e do Distrito Federal (minuta de resolução a ser aprovada, em anexo). Período para a realização das Conferências de Assistência Social: Conferências Municipais - prazo inicial: 02 de maio - prazo final: 07 de agosto de 2011. Conferências Estaduais e do Distrito Federal — prazo final: até 14 de outubro de 2011. E a Conferência Nacional, de 7 a 10 de dezembro.

3. Coordenação geral da relatoria da VIII Conferência Nacional. A condução metodológica das Conferências Municipais, Estaduais e do DF tem relação direta com a relatoria da VIII Conferência Nacional. A sua atribuição é,

dentre outras, a elaboração das orientações e instrumentais para o processo das Conferências e coordenar o processo de trabalho da relatoria durante a Conferência Nacional. Atribuições completas da relatoria em anexo. A Comissão indicou a ex-Presidente do Conselho Nacional, professora doutora Valdete de Barros Martins para assumir a Coordenação Geral da Relatoria da VIII Conferência Nacional, que aceitou o convite. 4. Estratégias para a divulgação do tema da VIII Conferência. A Comissão, com o objetivo de dar visibilidade ao tema da VIII Conferência Nacional a toda a sociedade brasileira e, ainda, tendo em vista divulgar todas as ações do CNAS para a realização da VIII Conferência Nacional, criou a Subcomissão para coordenar e supervisionar os trabalhos de divulgação da Conferência e acompanhar e produzir materiais a serem publicados nos Boletins Eletrônicos do CNAS, no Boletim do MDS e nos informativos diários da VIII Conferência, em dezembro. A Subcomissão terá em sua composição os Conselheiros José Crus e José Araujo, e terão a colaboração da ASCOM/MDS. A ASCOM/MDS elaborou proposta de logomarca da VIII Conferência Nacional. Sugestões de encaminhamentos: 1. Encaminhar o tema geral da Conferência a todos os CAS, CONGEMAS, FONSEAS, CIT, CIB's, participantes da VIII Conferência Nacional, participantes dos encontros regionais dos trabalhadores da Assistência Social, Conselhos Nacionais de políticas e de direitos, e outros; 2. Solicitar à CIT, FONSEAS, CONGEMAS, aos CEAS, CAS/DF e CMAS a divulgação do tema e o calendário; 3. Solicitar pauta na Comissão Intergestores Tripartite — CIT para pactuação da realização das Conferências; 4. Discutir a proposta para o Plano de Comunicação na próxima reunião da Comissão. 5. Reunião Ampliada com os CEAS e CASDF para orientações sobre a realização das Conferências. Data: 15 de abril, em Brasília. Convidados: Conselhos Estaduais; Comissão Organizadora, Relatora Geral e Coordenação Geral da VIII Conferência. 6. Critérios para a distribuição de vagas para delegados. Apresentamos, em anexo, a proposta de critérios para distribuição de vagas de delegados de âmbito municipal, estadual, distrital. No anexo a gente volta a discutir. 7. Estrutura e formato da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Para a elaboração do Termo de Referência e da planilha estimada de custos é necessário definir a estrutura, formato e programação da VIII Conferência. Cabe ressaltar que, após a apreciação da Comissão Organizadora da minuta do TR, inicia-se um trâmite interno deste junto a Subsecretaria do Planejamento, Orçamento e Administração do MDS para providências cabíveis. Diante disto, é necessário já definir algumas questões, tendo em vista cumprir os prazos para a tramitação do TR e a assinatura do contrato com empresa executora. 7.1. Número de participantes da VIII Conferência Nacional: 2.000 participantes (entre delegados natos, de âmbito municipal, estadual e do DF e nacional, convidados, observadores, apoiadores, colaboradores e outros). 7.2 Estandes: número aproximado de 38 estandes. Órgãos que utilizarão: CEAS e CAS/DF; CNAS; MDS; patrocinadores; trabalhadores da Assistência Social; Conselhos de Direitos e de Políticas. Definir orientações para uso na próxima reunião. 7.3 Espaços alternativos para reuniões e mobilizações: 'Espaço para mobilização dos Usuários'; Casa do Brincar; Balcão de informações; Sala de reuniões (para 200 lugares). Estabelecer critérios para uso da Sala de Reuniões no Regimento Interno. 7.4. Caderno de Textos: 1. Número de páginas: aproximadamente 120 páginas; 7.5 Anais da VIII Conferência Nacional: Número de exemplares: 7 (sete) mil; 8. Caderno de textos para

subsidiar os debates nas Conferências de Assistência Social de 2011. 8.1 Procedimentos para a produção. a) Sugere-se definir a composição da Comissão Editorial com representantes: Conselheiros do CNAS; Secretaria-Executiva do CNAS e da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI/MDS, ASCOM. Comissão Editorial: Renato Francisco dos Santos Paula - Conselheiro do CNAS; Secretaria-Executiva do CNAS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação SAGI/MDS; e ASCOM/MDS. 8.2. Estrutura do Caderno de Textos. a) Será elaborado um projeto gráfico para a publicação deste Caderno: b) O Caderno contará com uma apresentação, assinada pelo Presidente do CNAS: c) Número de páginas será de aproximadamente 120; d) Cada texto terá aproximadamente 10 laudas; e) Os textos deverão atender as questões apontadas nas ementas; f) A linguagem dos textos deve ser clara e de entendimento fácil, principalmente para os usuários. 8.3 Publicação e divulgação. a) o Caderno de Textos estará disponível, para reprodução, na página eletrônica do CNAS no início do mês de junho de 2011; b) a versão impressa será distribuída na VIII Conferência Nacional de Assistência Social; e) Será preparada a publicação também nas versões E-book e Tradução Macdaisy. 8.4 Orientações para a elaboração dos textos. A Comissão Organizadora sugere que sejam elaborados dois textos para cada eixo da VIII Conferência Nacional. Esses devem apontar questões importantes para subsidiar os debates nas Conferências em 2011. 8.4.1 O SUAS e a erradicação da extrema pobreza no Brasil. Primeiro texto. Ementa: Abordar a discussão sobre as polêmicas conceituais acerca da definição da pobreza e retratar a sua multidimensionalidade. Ressaltar a importância da definição do Plano de Erradicação da Pobreza como uma Política Pública de Estado; correlacionar o tema com os objetivos de desenvolvimento para o milênio; analisar a correlação do público do Plano de Erradicação da Extrema Pobreza com o do SUAS; fazer um diálogo da Política de Assistência Social com a inclusão produtiva. Sugestões de autores: 1º texto: Secretaria Extraordinária de Erradicação da Extrema Pobreza no Brasil /MDS; Secretária Ana Fonseca; Secretário Nacional de Economia Solidária do MTE – professor Paul Singer. Segundo texto. Ementa: Iniciar o texto fazendo um diálogo da Política de Assistência Social com a inclusão produtiva; reafirmar a concepção do SUAS e apontar as ações do CNAS que vem ratificá-las (fazer análise das deliberações das conferências nacionais de assistência social e das deliberações do CNAS); relacionar o tema com o Plano Decenal, as demais deliberações das Conferências de Assistência Social e o Decálogo dos direitos socioassistenciais (direito à renda, proteção social, e outros); apontar e discorrer sobre questões importantes a serem analisadas acerca da relação dos eixos estruturantes do Plano de Erradicação da Extrema Pobreza e os eixos da VIII Conferência Nacional, bem como os objetivos propostos no artigo 2º da LOAS e a geração de oportunidades; fazer uma análise sobre a importância do financiamento do SUAS tendo em vista a implementação de ações para a Erradicação da Extrema Pobreza no Brasil. Sugestões de autores: 2º texto: Secretária Nacional de Assistência Social - Denise Collin; Ex- Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Márcia Helena Lopes. Segundo eixo. 8.4.2 Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS. O Conselheiro Frederico ficou de ver as questões junto aos representantes dos trabalhadores considerando os seguintes pontos: apresentar os dados técnicos sobre a gestão do trabalho no SUAS que constam na: Pesquisa sobre o

perfil dos Municípios brasileiros - Munic; no Censo SUAS (fazer um comparativo dos Censos realizados em 2009 com o de 2010); NOB/SUAS 2010; NOB/RH/SUAS; discorrer sobre dados apresentados no relatório do Encontro Nacional dos Trabalhadores do SUAS; apontar e discorrer sobre questões importantes a serem debatidas para a definição de estratégias para a implementação da NOB/RH/SUAS; apontar e discorrer sobre questões importantes a serem discutidas sobre o trabalho voluntário e o SUAS; apontar e discorrer sobre questões importantes a serem analisadas acerca da chamada “militância cidadã” no SUAS, ressaltando o trabalho dos dirigentes de entidades de Assistência Social enquanto co-gestor da rede socioassistencial e a interlocução desses atores com o SUAS; apontar e discorrer sobre questões importantes a serem analisadas acerca da forma de contratação dos trabalhadores do SUAS nos serviços socioassistenciais: discorrer sobre questões importantes a serem analisadas acerca dos pontos que devem constar no plano de carreira e estratégias para sua criação e implementação; discorrer sobre o financiamento da gestão do trabalho no SUAS. 8.4.3, que é o outro eixo do Caderno e da Conferência: Qualificação dos serviços socioassistenciais. Primeiro texto. Ementa: Apresentar os dados técnicos sobre os serviços socioassistenciais que constam na: Pesquisa sobre e perfil dos Municípios brasileiros — Munic; no Censo SUAS (fazer um comparativo dos Censos realizados em 2009 com o de 2010); NOB/SUAS 2010: resolução CNAS n° 109/2009 e resolução CNAS n° 16/2010, correlacionando-os e analisando os dados sob a perspectiva de qualificar os serviços, apontando os serviços que a gestão da Assistência Social deverá assumir a responsabilidade de sua execução; discorrer sobre o trabalho em rede e a importância da articulação dos serviços prestados pela rede privada e a estatal; discorrer sobre a articulação dos serviços socioassistenciais e benefícios de transferência de renda (CadUnico) suas implicações e estratégias para aprimoramento dessa articulação; discorrer sobre a intersetorialidade entre os serviços socioassistenciais e as outras políticas públicas, apontando suas implicações na qualificação dos serviços socioassistenciais; articulação entre serviços e benefícios eventuais; ressaltar as implicações da territorialidade dos serviços de proteção social básica correlacionando-os com os serviços ofertados nos CRAS e CREAS executados de forma itinerante; o monitoramento e avanço e suas implicações na qualificação dos serviços socioassistenciais; as implicações da relação do Conselho Nacional de Assistência Social trabalhador do SUAS (rede privada e estatal) com os usuários, no que tange à proteção social ativa, isto é, não submete o usuário ao princípio de tutela, mas à conquista de condições ao alcance dos objetivos do sistema quanto ao empoderamento e protagonismo dos usuários; o financiamento dos serviços socioassistenciais. Sugestão de autor: 1° texto: professora doutora Egli Muniz. Segundo texto. Ementa: Apresentar os dados técnicos sobre os serviços socioassistenciais que constam na: Pesquisa sobre o Perfil dos Municípios brasileiros - Munic; no Censo SUAS (fazer um comparativo dos Censos realizados em 2009 com o de 2010); NOB/SUAS 2010; resolução CNAS n° 109/2009 e resolução CNAS no 16/2010 correlacionando-os e apontando os dados sob a perspectiva de qualificar os serviços; discorrer sobre a importância do trabalho em rede e da articulação dos serviços prestados pela rede privada e a estatal; ressaltar as implicações e importância da articulação entre serviços e benefícios eventuais e, ainda, sobre a intersetorialidade entre os serviços

socioassistenciais e as outras políticas públicas, apontando suas implicações na qualificação dos serviços socioassistenciais; as questões importantes a serem debatidas sobre a caracterização dos serviços de defesa de direitos e assessoramento, tratados no Decreto 6.308/2007 e na resolução CNAS (a ser publicada em breve); as implicações do monitoramento e avaliação na qualificação dos serviços socioassistenciais; correlacionar a qualificação dos serviços socioassistenciais e as questões apontadas na Resolução CNAS nº 16/2010 (principalmente da fiscalização e controle social dos serviços da rede e fomento à participação dos usuários); discorrer sobre as implicações da relação do trabalhador do SUAS (rede privada e estatal) com os usuários, no que tange à proteção social ativa, isto é, não submeter o usuário ao princípio de tutela, mas à conquista de condições ao alcance dos objetivos do sistema quanto ao empoderamento e protagonismo dos usuários; discorrer sobre as implicações do trabalho voluntário (lei do voluntariado) no desenvolvimento dos serviços socioassistenciais de forma a garantir os trabalhos continuados, permanentes e planejados, tendo em vista o alcance do objetivo precípua do empoderamento e protagonismo dos usuários do SUAS; o financiamento dos serviços socioassistenciais prestados pela rede privada. Sugestão de autor: 2º texto: Instituto Ethos. 8.4.4, que é o outro eixo dos Cadernos e também da Conferência: Participação e controle social no SUAS. Primeiro texto. Ementa: Apresentar e analisar os dados afetos ao controle social no SUAS que constam na: Pesquisa sobre o Perfil dos Municípios brasileiros - Munic; no Censo SUAS de 2010; NOB/SUAS 2010; correlacionando esses dados com as ações do CNAS (Resoluções) para o cumprimento das deliberações da VII Conferência Nacional de Assistência Social, que teve como tema principal a participação e controle social no SUAS; e, ainda, apontando as questões importantes a serem debatidas para definir estratégias para a implementação e fomento à participação no SUAS; correlacionar a realidade dos municípios (separando-os por porte) acerca do número de entidades e organizações que atuam no município (que representam os trabalhadores do SUAS, os usuários e as entidades e organizações de Assistência Social), e as normas existentes quanto à participação da sociedade civil nos conselhos (Lei Orgânica da Assistência Social — Lei 8.742/1 993; Decreto nº 6.308/2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de Assistência Social que trata o artigo 30 da LOAS; Resolução CNAS nº 130/2005, que aprova a NOB/SUAS; Resolução CNAS nº 109/2009 que define a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais; Resolução CNAS nº 23/2006, que dispõe sobre o entendimento acerca de trabalhadores do setor; Resolução CNAS nº 24/2006, que dispõe sobre representantes de usuários e de organizações de usuários da Assistência Social; Resolução CNAS nº 269/2006, que aprova a NOB/SUAS/RH); apontar a importância e implicações da articulação dos CAS com os demais Conselhos de políticas e de defesa de direitos nas três esferas de governo; relacionar a importância do uso dos meios de comunicação cibernéticos e a articulação dos atores da Assistência Social para o cumprimento de suas competências, tais como: o controle que é exercer o acompanhamento e a avaliação da execução das ações, seu desempenho e a gestão dos recursos, a de1beração/regulação que se trata de estabelecer, por meio de resoluções, as ações da Assistência Social, contribuindo para a continuação do processo de implantação do SUAS e da PNAS; e o acompanhamento e avanço das atividades e os serviços prestados pelas entidades e organizações de

Assistência Social públicas e privadas. Sugestão de autor: 1º texto: professora doutora Eleonora Schettini Cunha Segundo texto. Ementa: apresentar e analisar os dados afetos ao controle social no SUAS que constam na: Pesquisa sobre o Perfil dos Municípios Brasileiros - Munic; no Censo SUAS de 2010; NOB/SUAS 2010; Resolução CNAS nº 16/2010; discorrer sobre as diferentes formas de efetivar a participação dos usuários do SUAS nos Conselhos, nos espaços de deliberações e de debates nas três esferas de governo; as implicações e contribuições da participação da Sociedade Civil no SUAS nas três esferas federadas; as implicações, contribuições e estratégias para o fomento à participação dos usuários nos serviços socioassistenciais a relação da participação e controle social no SUAS e as questões apontadas na resolução CNAS nº 16/2010; o papel dos Conselhos de Assistência Social no controle social do Plano de Erradicação da Extrema Pobreza no Brasil; o financiamento para a garantia da infraestrutura administrativa, técnica e operacional para o suporte ao exercício do controle social. Sugestão de autor: 2º texto: Edval Bernardino. 9. Colaboradores. A Comissão apresenta os nomes de colaboradores da Coordenação Geral da Relatoria. Bem como da Comissão Organizadora. 9.1. Relatoria: a equipe de relatoria poderá contar, além do coordenador geral, que é a professora Valdete, com um relator geral. Relatora geral: Beatriz Paiva. 9.2. Composição da Comissão Organizadora: Conselho Nacional de Saúde. 9.3. Subcomissão de Acessibilidade: na última Conferência, a Comissão Organizadora trabalhou por meio de subcomissões. Considerando as avaliações realizadas pela Comissão acerca deste formato, sugere-se a criação de grupos para elaborar orientações e acompanhar a acessibilidade na VIII Conferência Nacional, bem como nas Conferências Municipais e Estaduais. Essa terá como atribuição elaborar e divulgar as orientações aos CAS sobre a garantia da acessibilidade nas conferências em 2011; acompanhar a acessibilidade na VIII Conferência; acompanhar e monitorar o Termo de Referência no que diz respeito à acessibilidade; acompanhar a transposição de barreiras arquitetônicas no local de realização da VIII Conferência Nacional e elaboração de materiais informativos. Sugestões de encaminhamentos: 1. Convidar o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, CONADE para participar do grupo; 2. Incluir esse ponto no relatório das Conferências Municipais para o envio aos CEAS e, para os relatórios dos CEAS e CAS/DF a ser enviado ao CNAS; 3. Avaliar, junto à SAGI, a possibilidade de realizar pesquisa junto aos delegados da VIII Conferência Nacional para avaliação da acessibilidade nas Conferências Municipais, Estaduais e do DF. Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS e Coordenador da Comissão Organizadora da VIII Conferência da Assistência Social".

A. Conselheira Fátima solicitou esclarecimentos sobre a composição da Comissão Organizadora, do Conselho Nacional de Saúde. O Conselheiro Renato de Paula esclareceu que a idéia era convidar o Conselho de Saúde para participar da Comissão Organizadora e o Conselho da Pessoa com Deficiência para participar da Subcomissão de Acessibilidade. O senhor Presidente referiu-se aos subeixos nos cadernos de texto, não se falando no início de subtemas porque as orientações metodológicas ainda estavam sendo construídas,mas com os mesmos sendo subeixos da Conferência que surgiam a partir de um grande tema. O Conselheiro Renato de Paula referiu-se aos anexos, informando que o primeiro era o anexo que estava anunciado no item “1. Consideração sobre questões apontadas no avaliação da VII

Conferência. 1. Estratégias da Conselho Nacional para e condução do processo de Conferências (Municipais, Estaduais, DF e Nacional) 1.1. Necessidade de iniciar o processo de orientação para a realização de eventos de mobilização com mais antecedência de forma a potencializar a participação dos Municípios, Estados e Distrito Federal. 1.2 Que a resolução com o tema da Conferência, bem como a realização de Reuniões Ampliadas e Descentralizadas para orientação deve acontecer com mais antecedência e em períodos que não conflitam com a agenda de eventos de mobilização e de Conferências dos Municípios, Estados e do Distrito Federal. 1.3 Que o CNAS defina o tema e o cronograma da próxima Conferência para que os Municípios, Estados e o Distrito Federal possam se organizar e pautar com antecedência. 1.4 Apresentar na CIT o tema e calendário de atividades para as Conferências Municipais, Estaduais, do DF e Nacional, de forma a pactuar com os gestores o apoio irrestrito a esse processo, dando todas as condições dos Conselhos convocarem, organizarem e realizarem as atividades previstas no calendário. 1.5. Previsão financeira da realização dos eventos de mobilização e da Conferência no Orçamento da Secretaria de Assistência Social. 1.6. Responsabilidade dos Gestores em realizar os eventos de mobilização e as Conferências Municipais, Estaduais, do DF e Nacional. 1.7. Responsabilidade dos municípios em viabilizarem a ida dos delegados (passagem, hospedagem e alimentação) para as Conferências Estaduais e VIII Conferência Nacional de Assistência Social. 2. Questões metodológicas e programáticas. 2.1 Pensar metodologias mais casadas do debate municipal com o estadual. As pessoas precisam ser motivadas para participar do debate em todas as fases. 2.2. Desafio de se definir urna metodologia do evento de mobilização e da programação da Conferência (painéis, oficinas e grupos de trabalho), que resgate a avaliação da execução do SUAS nos territórios, cuidando para trazer as especificidades regionais. 2.3. Que a programação seja menos densa, que as mesas tenham menos pessoas, visando propiciar e enriquecer o debate e o diálogo. 2.4 Pensar alguma estratégia de cumprimento de horários para não prejudicar a Plenária final. 2.5. Sugestão de análise da condução da Plenária final quanto a sua eficiência e eficácia em relação a outros modelos praticados, visando à adoção de algum avanço de como poderia se conduzir diferentemente o tratamento dessas propostas para a Plenária final. 2.6. Precisamos refletir como é que se faz para assegurar um padrão de qualidade de relatoria das Conferências de Assistência nos municípios e estados (que um padrão de qualidade seja minimamente aplicado para as Conferências Municipais e Estaduais, no que diz respeito ao fluxo e forma como se colhem e processam as informações). 3. Discussão do tema “participação” e envolvimento dos trabalhadores e usuários em eventos e conferências. 3.1 Que o CNAS defina estratégias para que o envolvimento e participação de gestores e técnicos do SUAS não sejam pontuais – que os Conselhos Municipais, Estaduais e do Distrito Federal sejam estimulados pelo CNAS a internalizar e manter uma rotina de coordenação dos eventos de mobilização. 3.2 Articular para que o tema “participação” seja um eixo importante e permanente na definição do temário da Conferência. 3.3 Dar continuidade à realização de eventos de mobilização antes das Conferências em 2011, de forma a preparar usuários, trabalhadores, entidades e gestores para uma discussão participativa do tema da VIII Conferência. 3.4 Dar visibilidade para as experiências de eventos de mobilização bem sucedidos, de

forma a incentivar os municípios a realizarem mobilizações nas próximas conferências. 3.5. Orientação de que nos CRAS, CREAS e nas entidades, os trabalhadores estimulem o debate do controle social e da participação com os usuários. 3.6. Que o CNAS tenha em sua agenda a estratégia para dar condições para que os usuários, por meio de capacitação, se tornem lideranças em cada local, de forma que a mobilização para a próxima Conferência seja maior. 4. Garantia de participação dos delegados nas Conferências. 4.1. Busca de instrumentos jurídicos que possibilitem uma punição ao prefeito que não garantir a participação do delegado na Conferência. 4.2. A participação é hoje entendida pela CGU, pelo TCU, por todos os órgãos como fundamental ao controle social – como agente público o delegado tem direito a participar dos eventos. O direito de participar está na constituição e foi traduzido na LOAS, mas precisamos decodificar melhor isto. No meu ponto de vista, da pessoa que falou isso, a próxima Conferência tem que ter o direito assegurado à participação. 5. Acessibilidade. 5.1. Outro recorte e cola, chega de a gente só proferir, precisamos declarar esse direito à acessibilidade. 5.2. Criar estratégias e demandar para a próxima conferência que a acessibilidade não fique só nas recomendações. 5.3. As conferências municipais, estaduais, do DF e nacional precisam seguir padrões mínimos de acessibilidade para sua realização. Cumpram-se as leis de acessibilidade. Foi provado em nível nacional que dá para fazer e isso tem que se tornar uma rotina em âmbito estadual e municipal. 5.4. Sugestão de o CNAS aplicar as orientações de acessibilidade em âmbito nacional. 5.5. Feitura de crachá com escrita em Braille. 6. Processo licitatório. 6.1 Temos que continuar alertas quanto ao pregão em outras situações e para as próximas conferências. Faz-se necessário ter uma equipe competente para acompanhar o processo. 7. Oficinas. 7.1. Necessidade de replicar nos estados e municípios os debates das oficinas realizadas nas Conferências, viabilização das mesmas no site do CNAS. 7.2. Sugestão de que o FONACEAS leve para os estados e também para os municípios essas oficinas (selecione as mais urgentes). 7.3. Importância de distribuir para os participantes o material discutido nas oficinas. 7.4 Repensar os horários e os objetivos das oficinas. 8. Estandes. O nosso cuidado deve ser desenhar um pouco mais a expectativa destes stands, e deixar menos abertos. Já temos elementos de análise para podermos dar mais direção aos stands. 9. Comunicação. 9.1. Precisamos avançar na divulgação de boas práticas e produzir notícias dentro, não só do processo de Conferência, mas em âmbito nacional. 10. Segurança. 10.1. Definir estratégia de segurança para inibição de roubos durante a Conferência 11. Intersetorialidade com outras políticas. 11.1. Temos que avançar no desafio da articulação com as outras políticas, e com as outras Conferências. O outro anexo são as atribuições da relatoria. 1. Orientações e Instrumentais para o processo de Conferências: A relatoria contará, nesta etapa, com um Coordenador-Geral e um Relator-Geral. 1.1 Produzir Orientações Gerais para o processo de realização das Conferências de Assistência Social nos municípios, estados, DF e a nacional (Histórico, Terna, Objetivo, Objetivos específicos, Eixos, Processo de Mobilização, Metodologia, dentre outros); 1.2. Produzir Orientações para as Conferências Municipais de Assistência Social (Documento Passo a Passo); 1.3. Produzir Orientações para as Conferências Estaduais e DF; 1.4. Propor Instrumentais para elaboração de relatórios das Conferências Municipais para os CEAS e das Conferências Estaduais e DF

para o CNAS; 1.5 Apresentar metodologia para as Conferências em reunião do CNAS com os CEAS; 1.6. Propor o Regulamento e Regimento Interno da Conferência Nacional; 1.7. Propor a criação e regras de sistema informatizado para o recebimento, controle e acompanhamento do registro dos relatórios das Conferências Estaduais e DF; e do processo de relatoria dos grupos de trabalho e Plenária final durante a Conferência Nacional; 1.8. Definir processo de trabalho para recebimento de relatórios das Conferências Estaduais e do DF e consolidação do Balanço das Conferências. 2. Organização do trabalho da relatoria durante a Conferência Nacional A equipe de relatoria poderá contar além do Coordenador-Geral e do Relator-Geral, com relatores responsáveis por eixo de discussão, relatores de grupo e relatores de oficina. 2.1. São atribuições do Coordenador-Geral: 2.1.1. apoiar a confecção da relatoria da Conferência Nacional e estabelecer a metodologia de trabalho para a sistematização dos conteúdos e propostas; 2.1.2. realizar o registro das mesas e dos painéis, em instrumento padrão. 2.1.3. preparar o material para capacitação dos relatores, incluindo os instrumentos de registros; 2.1.4. elaborar o consolidado de deliberações para a Conferência Nacional, por eixos, a partir do relatório final dos estados, construindo o Caderno de Deliberações a ser apreciado pelos grupos e aprovado pela Plenária da Conferência Nacional (Os cadernos devem ser construídos a partir de uma análise prévia, verificando as replicações, as incongruências ou outras situações a serem estudadas); 2.1.5. coordenar a sistematização das propostas apreciadas pelos grupos para deliberação na Plenária final; 2.1.6 apoiar a Plenária final com redação de novos conteúdos apresentados pelos participantes que solicitaram destaque, com o propósito de efetuar a consolidação das sugestões similares e a mediação das diversas posições presentes; 2.1.7. recepcionar e classificar as moções; 2.1.8 encaminhar à presidência do CNAS, após o término da Conferência Nacional as deliberações para posterior publicação em DOU; 2.1.9. produzir o relatório e/ou anais da Conferência Nacional. 2.2. São atribuições do Relator geral: 2.2.1. apoiar na confecção da metodologia dos trabalhos de relatoria, na modelagem dos processos de relatoria e na orientação dos relatores; 2.2.2. responsabilizar-se pela sala de relatores e pelas condições de trabalho para os mesmos; 2.2.3. apoiar a coordenação-geral em todas as suas atribuições. 2.3. São atribuições dos Relatores responsáveis por eixo: 2.3.1 apoiar na análise e redação das deliberações de cada eixo para posterior apreciação da Plenária; 2.3.2 constituíram-se em ponto de apoio do Relator-Geral, coordenando os relatores de cada eixo respectivo. 2.4 São atribuições dos Relatores de grupo: 2.4.1. acompanhar e relatar os debates do grupo, apresentando e ordenando as deliberações para apoiar a relatoria geral; 2,4.2. responsabilizar-se em verificar o número de delegados presentes; 2.4.3 oferecer suporte ao andamento dos trabalhos do grupo. 2.5. São atribuições dos Relatores de oficinas: 2.5.1. sistematizar o conteúdo das exposições e do debate transcrito em cada oficina, assinalando as intervenções, as propostas sugeridas e os encaminhamentos efetuados; 2.5.2. relatar os nomes dos expositores, bem como dos coordenadores da oficina. 2.5.3. relatar o número de pessoas presentes na oficina, conforme lista de presença”. Por último, a minuta da resolução que define o período do calendário. “Resolução nº , de. - ‘Define o período para realização das Conferências de Assistência Social de 2011. A Plenária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 8.742, de 07

de dezembro de 1993, em Reunião realizada nos dias 15, 16 e 7 março de 2011 e, Considerando que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS convocaram, conjuntamente, por meio da Portaria Conjuntamente por meio da Portaria Conjunta 17 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 20 de dezembro de 2010, a VIII Conferência Nacional de Assistência Social, a realizar-se em Brasília, Distrito Federal, no período de 7 a 10 de dezembro de 2011 tendo como tema geral 'Avançando na consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS com a valorização dos trabalhadores e a qualificação da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios', Resolve: Art. 1º Definir o período para a realização das Conferências de Assistência Social: I. Conferências Municipais - prazo inicial: 02 de maio — prazo final: 07 de agosto de 2011; II. Conferências Estaduais e do Distrito Federal - prazo final: até 14 de outubro de 2011; III. Conferência Nacional de Assistência Social: 7 a 10 de dezembro de 2011. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor da data de sua publicação. Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS". O Conselheiro Renato de Paula informou que o último anexo era um quadro que tratava da distribuição das vagas para delegados da Conferência e o qual seria explicado quando chegasse sua vez, com a participação do Sr. Luiz Otávio. O senhor Presidente indicou o Item 1, não havendo nenhuma consideração, sendo aprovado. Item 2, calendário, o Conselheiro José Crus observou que a primeira data da Comissão Organizadora era 30 e 31 de março, mesma data do Encontro Nacional dos Trabalhadores, o eu deveria ser revisto, por participar dos dois eventos. O Conselheiro Renato Saidel sugeriu dia 4 de abril, com o senhor Presidente ponderando que essa data seria verificada pela Secretaria-Executiva. Considerando lida a minuta e o destaque feito, o item foi considerado aprovado. Item 3. Coordenação-Geral da relatoria, com a indicação da ex-Presidente, Sra. Valdete de Barros Martins, sendo que na próxima reunião haveria a apresentação de um produto. Não havendo consideração, o item foi aprovado. Estratégias para divulgação do tema da VIII Conferência. Neste item solicitou a projeção da logomarca, sendo aprovada pelo Pleno. O senhor Presidente solicitou ao Conselheiro Renato de Paula que explicasse a logomarca, que informou que a Coordenação de Publicidade da ASCOM havia trabalhado junto com a Comissão Organizadora para criar essa logomarca, relatando como havia sido esse processo de criação. O Conselheiro Pedro Ost indagou como havia sido pensado o patrocínio, indagando se o mesmo seria colocado nessa logomarca. O Conselheiro Clodoaldo manifestou que gostaria de ouvir também a explicação técnica porque o tema geral da Conferência era bem amplo, querendo saber a explicação técnica de estar só no singular e não no plural, o que daria mais força. O senhor presidente concordou que se poderia colocar trabalhadores do SUAS. A Conselheira Maria Aparecida referiu-se ao tema, "valorização do trabalhador do SUAS", observando que como colocado estava de forma geral, tendo que ser mais específico indicando que era o trabalhador do SUAS. O Conselheiro Renato de Paula, dirigindo-se ao Conselheiro Pedro Ost, esclareceu que aquela aplicação das marcas oficiais tinha uma regra, sendo normatizado em lei, colocando-se as que deveriam constar, com a inclusão daquelas do patrocínio dependendo da negociação Com relação à mudar o nome, "valorização dos trabalhadores", concordava se fosse de consenso do Pleno. Após mais algumas considerações, o Conselheiro Clodoaldo

indagou se o logo do CNAS já estava pronto e se entraria nessa logo, com o senhor Presidente explicando que estava no concurso, com o mesmo sendo encerrado em 31 de agosto, devendo ser trazido para aprovação da Plenária em abril, mas sendo preciso discutir com a ASCOM. O Conselheiro José Araujo observou que o Termo de Referência levava 60 dias para estar pronto, ao que o Conselheiro Renato de Paula solicitou atenção para não haver nenhum encaminhamento equivocado. A Conselheira Maria Aparecida ponderou que não discordava da proposta da Comissão, mas levando em consideração ser uma demanda que havia aparecido durante a organização dos encontros. Que haviam discutido que a Conferência não era para e dos trabalhadores, mas que os mesmos tinham um importante papel, havendo uma demanda e uma expectativa. Considerava que esse cuidado com a logomarca da Conferência ajudava, valorizando os trabalhadores do SUAS, o que gostaria que fosse levado em consideração, concordando com a inclusão do termo “do SUAS”. O Conselheiro Sérgio Wanderly propôs colocar “consolidação do SUAS e valorização de seus trabalhadores”, com o Conselheiro Frederico manifestando-se contemplado com essa sugestão. O Conselheiro Renato de Paula indicou a alteração “Consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores”, sendo esse o encaminhamento. O Conselheiro Clodoaldo ponderou ser mais adequado falar em consolidação do Sistema do que em consolidar o SUAS em uma Conferência. O Conselheiro Renato de Paula observou que a expressão “consolidar e valorizar” era uma palavra de ordem, com “consolidação e valorização” dando a idéia de processo em andamento. Após mais algumas colocações, o senhor Presidente indicou haver duas propostas, com o Conselheiro José Crus reforçando o uso do verbo no infinitivo e o Conselheiro Clodoaldo mantendo a idéia de se trabalhar a lógica do processo. O senhor Presidente procedeu à votação dessas propostas, vencendo aquela colocada pelos Conselheiros José Crus e Simone, de colocar o verbo no infinitivo, “Consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores”. Item 5. Reunião Ampliada com os CEAS dia 15 de abril, sendo aprovado. Visto que o Sr. Luiz Otávio ainda não havia chegado, passou ao Item 7. Estrutura e formato da VIII Conferência Nacional. 7.1. 7.2. que trataria de estandes, espaços alternativos, com o Conselheiro Renato de Paula esclarecendo que a manutenção desses espaços era em consideração que haviam sido avaliados como positivos na Conferência anterior. O Conselheiro Clodoaldo indagou se abarcava o Item 7.2, solicitando que fosse designado um espaço para o Fórum Nacional de Assistência Social, informando que na VII Conferência além dos trabalhadores de Assistência Social, também espaço para as suas entidades, fazendo um encaminhamento. A Conselheira Iolete colocou que o Fórum Nacional de Assistência Social congregava usuários, trabalhadores e entidades, com um estande atendendo os três segmentos. O Conselheiro Pedro Ost lembrou que na Plenária passada haviam falado sobre a realização de uma homenagem ao Conselheiro Kbça, indagando onde seria. O Conselheiro Renato de Paula informou que seria mais à frente, quando se discutisse a programação. O Conselheiro José Crus destacou a preocupação da Comissão Organizadora, observando que incluir mais um estande resultaria em mais recursos, concordando com a colocação da Conselheira Iolete. O senhor Presidente observou, em relação à última Conferência, que se faria um conjunto de orientações para que os estados pudessem utilizar esse espaço, o que seria aprovado nessa Plenária, e um elemento novo que seria um

estando que não havia na última Conferência e que contemplaria Conselhos de políticas e de direitos, promovendo-se a intersectorialidade com as outras políticas, convidando-se outros Conselhos para expor nesse único espaço. Que havia duas propostas, uma do conselheiro /Clodoaldo de se manter três estandes, um por segmento, e uma da Conselheira Iolete, de que o Fórum abarcasse os três segmentos da Assistência Social, promovendo o seu fortalecimento. Propôs que refletissem, encontrando que seria um belo passo, tanto para o Fórum quanto para a Assistência como um todo, tendo um grande espaço para os três segmentos. O Conselheiro Clodoaldo observou que em princípio eram três espaços, um para usuários, um para trabalhadores e entidades, com esse espaço sendo mantido e ampliado, inclusive para apresentar as produções de cada segmento. O senhor presidente ponderou que havia que se tomar cuidado quanto ao tamanho e não preenchimento do espaço, devendo se discutir na Comissão e trazer proposta de regramento. O Conselheiro Renato de Paula manifestou sua idéia: que havia o indicativo de ter um espaço para os segmentos, um espaço para o Fórum ou um espaço para os segmentos dentro do Fórum, o qual deveria ser lavado para a Comissão Organizadora, que consultaria com a Secretaria-Executiva o que estaria previsto no Termo de Referência quanto aos espaços que se poderia trabalhar dentro do orçamento existente. A partir dessa consulta, a Comissão Organizadora faria as adequações necessárias para distribuir da melhor maneira possível os diversos atores, nomeando aqueles que partilhariam desse espaço, com a concordância do Conselheiro Clodoaldo. O senhor Presidente destacou que o encaminhamento era que o Fórum abarcaria os três segmentos, com o espaço dos trabalhadores deixando de existir, ficando fechado o Item 7. Item 8. Caderno de textos. O Conselheiro Renato de Paula, desculpando-se em nome da Comissão Organizadora, esclareceu que havia uma falha nessa memória, por não trazer um item explicando exatamente a discussão ocorrida sobre o subeixo do caderno quanto o da Conferência. Esclareceu que a, a partir do tema geral, *“avançando na consolidação com valorização dos trabalhadores para qualificação dos serviços”* haviam tentado resgatar bastante da discussão feita em Fortaleza, quando haviam chegado ao consenso sobre as questões que deveriam ser discutidas na Conferência. Que a Comissão havia proposto quatro grandes eixos norteadores da Conferência e da formulação do Caderno de Textos e subsídios, ademais da a inclusão de um tema a pedido da Ministra do MDS, Sra. Tereza Campelo, que o Conselho considerasse a formulação do Plano e as Estratégias do Plano de Erradicação da Extrema Pobreza: “O SUAS e a erradicação da extrema pobreza no Brasil”, “Estratégias para estruturação da gestão do trabalho no SUAS”, “A qualificação e a qualidade dos serviços socioassistenciais” e “A participação e o controle social”. Destacou que o era considerado como ementa, era um extrato do *brainstorm* feito pela Comissão, que encontrava que o mesmo passaria por um tratamento do Comitê Editorial, formando pelo próprio Conselheiro, representando o CNAS, a SAGI e a ASCOM do MDS. Informou que essa Comissão Editorial ainda não havia se reunido, para poder tratar dessas sugestões e dar o tratamento de ementa que deveriam para poder dialogar com os autores. Falou sobre os temas disponibilizados, os quais deveriam ser tratados, assim como indicado o nome de pessoas que poderiam trabalhar textos dentro dos itens alocados. Observou que a Comissão Organizadora dispunha de pouco tempo para

trabalhar, com a maioria dos assuntos tendo que ser discutidas na Plenária, destacando que a comissão não havia conseguido traduzir o que o Pleno já havia encaminhado. Explicou que a Comissão havia proposto uma série de assuntos para discutir dentro dos quatro eixos, tendo pensado em dois textos por eixo e que discutissem aspectos diferenciados de cada um, com a Comissão Editorial dando um tratamento mais apurado para todas as idéias que a Comissão havia levantado e que estavam expressas nessa memória. O senhor Presidente esclareceu que no momento em haviam iniciado o trabalho na ementa havia sido uma época muito conturbada, com o objetivo dessa discussão sendo dar um sentido de concepção para cada um dos textos, falando sobre cada um dos mesmos e como seriam tratados. Observou a importância de que os nomes dos autores, considerando o convite que seria feito aos mesmos, tendo uma agenda a ser cumprida para que esse Caderno de Textos estivesse pronto em julho, com o cronograma já estando atrasado, falando sobre a rede e suas articulações, e outros assuntos pertinentes. A Conselheira Simone, destacando sua colaboração, ponderou que qualquer intervenção que o Pleno fizesse acerca de assuntos bastante aprofundados pela Comissão Organizadora, corria o risco de ter intervenções deslocadas do contexto. Que nesse sentido, o Caderno de Textos vinha colaborando historicamente nas Conferências para colocar o tema da Conferência em debate, falando sobre o objetivo dessa Conferência, de aprimorar a gestão e qualificar os serviços, valorizando seus trabalhadores. Como primeiro ponto, a Conselheira Simone ponderou que faltava algo que fizesse a introdução do Caderno, dando uma liga ou refletindo o que o CNAS queria e o que era necessário para o SUAS nesse momento, solicitando que a Comissão Organizadora pensasse sobre o assunto. Destacou que o outro também era uma sugestão de que o componente da gestão não fosse dissociado da qualidade dos serviços, falando sobre sua ampliação e a necessidade de colaborar com a Comissão Organizadora. Observou que a questão dos trabalhadores lhe parecia um pouco sem definição, tendo que ganhar relevância na Conferência, com o texto devendo ser alterado. Encontrava que o tema da Conferência era um tema que interessava a todo o Conselho Nacional, assim como o tema dos trabalhadores. Concluindo, indagou se teriam seis textos no Caderno de Textos. O senhor Presidente esclareceu que todos haviam contribuído e, considerando o tempo disponível, haviam solicitado que os trabalhadores ajudassem a construir o que estava faltando nos eixos, trazendo o resultado para debate no Conselho. Destacou que em todos os momentos a Comissão Organizadora havia tratado o tema dos trabalhadores em conjunto e nunca isoladamente. Esclareceu que eram dois textos por subeixo, sendo oito textos mais a apresentação. Esclareceu que a apresentação era assinada pelo próprio Presidente, escrevendo a partir da escuta do Pleno e não sua opinião pessoal. Observou que esse texto, a partir de um debate com o Pleno, poderia ser o elo para amarrar toda a temática. A Conselheira Leila Pizzato indagou sobre os integrantes do Conselho Editorial, indicando sua preocupação se as ementas atenderiam o que se queria discutir e se os textos estariam de acordo com o que vinham pensando e defendendo. Sugeriu a ampliação do Conselho Editorial, com os textos tendo que passar por uma revisão do CNAS. O Conselheiro Renato de Paula esclareceu que nesse momento estavam solicitando sugestões à Plenária para ajudar a Comissão Editorial a fechar o assunto. Solicitou o registro da sugestão

da Conselheira Simone, cujas propostas havia anotado, de que o tema fosse tratado na Plenária. Com relação à questão dos trabalhadores, informou que havia um conjunto de assuntos arrolados, com a Plenária podendo ajudar e sugerir questões. O Conselheiro Renato Saidel referendou as palavras do Conselheiro Renato de Paula, observando que as questões citadas estariam contempladas no texto do Presidente na abertura do Caderno de Textos. Observou que possivelmente na produção do texto não tivessem conseguido contemplar o que havia sido discutido, precisando debater para esclarecer o assunto, considerando o pouco tempo faltante para a Conferência, tendo que estar pronto até a reunião de abril, pois em maio já começavam as Conferências Municipais. O Conselheiro Carlos Rogério, citando a questão dos trabalhadores, encontrava que a discussão deveria partir do Pleno, citando, também, a jornada de 30 horas dos Assistentes Sociais que não estavam sendo cumprida, tendo que se discutir essa questão. O Conselheiro Clodoaldo concordava com a Conselheira Simone, mas entendia que o item 8.4.3 já contemplava sua preocupação com relação aos serviços socioassistenciais, com a ementa trazendo a análise dos dados sob a perspectiva de qualificação e apontando serviços de responsabilidade da gestão da Assistência. Ponderou que o foco era os trabalhadores, e se tratassem a consolidação de uma maneira diferente, poderiam se desviar do tema central posto pela Conferência passada e que queriam colocar na VIII Conferência. O Conselheiro Renato de Paula ponderou que as sugestões da Conselheira Simone estavam contempladas, mas não devidamente esclarecidas, indicando o tema dos trabalhadores e outras questões que a Plenária poderia analisar e ajudar a Comissão Editorial a achar o caminho. Propôs que os Conselheiros analisassem a memória e devolvessem suas sugestões em tempo hábil, se possível antes da reunião da Comissão ajudando a melhorar os resumos, caso contrário, passariam para os próximos itens e ficariam com as considerações feitas até o momento. Observou que ainda teriam que contatar os autores para os textos, relatando que eram sempre os mesmos que atendiam visto ser sempre ao final do prazo, mas que dessa vez queriam trabalhar com antecedência para trazer novas pessoas. Falou sobre os contatos mantidos para que esse caderno fosse diferente em todos seus aspectos, sendo preciso dispor de tempo para se organizar, ponderando que a primeira definição que deveria ser feita era a de conteúdo, solicitando novamente a colaboração do Plenário com sugestões que pudessem melhorar a formatação das ementas. O Conselheiro Frederico procedeu a sugestões de redação da primeira e a segunda ementa: *“Apresentar os dados técnicos sobre a gestão do trabalho no SUAS, que consta na pesquisa sobre o perfil dos municípios brasileiros, MONIQUE, o Censo SUAS, fazer um comparativo do Censo realizado em 2009 com o de 2010. NOB/SUAS 2010, NOB/RH/SUAS, co-relacionando estes dados com os dados apresentados no Encontro Nacional dos Trabalhadores do SUAS. Apontar questões importantes a serem analisadas, acerca da chamada militância cidadã no SUAS.. A segunda seria apontar e discorrer sobre questões importantes a serem debatidas para a definição de estratégias, para a implementação da NOB/RH/SUAS. Analisar acerca das formas de contratação dos trabalhadores do SUAS, e os serviços socioassistenciais, plano de cargos e carreiras, para a sua criação e implementação, e financiamento da gestão do trabalho no SUAS. Diante do trabalho dos dirigentes e entidades de Assistência Social, enquanto co-gestores da rede*

socioassistencial, tendo em vista sua atuação na gestão do trabalho da rede complementar, e a importância da interlocução dos atores, em seus trabalhos, com as diretrizes do SUAS. Apontar e analisar questões importantes a serem discutidas sobre o trabalho voluntário e o SUAS". O senhor Presidente indagou se acatariam o encaminhamento do Conselheiro Renato de Paula ou se haveriam outros. O Conselheiro Renato de Paula solicitou que encaminhassem por e-mail sugestões para que o Comitê Editorial fechasse as ementas, esclarecendo que não seriam criadas novas coisas, mas sim encaminhar outras formas de organização do que já estava colocado. A Conselheira Simone encontrava que na gestão do trabalho se deveria discutir o trabalho e seus trabalhadores, sugerindo que se discutisse a direção do trabalho, considerando ser necessário que se compreendesse quem era o trabalhador no SUAS e sua importância para consolidar e qualificar o Sistema e que, segundo, se dividisse os trabalhadores e a gestão do trabalho. Quanto ao controle social, já havia destacado que não haveria jeito de dar qualidade nos serviços sem a participação e protagonismo dos usuários, despertando sua consciência para a importância dessa participação. Concluindo, a Conselheira Simone sugeriu que se discutisse as questões que havia colocado, encontrando-se o rumo que deveria ser dado por esse caderno de textos. A Sra. Célia, do FONSEAS, encontrava que a consolidação SUAS estava no comparecimento do controle social, na qualificação dos serviços, falando para o Conselheiro Renato de Paula que isso não estava mal nominado, acreditando que o aprimoramento da gestão do trabalho teria que passar por todos os eixos. A Conselheira Leila indicou o item 8.1, tendo que haver representantes da Sociedade Civil nesse Comitê Editorial, sugerindo fossem incluídos dois representantes nessa composição. O Conselheiro Renato de Paula esclareceu que a indicação de seu nome não havia sido feita pelo seu segmento, mas por sua *expertise*. Concordou com a proposta da Conselheira Leila, mas destacando que teria que ser alguém da Sociedade Civil que tivesse bastante disponibilidade, considerando a grande carga de trabalho. A Conselheira Leila indagou sobre o tempo que demandaria o envolvimento da Comissão Editorial ao que o senhor Presidente observou que os convites seriam feitos e ter o aceite dos escritores até 31 de março, para que pudessem redigir o texto em abril. O senhor Presidente colocou que na próxima semana teriam que ter definido as ementas para iniciar o contato com os autores, com a Conselheira Leila propondo seu nome para essa participação, sugestão aprovada pelo Pleno. O senhor presidente observou que a sugestão da Conselheira Leila para que a reunião fosse realizada no dia 22 de março seria analisada e se informaria posteriormente, mas que continuassem a enviar as sugestões por e-mail. Esclareceu como esse procedimento havia sido adotado na Conferência anterior, quando os textos haviam sido feitos pelos segmentos de Conselhos, sendo que agora estavam propondo que apresentassem as demandas para os escritores trabalhar o assunto. O Conselheiro Clodoaldo observando que sua citação nos anais da VII Conferência Nacional havia sido registrada de forma diferente, indagando se haveria errata para essa correção. Indagou se o próximo trabalho seria enviado para os autores para conferir se suas colocações eram registradas corretamente, ao que o senhor presidente destacou a existência da degravação das oficinas e as relatorias, mas que chegaria o momento dessa discussão. O Conselheiro Clodoaldo relatou que no evento anterior os surdos haviam

ficado sem os aparelhos, apesar das reclamações ocorridas, tendo que se tomar cuidado para evitar esses transtornos. O Conselheiro Renato de Paula esclareceu que um dos textos era um extrato da avaliação da VII Conferência, tendo gravação de questões que seriam consideradas no próximo evento. Destacou outra questão sobre as atribuições da Relatoria, uma das quais a produção dos anais da Conferência Nacional, o que significava que a Comissão Organizadora sentava e discutia os procedimentos pertinentes para formular os anais, o que incluía um retorno aos falantes, com o Conselheiro Clodoaldo manifestando-se contemplado. Após colocações sobre a situação dos aparelhos para os surdos, o senhor Presidente passou para o Item 9, referente aos colaboradores da Conferência, com o mesmo sendo aprovado pelo Pleno. O senhor Presidente citou a distribuição de vagas, com o Conselheiro Renato Saidel informou que a Comissão havia consultado o MDS tendo por base os critérios da Conferência passada, tendo sido levado em consideração algumas questões e chegando-se ao total de vagas para o próximo evento. O senhor Presidente citou os três critérios, população, número de municípios e a gestão básica e plena e número de conferências realizadas, ficando da seguinte forma a distribuição: 50% tratando de população e número de municípios, e os outros 50%, divididos por dois, 25% para conferências realizadas e 25% para nível de gestão. Que haviam procurado dar um equilíbrio entre a questão demográfica e a da política, dado inovador para essa distribuição. O Conselheiro Renato Saidel relatou o mínimo de vagas por estado, de oito e que não atingia esse percentual era feito arredondamento, relatando as vagas distribuídas por município: Acre, 8; Alagoas, 20; Amazonas, 18; Amapá, 08; Bahia, 84; Ceará, 46; DF, 08; Espírito Santo, 18; Goiás, 46; Maranhão, 42; Minas Gerais, 140; Mato Grosso do Sul, 16; Mato Grosso, 24; Pará, 38; Paraíba, 36, Pernambuco, 46; Piauí, 34; Paraná, 74; Rio de Janeiro, 58; Rio Grande do Norte, 28; Rondônia, 10; Roraima, 8. Rio Grande do Sul, 38; Santa Catarina, 48; Sergipe, 14; São Paulo, 182; e Tocantins, 18, totalizando 1150 Delegados. Com relação aos Delegados Estaduais havia sido adotado o seguinte critério: com menos de 2% da população total brasileira que estivesse necessitada, 04 delegados; de 2 a 5%, 06 delegados; e acima de 5%, 08 delegados: São Paulo, mais 08; Minas, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, 08 cada; Pernambuco, Ceará, Pará, Maranhão, Santa Catarina, Goiás e Paraíba, 06 cada; Espírito Santo, Amazonas, Rio Grande do Norte, Alagoas, Piauí, Mato Grosso, DF, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Rondônia, Tocantins, Acre, Amapá e Roraima, 04 cada,, totalizando 146 Delegados Estaduais, totalizando 1296 Delegados vindos de Conferências Municipais e Estaduais. O senhor Presidente colocou a preocupação que haviam tido de não ampliar o número de delegados, considerando os custos e esclarecendo que eram vagas para Delegados Municipais e Estaduais, observando que o entendimento de algumas pessoas era diferente. O Conselheiro Sérgio Wanderly destacou que essa explicação deveria constar no caderno, relatando que nas Conferências compareciam pessoas que não haviam passado pelos trâmites normais de Conferências Municipais e Estaduais, o que deveria ser controlado. A Conselheira Simone encontrava que cabia ao Conselho Nacional dar as grandes diretrizes nacionais, estabelecer os critérios e colocar o número de gestores por estado, os quais deveriam indicar seus representantes. Relatou que havia sendo na última Conferência que havia Conselho Estadual que era

tão distante dos municipais, os quais perderiam suas vagas por não terem legitimidade, tendo que se discutir primeiramente os critérios, encontrando positiva essa representação de instância estadual e cuja conferências eram o chamatório das Conferências Municipais, mas que era complicado determinar a escolha dos representantes dos estados. Ponderou que como tais problemas somente iriam acontecer nas Estaduais, se daria um tempo para amadurecer, sugerindo que os cadernos de orientação fossem separados, sendo um para as Conferências Municipais e outro para as Estaduais. O senhor Presidente ponderou que havia mais tempo para fazer uma reunião com os Conselhos Estaduais no dia 15, esclarecendo a situação. Destacou que o item sobre a questão de vagas estava encerrado, sendo aprovado pelo Pleno. Passou para o **Item Relato do GT que discute parâmetros de caracterização de entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos**, pelo Conselheiro Wagner: “Reunião do GT instituído pela Resolução CNAS N° 3812010. Data: 21 de fevereiro de 2011. Horário: 10h às 17hs. Local: Sala 108, CNAS — Esplanada dos Ministérios, Bloco F - Anexo, Ala A. Conselheiros presentes: Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho; Clodoaldo de Lima Leite; Leila Pizzato; Simone Aparecida Albuquerque; Renato Francisco dos Santos Paula; Wagner Carneiro de Santana; Ausência Justificada da Conselheira: Marisa Rodrigues da Silva. Ausência da Conselheira: Eutália Barbosa Rodrigues. Apoio da Secretaria-Executiva do CNAS Christianne Camargo Menezes; Maria de Fátima Teixeira de Souza. Verificada a presença de quorum, teve início a reunião. 1. Assunto: Eleição do Coordenador e do Coordenador Adjunto do GT. Foram escolhidos como Coordenador e Coordenador-Adjunto, respectivamente, os Conselheiros Wagner Carneiro de Santana e Renato Francisco dos Santos Paula. 2. Assunto: Plano de ação do GT. Primeiramente foi lido o documento encaminhado pelo Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS — DRSP sobre entidades de assessoramento e garantia de direitos (documento anexo), e posteriormente a Resolução n° 64, de 10 de novembro de 2010, do Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte que ‘Aprova os Parâmetros para a Inscrição de Programas, Projetos e Benefícios no Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, das entidades sem fins lucrativos que atuam na área da Assistência Social’”(documento anexo), em especial no que diz respeito ao detalhamento das atividades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos. **Encaminhamentos:** 1- Discutir o papel das entidades no SUAS e esclarecer o papel daquelas que desenvolvem ações de assessoramento e de defesa e garantia de direitos. 2 — Na próxima reunião, dia 23 de março de 2011, das 9h às 13h, serão convidados o Sr. Luís Otávio Pires Faria- Coordenador-Geral de Serviços de Vigilância Social — DGSUAS/SNAS/MDS para apresentação do Censo SUAS’ Rede Privada e da PEAS - Pesquisa de Entidades de Assistência Social, e o Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS - DRSP com o enfoque de contribuir sobre o papel das entidades no SUAS. Das 9h às 18 h serão convidados os representantes de entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos, de Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social: Instituto Pro Bono (SP), ABONG (SP), REBRATES (SP), Cáritas Brasileira (DF), Federação Nacional das APAES (DF), Instituto Polis (SP), OAB Federal (DF), presidente do FONACEAS, presidente do CMAS de Belo Horizonte. A apresentação da Cáritas Brasileira, Federação das APAES e a OAB Federal ocorrerá das 11 h às 13h, as demais se

apresentarão à tarde. 3- Recomendar aos Conselhos Estaduais que discutam a temática independente da realização das Conferências. 4- Discutir conceitualmente a rede socioassistencial com o apoio de convidados externos. A sugestão de nomes serão encaminhados por e-mail aos demais Conselheiros pelos Conselheiros Renato de Paula e Simone. 5 - Recomendar à Comissão Organizadora da Conferência Nacional que inclua na pauta da VIII Conferência o tema: das entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos e na reunião com os Conselhos Estaduais. 6 - Solicitar a prorrogação por 90 (noventa) dias para apresentação à Plenária do CNAS as proposições e produtos do trabalho do GT (minuta de Resolução anexa). 7 - As reuniões do GT também ocorrerão no dia 15 de abril e no dia 11 de maio. Wagner Carneiro de Santana Coordenador do GT'. Em seguida tem a minuta que solicita a prorrogação. Prorroga o prazo para o Grupo de Trabalho, instituído pela Resolução nº 38/2010 para discutir parâmetros de caracterização de entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos. 'O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, em Reunião Ordinária realizada nos dias 15, 16 e 17 de março de 2011, no uso da competência que lhe confere o artigo 18 da Lei n.2 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, RESOLVE: Art. 1. Prorrogar por 90 (noventa) dias o prazo para o Grupo de Trabalho, instituído pela Resolução nº 38, de 11 de novembro de 2010, publicado na Seção 2, do Diário Oficial da União de 29 de novembro de 2010, apresentar à Plenária do CNAS as proposições e produtos do trabalho realizado. Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social". O Conselheiro Wagner esclareceu que haviam sido entregue o anexo de entidades de assessoramento, defesa e garantia de direitos, o qual já havia sido discutido e encaminhado por e-mail para os Conselheiros, com uma minuta do Conselho Municipal de Belo Horizonte, com os convidados comparecendo no dia dia 23 de março, com muitas pessoas não tendo dado retorno. Não sabia se seria necessário trazer todo o material disponível, embora tivesse sido lida a minuta e estivessem em processo de estudo. A Conselheira Leila esclareceu que fariam a apresentação dessa minuta a um número maior de entidades, faltando um item entre o 4 e o 5 que falasse desse Seminário Ampliado, falando sobre o encontro realizado. O senhor Presidente cumprimentou o trabalho realizado pelo GT, colocando o encaminhamento para prorrogação do GT por mais 90 dias e incluir o item sobre o seminário, com esses dois pontos sendo aprovados pelo Pleno. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou a reunião, convidando a todos para retornarem no dia seguinte. **ABERTURA.** Aos dezessete dias do mes de março de dois mil e onze, teve prosseguimento a 187ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, com o Conselheiro Renato de Paula, Presidente em exercício, solicitando à Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros Titulares ou na titularidade: Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula, Conselheiro José Geraldo França Diniz, Conselheira Fátima Rampin, Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, Conselheiro Pedro Ost, Conselheiro Celso Pasquini, Conselheiro Samuel Rodrigues, Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes, Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa. Conselheiros Suplentes: Conselheiro José Ferreira da Crus, Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, Conselheiro Wagner Carneiro de Santana,

Conselheira Leila Pizzato, Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo, Conselheiro José Araújo da Silva, Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos e Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria. O senhor Presidente em exercício registrou a presença do Conselheiro Antônio Castro e da Conselheira Célia, os quais ainda não haviam sido nomeados oficialmente. Agradeceu a colaboração das pessoas que vinham contribuindo e ajudando a avançar na Política Pública de Assistência e nos controle social, nomeando aqueles que haviam participado no Encontro de Trabalhadores. **Item Relato do GT que discute parâmetros de caracterização de entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos.** A seguir, passou a palavra para a Sra. Léa Braga, que falaria sobre o tema, em nome do GT e cuja agenda havia sido amplamente debatida. Esclareceu que essa agenda central de debates com os trabalhadores da Assistência Social, conforme já vinha ratificado na NOB-RH também era uma das deliberações da Conferência Nacional de 2009. Falou sobre os objetivos colocados a partir dessa agenda, destacando a importância da certificação profissional e a creditação de competências profissionais e institucionais, destacando a importância de se associar o conhecimento com a formação. Relatou a proposta de atualização da Classificação Brasileira de Ocupações, tendo como importante foco a atualização do SUAS. Falou sobre a importância de debates com universidades, MEC, assim como a importância da instituição da Mesa Nacional de Negociação do SUAS e sua organização, parabenizando o Conselho pelo cumprimento da agenda e informando que de 22 de setembro até final de novembro foram realizados cinco Encontros Regionais, referindo-se, também, ao Encontro Nacional e os significados desses Encontros, possibilitando várias ações para a gestão do trabalho e a construção de estratégias. Destacou alguns itens da agenda que trazia pontos da defesa da Assistência Social e do SUAS e apontavam para o aprimoramento da gestão e dos serviços socioassistenciais do sistema, registrando a importância e o significado desses encontros. Falou sobre o Encontro Nacional, possibilitando discussões dos principais pontos levantados pelos trabalhadores nos mesmos, ademais de contribuir para a continuidade da agenda da gestão do trabalho no âmbito do SUAS e que aconteceria no final do mês, dias 30 e 31. A Sra. Léa passou a falar sobre as tarefas do Grupo de Trabalho, sendo a principal a dotação ao CNAS, registrando os integrantes desse GT, Conselheiros Ana Carolina, Antônio Pereira, que já não estava no GT, mas havia contribuído no início do processo do trabalho, Carlos Rogério, Frederico, Iolete, em alguns momentos, compartilhando com a Márcia, José Crus, Maria Aparecida e Simone, indicando, também, os demais colaboradores. Falou sobre o instrumental utilizado nos encontros regionais e seu aperfeiçoamento, buscando alcançar os melhores resultados, assim como a produção de pareceres sobre a relação entre o que o SUAS requeria atualmente dos profissionais na gestão e execução dos serviços, articulando com um elemento muito importante, que era a competência e atribuição profissional. Passou a falar sobre os procedimentos adotados para atender as demandas e as necessidades exigidas para que alcançassem os objetivos propostos, com esse GT vindo ratificar a NOB-RH. A Sra. Léa falou sobre a estruturação das equipes considerando as necessidades de composição da gestão do trabalho e as particularidades locais e regionais e necessidades das famílias, visando o aprimoramento e qualificação dos serviços. Falou sobre os indicativos: ratificação da NOB-RH,

ratificação da equipe de referência colocada pela NOB, assistente social, psicólogo e advogado na proteção social especial de média complexidade, colocando as categorias profissionais habilitadas para atender às especificidades dos serviços e aquelas habilitadas para gestão, indicando o material em tela sobre as profissões. Concluindo, informou que essa apresentação aos Conselheiros lhes fornecia informações para que tivessem essa dimensão do trabalho específico do GT e de seu conteúdo, contribuindo no que fosse necessário ao diálogo nesse Conselho. Destacou que o GT estava muito tranquilo com o resultado do seu trabalho, agradecendo o convite para contribuir com o CNAS, destacando as condições de trabalho viabilizadas pela SNAS e pelo MDS para o cumprimento dessa tarefa nesse curto espaço de tempo. Que gostaria de registrar que os conteúdos apresentados resultavam de um trabalho coletivo, registrando, também, a importância da presença das professoras Jucimere, Egli e Denise Colin neste processo. Concluindo, a Sra. Léa informou que estavam entregando oficialmente esse trabalho, solicitando o registro dessa entrega e informando que cada categoria profissional tinha uma pasta com todas as informações organizadas e as legislações analisadas, com o relatório trazendo todos os procedimentos utilizados. O senhor Presidente agradeceu e cumprimentou toda a equipe, destacando que dentro dessa perspectiva de consolidação do SUAS, esse trabalho representava um dos principais produtos. O Conselheiro Renato Saidel indagou como se havia dado o processo de definição dessas categorias e porque as mesmas haviam sido escolhidas e não outras. O Sr. Antônio Castro falou que gostaria de entender qual o critério utilizado para fazer essa classificação, destacando que na literatura sobre essa área, se tratava a competência conceituada como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes. Que na apresentação havia um momento em que se referia a um aspecto técnico que tinha a ver com conhecimentos e habilidades, e um aspecto ético, que tinha necessariamente a ver com atitude, observando que na definição aparecia sempre o conhecimento, habilidades e competências e não atitude, falando sobre essa questão. Destacou que seria interessante incorporar a discussão que a literatura trazia sobre essa construção conceitual, no trabalho desenvolvido, parabenizando pelo estudo realizado. O Conselheiro José Crus parabenizar e agradecer muito a colaboração desse grupo e do qual havia participado, esclarecendo que entre as categorias analisadas, 10 estavam no Censo SUAS de 2008, e as outras duas haviam surgido com a prática e entraram no processo, com o CNAS optando por sua inclusão, com o Conselheiro Renato Saidel observando que havia ficado claro o processo adotado. O Conselheiro José Crus observou que quando haviam discutido o instrumental, havia abordado amplamente essa concepção conceitual de conhecimentos, habilidades, chegando naquela metodologia que havia propiciado fazer um debate mais qualificado com os trabalhadores nos cinco encontros regionais, mas cujo início havia sido bastante difícil. O Conselheiro Antônio Carlos destacou que não conhecia nenhum texto que trabalhasse conhecimentos e competências, conhecimentos e habilidades como o trio que estava relacionado com o que dizia respeito aos aportes que o trabalhador necessitava no exercício de suas atribuições, sendo errado colocar competências, conhecimentos e habilidades. A Sra. Léa esclareceu a questão, acrescentando que algumas categorias em suas normativas não haviam dado essa base de informação,

que dava tranquilidade absoluta de afirmar que além das competências teóricas e técnicas, a dimensão política também estava presente. O Conselheiro Pedro Ost observou que a carga horária mínima da categoria dependeria do tamanho do CRAS, do CREAS, indagando se haviam pensado em um mínimo de horas que esse profissional deveria ter para que seu trabalho fosse de excelência dentro desses Centros. A Sra. Léa esclareceu que essa questão não aparecia no resultado do GT, mas que durante as discussões percebiam que vários assuntos se interligavam, como a importância de se rever a nomenclatura, o que deveria ser revisto em outro momento e não no trabalho do GT. O Conselheiro Antônio Carlos observou não entender essa classificação com relação aos critérios de classificação das categorias habilitadas para a gestão. O Conselheiro José Crus esclareceu ao Conselheiro Pedro Ost que essa não havia sido a tarefa do GT, mas sim procedimento de gestão. Que p GT havia sido incumbido do processo de reconhecer, de habilitar de forma qualificada as categorias, com o processo de gestão, de horas de trabalho, que equipe comporia o serviço, sendo procedimento de gestão que não cabia ao Conselho, que reconhecia e habilitava as categorias. O Conselheiro Pedro Ost observou que não conheciam um curso de nível superior em economia doméstica. O Sr. Célio Moraes esclareceu que essa categoria estava regulamentada por Lei Federal, tendo Conselhos Federais e Regionais da categoria, e cinco universidades com curso superior em economia doméstica, além de cursos de especialização, falando sobre o que essa categoria abarcava. A Sra. Léa informou ter sido entregue um quadro intitulado Subsídio de Referência para habilitação das categorias profissionais para o SUAS, falando sobre as colunas que trazia e seu conteúdo sobre a tipificação dos serviços e dos objetivos do SUAS correlacionados com esses serviços e, também, o que era trabalho social essencial. Discorreu sobre a categoria de profissionais habilitados para atenderem às especificidades dos serviços, indicando um quadro sobre cada uma delas e que havia pesquisado toda a legislação pertinente. O senhor Presidente lembrou que esse material havia sido encaminhado aos Conselheiros, sendo importante que se apropriassem dessas informações. Agradeceu à equipe, informando que esse material seria trabalhado na oficina do dia seguinte, como preparatório para o Encontro Nacional nos dias 30 e 31. A seguir, passou para o **Item Relato da Presidência Ampliada**, pelo Conselheiro José Geraldo: *“Memória da reunião da Presidência Ampliada. Data: 15/03/2011. Conselheiros (as): Carlos Eduardo Ferrari — Presidente; Renato Francisco dos Santos Paula — Vice-Presidente; Antônio Celso Pasquini — Coordenador da Comissão de Normas; Frederico Jorge de Souza Leite — Coordenador da Comissão de Política; José Geraldo França Diniz — Coordenador da Comissão de Financiamento; Fátima Aparecida Rampin — Coordenadora Adjunta da Comissão de Conselhos. Apoio: Maria das Mercês Carvalho - Secretária Executiva do CNAS e Silvani Souza — Assessora do Gabinete CNAS. 1. Proposta de pauta da 188ª Reunião Ordinária, a ser realizada nos dias 12, 13 e 14 de abril de 2011. 12/04/2011, de 09h às 12h, Reunião da Comissão de Conselhos. De 14h às 18h: Reunião da Comissão de Financiamento, Reunião da Comissão de Normas, Reunião da Comissão de Política. De 18h às 20h, Reunião da Presidência Ampliada. Dia 13/04/2011, de 09h às 09h15, aprovação da ata da 187ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta. De 09h15 às 10h, informes da Presidência/Secretaria-Executiva, MDS, C1T e de Conselheiros. De*

10h às 2h, relato do GT que discute parâmetros de caracterização de entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos. De 14h às 18h - Relato da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Dia 14/04/2011, de 09h às 11h, relato sobre o Encontro Nacional dos Trabalhadores da Assistência Social, de 11h às 12h, - Relato da Presidência Ampliada, de 12h às 12h 30min, relato da Comissão Técnica do concurso logomarca do CNAS. De 14h às 15h, relato da Comissão de Financiamento, de 15h às 16h, relato da Comissão de Política. De 16h às 17h, relato da Comissão de Normas. De 17h às 18h, relato da Comissão de Conselhos. Dia 15/04/2011. De 10h às 17h. reunião com os Conselhos Estaduais de Assistência Social para tratar da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. 2. Decretos e Portarias sobre programação orçamentária e financeira do Poder Executivo. Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício 2011; Decreto de 10 de março de 2011, que abre o orçamento da seguridade social, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$ 1.340.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias e passagens e locomoção no exercício de 2011; Portaria nº 23, de 1º de março de 2011, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que resolve proceder ao remanejamento dos limites de movimentação e empenho e de pagamento constantes dos anexos I e II do Decreto nº 7.745/2011, e detalhar os limites constantes dos anexos de que trata o inciso I do art. 8º do mencionado Decreto. Portaria nº 77, de 11 de março de 2011, que delega competência ao Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para autorizar a concessão de diárias, passagens e locomoção aos servidores do MDS; e autorizar despesas referentes a deslocamento de servidores com prazo superior a dez dias contínuos; mais de 40 diárias intercaladas por servidor no ano; e deslocamentos de mais de dez pessoas para o mesmo evento, além de estabelecer limites para o empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no âmbito do MDS, consoante valores fixados por Unidade. Encaminhamento da Presidência Ampliada: o Conselho Nacional de Assistência Social, em caráter de urgência, se posicionará e produzirá nota de manifestação em relação ao cancelamento de recursos da programação orçamentária que atingem os programas, projetos e serviços socioassistenciais da Política de Assistência Social, e afeta também o funcionamento do CNAS, destacando: a preocupação com o cancelamento de recursos da programação socioassistencial; recomposição dos programas da Assistência Social para que não sofram solução de continuidade; definir limites de diárias e passagens para o CNAS; autonomia do CNAS historicamente conquistada. Aqui, na realidade, é recuperação da autonomia. O presidente do CNAS solicitou audiência com a ministra Tereza Campello para tratar dos referidos Decretos e Portarias. 3. Indicação dos Coordenadores de mesa do Encontro Nacional dos Trabalhadores da Assistência Social. Encaminhamento da Presidência Ampliada: o Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite irá indicar os Coordenadores de mesa, conjuntamente com os demais Conselheiros representantes dos trabalhadores. 4. Convites. 4.1 Conselho Municipal de

Assistência Social de Franca/SP convida o CNAS para proferir palestra sobre 'As responsabilidades e atribuições do Conselheiro no controle social e no processo de inscrição de entidades e organizações de Assistência Social' no dia 28 de abril de 2011, quando ocorrerá a posse de 2/3 daquele colegiado. 4.2 Reunião Ordinária do FONACEAS nos dias 23, 24 e 25 de março de 2011, de 8h às 18h, em João Pessoa/PB. O FONACEAS enviou convite, por meio do Ofício nº 006/2011, solicitando a indicação de Conselheiros para proferir palestras com os temas: 'VIII Conferência Nacional de Assistência Social'; 'Secretaria Executiva dos Conselhos de Assistência Social'; 'PL SUAS- informes e providências'; 'Efetiva participação dos CEAS no orçamento e financiamento da Assistência Social - PPA, LDO e LOA'. 4.3 O Conselho Estadual de Assistência Social do Acre e Conselho Municipal de Assistência Social de Rio Branco convidam o CNAS para proferir palestra sobre a implementação da Resolução nº 16/2010 durante seminário com entidades de Assistência Social, no dia 28 de março de 2011, e sugere o nome do Conselheiro Renato Saidel Coelho. 4.4 O Conselho Estadual de Assistência Social do Mato Grosso solicita que o CNAS disponibilize um Conselheiro para ministrar capacitação no estado sobre a Resolução CNAS nº 16/2010, no dia 21 de março de 2011, e indica o nome do Conselheiro Renato Saidel Coelho. **Encaminhamento da Presidência Ampliada:** Enviar agradecimento pelos convites e informar a impossibilidade de participação do CNAS, devido aos limites e novos procedimentos para empenho de despesas com diárias e passagens e locomoção no exercício de 2011, de acordo com portarias e decretos publicados em março de 2011. A Presidência Ampliada propõe que, em resposta aos convites para ministrar capacitação sobre a Resolução nº 16/2010, seja informado que o tema está sendo tratado no âmbito da Comissão de Conselhos. Em breve serão produzidos mais materiais para auxiliar os Conselhos em relação à referida resolução. Ressaltar também a existência dos instrumentos de orientações, tais como as 'Orientações para implementação da Resolução pelos CMAS e CAS/DF' e as 'Perguntas e respostas sobre a resolução CNAS nº 16/2010' e aponta como uma das estratégias a ser implementada, no momento, a potencialização da divulgação desses junto aos CEAS e CMAS. 4.5 A Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes - FEBRAEDA convida o Presidente do CNAS para proferir palestra no X Encontro Nacional da FEBRAEDA sobre 'Filantropia e inserção no mundo do trabalho', a ser realizado no dia 8 de abril de 2011, em São Bernardo do Campo/SP. **Encaminhamento da Presidência Ampliada:** o Presidente do CNAS irá participar do Encontro, tendo em vista que não haverá custos. 5 Divulgação de boletins, informativos e outros comunicados recebidos neste CNAS com a solicitação de divulgação. **Encaminhamento da Presidência Ampliada:** a Presidência Ampliada sugere somente acusar o recebimento, uma vez que a divulgação desses materiais não é competência deste CNAS. 6 Informes. 6.1 O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, por meio do Ofício CEAS nº 42/11, informa que a Lei Delegada nº 180/11 alterou o inciso II do artigo 12 da Lei nº 12.262/1996, dispondo que a eleição da Sociedade Civil daquele Conselho será realizada durante a Conferência Estadual de Assistência Social. 6.2. Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo enviou Ofício nº 046/2011 em resposta à solicitação do CNAS quanto às providências adotadas pela Prefeitura de Carapicuíba em relação às vítimas das enchentes ocorridas nos dias 16 e 17 de dezembro

de 2010, no bairro Jardim Cidade Aristom. O CONSEAS/SP encaminhou resposta recebida por meio do Ofício nº 38/CONDEC/11 do Prefeito de Carapicuíba e cópia do Relatório elaborado pela Coordenação Municipal de Defesa Civil, que informa: “Considerando a inundação que ocorreu no dia 17/12/2010 na Rua Rifânia, Jardim Cidade Ariston, região que sofre nos períodos de fortes chuvas, e já classificada no mapa de Risco do Município como áreas sujeitas a alagamento, essa Coordenação de Defesa Civil faz os encaminhamentos como segue: 1) Foi acionada Defesa Civil pelo Grupo de Bombeiros que já estava no local, após levantamento verificamos que cerca de 40 residências foram afetadas pelas inundações; 2) solicitamos à Secretarias de Promoção Social que efetuou entrega de (cestas básicas, colchonetes e lençóis) que não houve a necessidade de alojamento para as famílias afetadas. Atenciosamente, José Moreira Almeida, Coordenadoria Municipal de Defesa Civil”.

6.3 Comunicado 014/2011 - Suspensão da capacitação: Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família (PBF). A Solar Consultoria, por meio de e-mau enviado dia 2 de março de 2011 aos Conselhos Estaduais de Assistência Social e as Coordenações Estaduais de Controle Social do Programa Bolsa Família, informa que a Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família (PBF) está suspensa. **Informes da Presidência Ampliada quanto à Capacitação:** o presidente do CNAS informou sobre audiência, em 14/3/2011, com o Secretário Nacional de Avaliação e Gestão da Informação, Paulo Martino Jannuzzi, a Diretora de Formação e Disseminação da SAGI/MDS, Mônica Rodrigues e Secretária-Executiva deste Conselho, que tratou sobre a Capacitação para controle social nos municípios, destacando os resultados alcançados até o momento, o plano de providências da CGU e a suspensão temporária da capacitação. O representante da Solar Consultoria em Gestão e Pesquisas também esteve em audiência com o Presidente do CNAS para informar sobre a suspensão da capacitação. Em relação a esse projeto destinado ao aprimoramento da capacidade institucional dos Conselheiros Municipais de Assistência Social e das Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família, cabe ressaltar que o CNAS contribuiu em relação à divulgação e mobilização junto aos Conselhos de Assistência Social e também na elaboração do conteúdo programático. Cabe a este CNAS reafirmar a importância da capacitação dos Conselheiros Municipais, demandada por força das Conferências de Assistência Social, com o objetivo fortalecer a atuação dos conselhos e dos Conselheiros no exercício do controle social da Política de Assistência Social.

7. Caderneta do Conselheiro. Atendendo solicitação do Coordenador da Comissão de Política, Conselheiro Frederico a presidência ampliada sugere a republicação da Caderneta do Conselheiro, e solicita, no primeiro momento, a atualização da mesma. A Caderneta do Conselheiro é onde constam alguns instrumentos básicos para atuação do Conselheiro, tipo Regimento Interno, LOAS e vai por aí. Assinado, Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS". O Conselheiro Wagner informou ter sido montado o GT de acordo com a Resolução 003/2011, não tendo encontrado na pauta proposta pela Presidência Ampliada nenhuma apresentação do relato deste GT que falava sobre o inciso III do art. 2 da LOAS, manifestando preocupação sobre o prazo. O senhor Presidente esclareceu não ter nenhuma reunião agendada, ao que o Conselheiro Renato Saidel manifestou sua preocupação que se isso não

fosse colocado no relato da Presidência, o agendamento da reunião era uma mera formalidade que a Secretaria-Executiva, junto com os Conselheiros integrantes poderia fazer até o final dessa reunião. Que entendia que teria que ser mantida na pauta da próxima Plenária, ao que o senhor Presidente destacou que se inseriria na pauta, sendo importante marcar essa data para a reunião. A seguir, considerou aprovado o item com a pauta da próxima reunião ordinária, com o encaminhamento para marcar a reunião do GT que tratava do inciso III do art. 2º da LOAS. Item 2. Decretos e portarias, tendo como encaminhamento a manifestação do CNAS, bem como o pedido por parte do Presidente e agendamento de reunião com o Ministro para tratar desses assuntos. O mesmo foi aprovado pelo Pleno, com o senhor Presidente informando a preparação de uma nota pelos Conselheiros Renato de Paula e José Geraldo para ser discutida por todo o Grupo. O Conselheiro Sérgio Wanderly ponderou que a grande preocupação era a autonomia do CNAS, tendo conquistado a participação, a organização desse Conselho de forma autônoma, com a interferência no seu trabalho sendo excessiva e o que deveriam tratar. O senhor Presidente informou ter ficado o registro dessas palavras, passando para o próximo Item 3. Coordenação de mesas do Encontro Nacional dos Trabalhadores do SUAS. O Conselheiro Carlos Rogério observou que o item 3 tinha relação com o 1 na programação da reunião do Conselho de abril, concluindo no final do mês de março o ciclo dos Encontros dos Trabalhadores da Assistência Social de nível superior, não tendo visto a agenda ou algum encaminhamento para os Encontros dos Trabalhadores de nível médio, solicitando uma informação. Propôs que na redação relativa à indicação dos coordenadores de mesa, deixasse que os Conselheiros representantes dos trabalhadores fizessem sua escolha, o que havia sido feito nos cinco Encontros Regionais. O Conselheiro José esclareceu que ainda havia muito trabalho para concluir a etapa do nível superior, sendo acordado no CNAS que primeiro terminariam essa etapa e posteriormente iniciariam o processo de discussão do nível médio na Comissão de Política, faltando sobre os procedimentos que ainda restavam. Informou que estavam fazendo um estudo da CBO sobre as categorias de nível médio, pensando-se a melhor metodologia para esse processo, o que foi registrado. O Conselheiro José Geraldo referiu-se ao corte de recursos na Assistência Social, no montante de R\$ 540 milhões, sendo que ninguém havia se preocupado de inquirir a Secretária da SNAS no dia anterior, discutindo-se sobre como trazer a CGU para expor seus questionamentos quanto à capacitação, registrando essa colocação. O senhor Presidente encontrou pertinente essa fala, cabendo um retorno a esse item, indagando ao Conselheiro José Geraldo se teria mais algum encaminhamento nessa questão. O Conselheiro José Geraldo esclareceu que na reunião com os Ministros, e na qual estava presente, havia sido garantido que os R\$ 340 milhões cancelados da programação do MDS para atender ao reajuste do Programa Bolsa Família, seriam repostos. Que ninguém havia falado com o CNAS que o reajuste desse Programa havia custado R\$ 2,95 bilhões, com os Conselheiros não reagindo aos cortes anunciados. O senhor Presidente destacou o registro dessa colocação, com a nota e o relato da Comissão de Financiamento reforçando essa indignação, com a necessidade de levar esse ofício para a Ministra do MDS, cujo pedido de reunião ainda não havia sido atendido. Ressaltou que essa nota também deveria ser levada a todos os militantes da área da

Assistência Social, informando à Frente Parlamentar o que estava acontecendo e também aos meios de comunicação, dizer o impacto desses cortes e mostrar o papel de órgão fiscalizador dessa Política. O Conselheiro José Geraldo informou que gostaria de deixar registrada sua indignação com os cortes e com a passividade dos Conselheiros, deixando esse importante assunto para tratar da capacitação e o CGU. A Conselheira Leila lembrou que um dos temas discutidos com a Ministra do MDS havia sido a manutenção da autonomia do Conselho, colocado em um ano de Conferência, com agenda lotada e com esses grandes cortes, preocupando-se mais a forma de atrelamento desse Conselho ao gestor. O Conselheiro Renato Saidel falou sobre os cortes e a reposição dos recursos do Programa Bolsa Família e não para as demais ações, tendo que se discutir com seriedade e tranquilidade, visto tratar-se de questões muito graves para a Assistência Social no país. Que o Conselho, enquanto órgão de controle social, teria que se manifestar, chamando a atenção para a necessidade desses recursos e da possibilidade de colapso para a Assistência Social sem os mesmos. Sugeriu como encaminhamento que se questionasse oficialmente o MDS para que mostrasse quais as ações que estava tomando para absorver esse corte, para que pudessem identificar os problemas e se manifestar. Propôs, também, que se encaminhasse para os Ministérios responsáveis pela área financeira um ofício ressaltando a importância do recurso que estava sendo cortado para as ações do MDS e para a Política Pública da Assistência Social no país. O Conselheiro Renato de Paula observou que o relato da Comissão de Financiamento traria alguns encaminhamentos que contemplavam o aprofundamento de debate, assim como os encaminhamentos dados pela Presidência Ampliada. Observou que as palavras do Conselheiro José Geraldo haviam sido uma autocrítica sobre a forma como trataram o assunto e a priorização de determinadas questões. Com relação aos cortes destacou que a Presidência Ampliada havia dado alguns encaminhamentos que poderiam ser aprofundados e que demonstravam a necessidade da recomposição dos recursos, a definição dos limites de diárias e passagens para o CNAS e a questão da autonomia. Informou ter um indicativo da nota que não havia sido lida, visto que ele e o Conselheiro José Geraldo a estavam corrigindo e no relato da Comissão de Financiamento retomariam o assunto, com a concordância dos Conselheiros José Geraldo e Renato Saidel. O senhor Presidente concordou que o assunto que estavam aprovando fosse retomado na Comissão de Financiamento, para não ficar em aberto. Item 4, convites e Item 5 – Pedidos de divulgação pelo CNAS, aprovados pelo Pleno. Item 6, informes. 6.2. O Conselheiro Renato Saidel relatou que o Conselho Estadual havia encaminhado um ofício relativo a uma solicitação do CNAS quanto às providências adotadas pela prefeitura, indagando sobre o quê se tratava. O senhor Presidente esclareceu tratar-se do período de enchentes no final do ano, podendo se resgatar o assunto para conhecimento. O Conselheiro Pedro Ost indicou o item 6.3., onde a Consultoria apresentava a suspensão da capacitação, sendo importante apresentar os motivos que a haviam ocasionado. O Conselheiro Renato Saidel informou que a Empresa Solar havia assinado o contrato e não o havia cumprido, pedindo sua suspensão, não sabendo se seria temporário ou definitivo, situação que gostaria de esclarecer para que pudessem se posicionar. O senhor Presidente, indicando que o Conselheiro Antônio Castro, da SAGI gostaria de falar, destacou que as informações do

dia anterior haviam sido tratadas em profundidade pelo Secretário da SAGI, tendo colocado no relato da Presidência ampliada o papel desse Conselho na capacitação, além do qual estaria fugindo das suas atribuições. O Conselheiro Renato de Paula observou que o Secretário da SAGI havia entregue os dois relatórios e a Nota Técnica que haviam produzido sobre os apontamentos feitos na auditoria, não entendendo o retorno ao assunto. O Conselheiro Renato Saidel retirou sua fala, informando que analisaria esses documentos. O Conselheiro Antônio Castro observou que havia algumas questões que não estavam esclarecidas para alguns Conselheiros, com o contrato não estando encerrado unilateralmente pela Empresa ou pelo Ministério e com a capacitação estando suspensa, devido a que o relatório da CGU trazia uma série de recomendações e, especialmente uma delas, questionando a metodologia de pagamento conforme previsto no contrato. Que a CGU recomendava que o mesmo fosse feito por contraprestação de serviço, o que configuraria uma alteração unilateral do contrato pela administração, com as empresas manifestando que essa alteração significaria mudanças nas condições do equilíbrio econômico-financeiro desse documento. Esclareceu que se o Ministério não estivesse estruturado com o que se definiria como equilíbrio econômico-financeiro e não tendo sido feito um estudo sobre essa situação, a capacitação estaria suspensa. Falou sobre as ações que estavam sendo tomadas nesse momento, referindo-se à fala do Conselheiro Pedro Ost no dia anterior sobre a meta de capacitação prevista e o pagamento realizado, podendo haver benefício das empresas capacitadoras, indicando o percentual realizado na capacitação, o valor por aluno, o montante do contrato e o que o mesmo oferecia aos Conselheiros. Informou que fariam uma reunião com a CGU para apresentar o estudo sobre como o processo de execução estava sendo acompanhado, efetivando todos os pontos pedidos no Termo de Referência e que o edital estava indicando e com relação aos custos. Esclareceu que caso o pagamento fosse feito conforme determinado pela CGU, o valor pago aumentaria drasticamente em função do reequilíbrio econômico-financeiro, comparecendo à CGU para esclarecer essa situação. Concluindo, o Conselheiro Antônio Castro encontrava que o posicionamento do CNAS, conforme colocado pelo senhor Presidente, deveria se ater ao mérito da capacitação e não entrar nessas outras questões, as quais estavam sendo respondidas à CGU. O Conselheiro Pedro Ost observou não ter solicitado nenhuma explicação, sendo colocado que a capacitação estava sendo suspensa, mas sem nenhum esclarecimento e que, que atendida essa questão, o assunto estaria encerrado. O Conselheiro Renato de Paula sugeriu que fosse colocado que o relatório estaria anexo, o que resolveria a questão. O senhor Presidente encerrou o relato da Presidência Ampliada, existindo dois pedidos de inversão de pauta pelas Comissões de Normas e Financiamento. O senhor Presidente passou ao **Relato da Comissão de Normas** pela Conselheira Fátima, que observou não ter necessidade de inversão: *“Memória da Reunião da Comissão de Normas. Data: 15/03/2011. Horário: 14h. Local: CNAS, sala 108. Conselheiros Titulares ou na titularidade presentes: Antônio Celso Pasquini, Ana Carolina de Barros Pinheiro Carrenho, Fátima Aparecida Rampin, Renato Francisco dos Santos Paula, Samuel Rodrigues e Simone Aparecida Albuquerque. Conselheiros Suplentes presentes: Renato Saidel Coelho e Wagner Carneiro de Santana. Ausência Justificada do Conselheiro Suplente: Caio Nakashirna. Ausência do*

Conselheiro Titular: Carlos Rogério de Carvalho Nunes. Ausência das Conselheiras Suplentes: Mariana Menezes Santareili Roverse, Lúcia Elena Santos Junqueira. Apoio da Secretaria-Executiva do CNAS: Christianne Camargo Menezes, Ariane de Almeida Rodrigues. Verificado o quorum, deu-se início à reunião.

1. Assunto: Sistematização e regulamentação das competências do CNAS definidas nos incisos III e IV do art. 18 da Lei nº 8.742/1993, alterados pelo art. 42 da Lei 12.101/2009, abaixo transcritos: Art.18 Compete ao Conselho Nacional de Assistência Social: (...) III - acompanhar e fiscalizar o processo de certificação das entidades e organizações de Assistência Social no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; IV - apreciar relatório anual que conterà a relação de entidades e organizações de Assistência Social certificadas como beneficentes e encaminhá-lo para conhecimento dos Conselhos de Assistência Social dos Estados, Municípios e do Distrito Federal. Atendendo à solicitação do CNAS, a Consultoria Jurídica do MDS emitiu o Parecer 0102/2011/CONJUR/MDS, de 14 de março de 2011, sobre a interpretação do inciso IV do art. 18 acima transcrito. O Parecer concluiu que ao CNAS compete apenas a apreciação do relatório anual das entidades beneficentes que atuam na Assistência Social, certificadas pelo MDS, excluindo-se aquelas voltadas à saúde e à educação.

Encaminhamentos: *1.1. Acatar o Parecer nº 102/2011/CONJUR/MDS; 1.2. Elaborar resolução para sistematizar tais competências do CNAS, na próxima reunião da Comissão de Normas; 1.3. Convidar o Conselho Nacional de Saúde e a Secretária Nacional de Assistência Social para participar da próxima reunião da Comissão de Normas e trazer contribuições à discussão do assunto; 1.4. A Conselheira Ana Carolina irá pesquisar os achados do TCU e CGU acerca do tema.*

2. Assunto: Revisão da Resolução CNAS nº 24/2006 - Resolução que regulamenta o entendimento acerca de representantes de usuários e de organizações de usuários da Assistência Social.

Encaminhamentos: *2.1. Ratificar o entendimento acerca de representantes de usuários e de organizações de usuários da Assistência Social que consta na Resolução nº 24/2006; 2.2. Solicitar à Secretaria Executiva que resgate as deliberações da VII Conferência Nacional sobre a participação dos usuários e o resultado da consulta pública realizada pelo CNAS sobre o tema.*

3. Assunto: Documentos recebidos no CNAS de entidades que informam alterações, tais como: mudança no Código Nacional de Atividade Econômica — CNAE da atividade principal ou secundária no CNPJ, de diretoria, de estatuto, de denominação, de incorporação de outras entidades entre outros.

Encaminhamento: *3.1. Devolver os documentos às entidades informando que devem ser encaminhados ao órgão competente de seu Cadastro, de acordo com a área de atuação da entidade, conforme Lei nº 12.101/2009.*

4. Assunto: Disciplinar o funcionamento da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda prevista no art. 44 do Regimento Interno.

Encaminhamentos: *4.1. Disciplinar o assunto por resolução que trate da composição, formas de convocação, competências, demandas, forma de acompanhamento dos benefícios de transferência de renda e relatórios; 4.2. Encaminhar e-mail aos Conselheiros da Comissão de Normas solicitando subsídios para a redação da resolução até o dia 7 de abril de 2011, para discussão na próxima reunião.*

5. Assunto: Discussão acerca das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público — OSCIP'S, tendo em vista definir a inscrição de serviços, programas, projetos e benefícios realizados pelas mesmas, bem

como a possível qualificação destas enquanto entidades de assistência social. **Encaminhamentos:** 5.1. Solicitar à Secretaria Executiva que encaminhe para o e-mail dos Conselheiros da Comissão de Normas a Lei nº 9.790/1999, o Decreto nº 3.100/1999 e a Resolução CNAS nº 144/2005 para discussão do tema na próxima reunião; 5.2. A Conselheira Ana Carolina fará uma apresentação sobre o tema e convidará o Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Dr. José Eduardo Sabo Paes, para a próxima reunião da Comissão de Normas. Antônio Celso Pasquini, Coordenador da Comissão de Normas”. O senhor Presidente indicou o item 1 sobre a regulação dos incisos III e IV do art. 18 da LOAS. O Conselheiro Carlos Rogério solicitou que fosse justificada sua ausência, relatando os motivos para seu atraso, com o senhor Presidente informando ter recebido essa justificativa. Em não havendo nenhuma consideração, considerou acatado o Item 1. Item 2. O Conselheiro Wagner, esclarecendo fazer parte da Comissão de Normas, solicitou que o material sobre o Censo SUAS fosse disponibilizado para a Comissão, para realização de alguns estudos em conjunto. O senhor Presidente manifestou dúvida ao verbo do item 2.1, “*ratificar entendimento quanto às organizações e representantes de usuários*”. O Conselheiro Renato de Paula confirmou ser ratificar, pois na pauta da Comissão o item estava denominado como revisão da Resolução 24 e na discussão da Comissão haviam concluído que não se tratava de revisão, mas sim como viabilizar a participação do usuário. Esclareceu que haviam resolvido não alterar a pauta, indicando que a Resolução 24 havia sido construída a partir dos debates feitos sobre a regulamentação do art. 3º da LOAS, não fazendo sua revisão mas um debate sobre como viabilizar a participação do usuário. Observou que o amadurecimento deste debate poderia levar à revisão da Resolução, mas não o contrário. O senhor Presidente sugeriu que a redação do item 2.2 precisaria dar uma seqüência lógica ao proposto no item 1, entendendo que sua fala indicaria que o item 2.1 traria a ratificação da Resolução 24/2006, e não o entendimento de organizações e representantes. Que no segundo momento debateriam formas de otimização e participação de usuários, com um terceiro ponto sobre o estudo dessa documentação do Censo SUAS, da consulta pública, e das deliberações da VII Conferência. A Conselheira Fátima, concordando com essas colocações, falou que alterariam a redação, ratificando a Resolução como estava. O senhor Presidente sugeriu à Comissão a necessidade de debater sobre as organizações de usuários que estavam no artigo 17 para esclarecer essa questão, indicando a falta de conhecimento sobre as mesmas, considerando contemplado o Item. Item 3. Documentos recebidos do CNAS, com a Comissão propondo que se devolvesse para as entidades, já que isto não era mais da competência do Conselho, sendo acatado pelo Pleno. Item 4. Disciplinar o funcionamento da Comissão de Acompanhamento de benefícios de assistência de renda, não havendo nenhuma colocação. O senhor Presidente referiu-se ao debate sobre a estruturação do funcionamento dessa Comissão, indagando se também não seria uma atribuição dos futuros membros ou se teria que passar primeiro pela Comissão de Normas. Item 5. Discussão junto às CIBs, com encaminhamento para a próxima reunião. Em não havendo mais nenhuma colocação, o relato foi considerado encerrado. **Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e Comissão de Financiamento da Assistência Social.** A seguir, a Conselheira Fátima passou à leitura da “*Memória da reunião conjunta da*

*Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, e Comissão de Financiamento da Assistência Social. Data: 15 de março de 2011. Local; CNAS. Horário: 9h às 12h. Conselheiros presentes: Fátima Aparecida Rampim; Renato Francisco dos Santos Paula; Brenda Ferreira Silva; Clodoaldo de Lima Leite; José Ferreira da Crus; Marisa Rodrigues da Silva; Renato Saidel Coelho; Samuel Rodrigues; Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo; Carlos Eduardo Ferrari; José Geraldo França Diniz; Pedro Ost; Sérgio Wanderly Silva; Brenda Ferreira Silva; Célia Mota de Carvalho; Iolete Ribeiro da Silva; Maria da Conceição Pires dos Santos. Ausências: Luiza Fernandes Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria; Maria da Conceição P. dos Santos. Convidados: Dulcelena Alves Vaz Martins - SNAS/DEFNAS/MDS; Laurinara Almeida - FNAS/MDS; Apoio da Secretaria-Executiva: Liliane Neves do Carmo; Jamile Boueres Calado; Giovana Veloso; Lilian da Silva Guedes; Suzany Gonçalves. Waleska Sales Tramm de Menezes. Ouvintes: Arabeila Mendonça — SEADES/AL; Maria de Fátima Costa Barros Coutinho- CEAS/AL -FONACEAS; 1. PAUTA DA REUNIÃO COM A SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL. A plenária de fevereiro deliberou pela reunião com a SOF, com data para abril, com o objetivo primeiro de conhecer o Programa de Educação Fiscal, desta Secretaria, dentre os projetos ressaltamos a “Escolinha de Educação Fiscal” e capacitação à distância (formato AD), elaboração orçamentária e semana orçamentária. O objetivo principal é firmar uma parceria com a SOF para realizar capacitação dos Conselheiros e gestores da Assistência Social. Tal capacitação visa tomar o assunto ‘orçamento’ de fácil compreensão junto aos atores da Assistência Social, bem como potencializar o papel dos Conselheiros no controle social do SUAS. E, ainda, divulgar o Programa junto aos gestores municipais, estaduais e do DF, tendo em vista auxiliá-los, metodologicamente, para a inclusão desse item nas Políticas de Capacitação a serem elaboradas por cada ente federado. **Sugestões de encaminhamentos:** 1.1. Indicar os Conselheiros José Geraldo, José Crus, Renato Saidel, Pedro Ost para reunião uma prévia, tendo em vista avaliar a inclusão na pauta da reunião do mês de abril. 1.2 Pautar reunião no mês de abril com o Secretário Adjunto de Desenvolvimento Institucional da SOF, Dr. Eliomar Wesley Aires da Fonseca Rios para debater os assuntos acima elencados; 1.3 Convidar a SOF para participar o debate, junto à SNAS, para introduzir o tema na Política Nacional de Capacitação do SUAS (incluindo, além dos atores do SUAS, a capacitação para prefeitos, membros do legislativo das três esferas federadas, e ressaltando, dentre os trabalhadores do SUAS os profissionais de contabilidade), contribuindo na construção da estrutura da capacitação, metodologia, e aparatos tecnológicos para a realização da capacitação continuada, bem como para a construção metodológica para a produção de DVD a ser produzido sobre matéria orçamentária e financeira, casando com a proposta, já apresentada pela Comissão de Acompanhamento aos Conselhos para a produção de uma série de DVD direcionados à capacitação. 1.4 Acompanhar junto à SNAS a elaboração da proposta da Política Nacional de Capacitação do SUAS e para contribuir na inserção da matéria aqui citada, bem como outras questões pertinentes ao controle social; 1.5 Fazer parceria com a Associação de Prefeitos e Associação de Municípios para divulgação do Programa de Educação Fiscal, bem como das capacitações e instrumentais a serem desenvolvidos para aperfeiçoar a gestão e controle social do SUAS; 2. Orientações aos Conselhos para analisarem o quadro demonstrativo de despesas -*

QDD. O FNAS foi convidado a estar presente na reunião tendo em vista o repasse de informações acerca do assunto e das ações realizadas por este para as orientações aos gestores da Assistência e/ou os gestores dos Fundos. A proposta é utilizar os meios já existentes para construir instrumentais direcionados aos conselheiros. O fundo informou sobre a existência de vários ofícios que são utilizados para o envio de informações junto aos gestores e, diante disso, as duas comissões irão transformar esses em materiais informativos para os conselheiros. **Sugestões de encaminhamentos:** 2.1 Solicitar ao FNAS o material utilizado como orientador aos gestores estaduais e municipais, para posteriormente, divulgá-los junto aos Conselhos; 2.2 Inserir nas orientações a serem elaboradas o papel dos Secretários de Finanças em relação à matéria orçamentária e financeira; 2.3 Sugerir ao FNAS que esse utilize o “Boletim SUAS Informa” como ferramenta de divulgação da matéria orçamentária e financeira, tendo em vista a abrangência desse junto aos atores do SUAS; 2.4 Aglutinar em um mesmo material, a ser elaborado, os conteúdos e demandas relacionadas às demandas do CNAS, da SNAS e do FNAS; 2.5 Pautar na reunião da Comissão de Financiamento da Assistência Social, do mês de abril a apresentação do material a ser elaborado pelas coordenações de Conselhos e Financiamento e equipe do FNAS. 4. Informe sobre a elaboração do roteiro para produção de DVD para divulgar o controle social do SUAS e a proposta de orientação aos Conselhos de Assistência Social para análise de instrumentos do orçamento e informações mínimas que devem conter na nota técnica a ser apresentada aos CEAS, CAS/DF e CMAS, pelos respectivos Fundos de Assistência Social. Conforme deliberado em plenária, os conselheiros Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo, Sérgio Wanderly Silva e Pedro Vilmar Ost, representantes das duas comissões elaboraram proposta para a produção de DVD, contendo vídeo aula. O grupo composto pelos Conselheiros Sérgio Wanderly, Pedro Ost e Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo se reuniu no dia 14/03/11, das 9h às 12h com o objetivo, conforme deliberação plenária, de estabelecer diretrizes para o DVD a ser produzido pelo CNAS e encaminhado aos Conselhos Estaduais, ao CAS/DF e aos Conselhos Municipais sobre matéria orçamentária e financeira, com vistas à capacitação dos Conselheiros Estaduais, do DF e Municipais. Apresentamos a proposta para a elaboração do roteiro: 4.1 O roteiro a ser seguido é a Cartilha do CNAS nº01 do SUAS - Sistema Único de Assistência Social Orientação acerca dos Conselhos e do controle social da Política Pública de Assistência Social e apresentação da especialista Gisele Tavares feita na Oficina do Acórdão TCU, em outubro de 2010, com os tópicos: 4.1.1 De onde vêm os recursos para realizar as ações previstas no plano? O Plano Plurianual; Lei Orçamentária Anual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; O cofinanciamento está, de fato, assegurado? Existe destinação de recursos próprios da referida esfera de governo para o Fundo de Assistência Social? Qual o percentual de destinação de recursos na função assistência social (FUNÇÃO 08) e no fundo em relação ao orçamento geral? Qual é a participação das esferas estadual e federal no cofinanciamento da Assistência Social junto ao município? Como isso é expresso no orçamento? Qual é o custo dos serviços e participação das esferas de governo em seu financiamento? 4.1.2 Como o Conselho controla o orçamento da Política de Assistência Social? O Conselho tem acesso às informações acerca da destinação e execução orçamentária de forma clara e delibera sobre a aplicação dos recursos? A forma como os recursos são

alocados no orçamento e sua operacionalização respeitam o estabelecido na regulação da Assistência Social, sendo compatível com o desenho de cofinanciamento proposto pelo SUAS? Há efetiva correspondência das prioridades da política expressa no Plano de Assistência Social nos instrumentos de planejamento público: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA? Existe compatibilidade entre as previsões constantes no Plano e na Política de Assistência Social com os montantes de recursos estabelecidos no orçamento e demais instrumentos de planejamento público, inclusive o Plano Plurianual? No orçamento público está contemplando as prioridades definidas para a Assistência Social? Quais mecanismos são utilizados para as transferências de recursos (em relação aos benefícios, aos serviços, aos programas, aos projetos e à gestão)? São utilizados critérios de partilha dos recursos destinados à rede socioassistencial? Eles são aprovados pelo Conselho?

4.2 Algumas dicas para fortalecer sua participação e seu controle da Política de Assistência Social. O município mantém as condições gerais necessárias para o recebimento das transferências de recursos federais, ou seja, o CPF? Em que medida o financiamento está garantindo a efetivação dos direitos socioassistenciais? Há comando na referida esfera de governo? O Fundo é, de fato, vinculado ao órgão gestor da Política de Assistência Social, sendo, inclusive, o gestor dessa Política o seu ordenador de despesas? Onde está a função 08? O Fundo se constitui em unidade orçamentária, como indicado no item 5 na NOB? O Conselho delibera sobre a destinação das emendas parlamentares destinadas ao Fundo Municipal? O Conselho analisa e se manifesta quanto às contas do Fundo e quanto à sua execução orçamentária e financeira? Isso se dá com que periodicidade? O Conselho participa da elaboração da proposta orçamentária do Fundo? Sabe do calendário para apresentação dos projetos de lei relativos ao orçamento ao legislativo?

4.3 Os planos devem levar em conta as diretrizes e deliberações das conferências nos três níveis de governo. 4,4 Os planos devem partir da avaliação do que foi realizado no ano anterior e do que está nos planos plurianuais. 4.5 Os planos devem ser fundamentados em informações da vigilância social. 4.6 Quais são os caminhos que o Conselho precisa percorrer. 4.7 Algumas considerações:

4.6.1 O DVD será produzido com base na Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004, na Norma Operacional Básica - NOB/SUAS; na Cartilha nº 01 do SUAS; nas publicações: Caderno SUAS nº04 'Financiamento da Assistência Social no Brasil' (ANO 04 - novembro de 2009); no Caderno SUAS nº 03 (ANO 03- agosto de 2008) 'Evolução dos Recursos dos programas de Transferência de Renda'; bem como nas informações disponibilizadas na página eletrônica do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

4.6.2 O DVD deverá ser em formato de vídeo aula, com linguagem de fácil entendimento, objetividade e acessibilidade (intérprete de libras), com uso de gráficos (traduzidos pelo locutor, tendo em vista a acessibilidade das pessoas com deficiência visual), diagramas e demais formatos que auxiliem em uma melhor entendimento sobre o assunto;

4.6.3 Convidar a especialista Gisele Tavares para apresentar o DVD;

4.6.4 Os temas que deverão ser ressaltados, com base no roteiro, são: Trâmites da proposta orçamentária (calendário); Classificação orçamentária; Como acessar no endereço eletrônico do MDS as informações desejadas;

Sugestão de encaminhamentos: 1. A Comissão sugere que este material integre a série de matérias de capacitação a ser produzido pela

*Secretaria. 5. Pauta reunião abril. Foi deliberada na reunião de fevereiro, a reunião conjunta das duas Comissões, porém foi avaliado não haver necessidade, tendo em vista que as questões que seriam discutidas estão incluídas nos encaminhamentos da reunião de março. **Sugestão de encaminhamentos:** Pautar na reunião da Comissão de Financiamento o debate sobre o comando único do SUAS e definir estratégias para sua efetivação em todos níveis de governo. José Geraldo França Diniz, Coordenador da reunião da Comissão de Financiamento. Fátima Aparecida Rampim, Coordenadora da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social".* Item 1.5. O Conselheiro José Crus ponderou que não seria fazer parcerias, mas sim fortalecer as relações existentes. Item 2. O Sr. Antônio Castro informou não ter entendido o Item 2.1, que indicava os Conselheiros José Geraldo, José Crus, Renato Saidel e Pedro Ost, para uma reunião prévia, tendo em vista avaliar a inclusão na pauta da reunião do mês de abril, indagando qual seria essa inclusão. O Conselheiro José Geraldo esclareceu tratar-se de uma apresentação da Secretaria de Orçamento Federal sobre a educação fiscal e a semana orçamentária. O Conselheiro José Crus sugeriu a inclusão do Conselheiro Antônio, visto compor a equipe de formação e disseminação da SAGI, Departamento responsável pelo processo de formação do MDS. O senhor Presidente indicou os Itens 2 e 3, não havendo nenhuma contribuição pelo Pleno. Item 4. A Conselheira Marisa referiu-se ao item 4.2, indagando se a Comissão havia avaliado a possibilidade de se questionar se esse Conselho sabia das emendas parlamentares que chegavam aos seus municípios, relatando algumas situações, sendo que para efetivar a conclusão da prestação de contas, teria que passar pelo Conselho. Indagou como isso poderia ser aprofundado, considerando a importância que o Conselho tivesse conhecimento das emendas parlamentares da área social. Manifestou que gostaria de saber como essas emendas poderiam incorporar esse orçamento no município e se a Comissão poderia pensar nessa possibilidade, que já havia sido discutida anteriormente. A Conselheira Leila, citando o DVD criado, considerava importante que os Conselhos pudessem alterar e capacitar os Conselheiros sem depender que essas iniciativas acontecessem nas localidades onde se encontravam, o que não ocorria atualmente. Observou, como segunda questão, que isso otimizaria os custos da gestão, no sentido da capacitação e os gastos que envolvia, com a confecção de mais DVDs. Encontrava que deveria ter um item indagando se as ações cujos recursos estavam alocados no Fundo para as ações, eram de conhecimento e aprovadas pelo Conselho. O Conselheiro Clodoaldo observou o item 4.3, quando falava que os planos deveriam levar em conta as diretrizes e deliberações das Conferências nos três níveis de governo, associando na sugestão de encaminhamentos que falava que a Comissão propunha que esse material integrasse uma série de matérias de capacitação a serem produzidas pela Secretaria. Indagou se esse material não existia e seria possível elaborar uma edição em que se colocassem todas essas propostas surgidas nas Conferências em um caderno específico sobre as mesmas e que fosse sempre atualizado, trazendo uma visão das deliberações das Conferências Nacionais. Que o item 4.4 dizia que os planos deveriam partir da avaliação do que havia sido realizado no ano anterior e do que estava nos planos plurianuais, devendo ser consideradas as novas necessidades locais. O Conselheiro Pedro Ost informou que o Grupo havia sido composto para

estabelecer as diretrizes para o DVD contendo todas as informações, não havendo necessidade de produção, com o item 4.6, trazendo o básico para essa ferramenta. Que a cartilha nº 1 do SUAS trazia todo o roteiro, sendo sugerida a inclusão do acórdão do TCU e a problemática existente nos estados e municípios. Que os itens 4.1, 4.1.1, 4.1.2, 4.2 e 4.3, traziam tópicos desse acórdão, e os problemas levantados, os quais teriam que ser levados em conta que realmente queriam fortalecer o controle da Política de Assistência Social. Ponderou que outros grupos gostariam de fazer outro DVD, o que seria dispendioso, sugerindo fosse apenas editado apenas um, trazendo todas as informações. O Conselheiro Renato Saidel complementou a proposta do Conselheiro Clodoaldo, fazendo-se a atualização desse caderno a cada dois anos no momento da Conferência, colocando as suas determinações. O Conselheiro Renato de Paula esclareceu ter surgido na Comissão de Financiamento a proposta de fazer um DVD para a capacitação de Conselheiros, com relação à matérias específicas de orçamento e na Comissão de Conselhos de se fazer uma vídeo-aula para todos os Conselhos, para tratar da Resolução 16, com as Comissões começando a fazer sugestões sobre o assunto. Que após discussão o encaminhamento seria de levar à Secretaria a proposta de um planejamento dentro do que estava previsto na NOB-RH, com materiais com os conteúdos que haviam sido propostos para capacitação, não apenas dos Conselheiros, mas também de todos os atores relacionados com a Política e dentre os quais a produção do DVD. Ponderou que a produção desse material teria que ser perene e não pontual, abarcando todos os assuntos relativos à gestão do SUAS e que tivesse o alcance de todos seus atores. Que havia que ser levada em consideração a sugestão do Conselheiro Clodoaldo sobre as deliberações das Conferências e como tratá-las dentro desse formato. Ponderou que a melhor forma de tratar desses assuntos era no formato de cadernos, com espaço para anotações, e que seria parte da proposta a ser construída. Observou que esse encaminhamento também surgiria na Comissão de Conselhos, ponderando que esse ponto não respondia ao questionamento da Conselheira Marisa por tratar-se de capacitação e não de orçamento, retornando no relato daquela Comissão. A Conselheira Marisa indagou onde colocaria os itens da indagação sobre as ementas. A Conselheira Dolores, com relação ao item 4.4., observou ser muito importante na capacitação levar em consideração o que era uma flexibilidade no plano orçamentário e financeiro para atender as realidades que surgiam no contexto do município. O senhor Presidente indagou se o Item 4 estava acatado, com o Conselheiro José Crus indicando estar contemplado no quinto ponto do 4.2, que o Conselho acompanhava e deliberava sobre as emendas parlamentares destinadas ao Fundo Municipal. A Conselheira Leila, na sugestão de encaminhamento, quando falava de pautar na Comissão de Financiamento o debate do comando único do SUAS e definir estratégias em todos os níveis de governo, encontrava que deveria ser uma reunião conjunta com a Comissão de Política. Que além do comando único, estava na hora de se discutir as terminologias utilizadas pelo mesmo. O senhor Presidente considerou o encaminhamento para que o assunto fosse remetido para debate na Comissão de Política, saindo da Comissão de Financiamento, o que foi acatado.

ENCERRAMENTO. A seguir, o senhor Presidente considerou encerrada a reunião no período da manhã, solicitando a todos que retornassem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o senhor Presidente

solicitou à Secretária-Executiva que procedesse à conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula, Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, Conselheira Anna Cláudia Romano Pontes, Conselheiro José Geraldo França Diniz, Conselheira Fátima Rampin, Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, Conselheiro Pedro Ost, Conselheiro Renato Saidel Coelho, Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Conselheiro Samuel Rodrigues, Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite, Conselheira Maria Aparecida de Godoi Faria. Conselheiros Suplentes: Conselheiro José Ferreira Crus, Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, Conselheira Leila Pizzato, Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo, Conselheiro José Araújo da Silva, Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos, Conselheira Ana Carolina Pinheiro Carrenho e Conselheira Iolete Ribeiro da Silva. Na sequência, o Conselheiro José Geraldo parou ao **Item Relato da Comissão de Financiamento**: *“Memória da reunião da Comissão de Financiamento da Assistência Social. Local: sala 111 do CNAS. Data: 15/03/2011. Conselheiros presentes: Carlos Eduardo Ferrari, José Geraldo França Diniz, Maria Aparecida Godoi de Faria, Pedro Ost, Sérgio Wanderly Silva, Iolete Ribeiro da Silva e Maria da Conceição Pires dos Santos. Ausência justificada: Luiza Fernandes. Ouvintes: Neide, Ana, Adriana, Gerônimo do CAS/DF; Fátima, CEAS/AL; e Arabela, CEAS/AL. Apoio: Maria das Mercês de Avelino Carvalho, Jamile Calado e Suzany Gonçalves. Item 1. Reunião conjunta com a Comissão de Conselhos. O relato desta reunião será realizado na memória da Comissão de Conselhos, como já foi feito na parte da manhã. 2. Debates sobre a reforma tributária. Em decorrência da impossibilidade de comparecimento dos convidados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico, DIEESE, e Instituto de Pesquisa Socioeconômica Aplicada, IPEA, o assunto será pautado na reunião do mês de maio. 3. Apresentação da execução da Ação 8249, funcionamento dos Conselhos de Assistência Social, exercício 2010. A Secretária-Executiva do CNAS Maria das Mercês Avelino Carvalho, apresentou a execução da Ação 8249, planilha anexa, na qual foram destacados os seguintes pontos: foram executados 69,57% dos recursos da referida ação. Os valores da execução da taquigrafia, serviço de libras e telefone especial para deficiente auditivo são proporcionais ao valor acordado com o contrato firmado com as empresas prestadoras dos serviços em vigor no exercício de 2011. A execução da ordem de 80,42% para diárias e 66,19% para passagens se deu em função do adiamento do Encontro Nacional dos Trabalhadores da Assistência Social, que estava programado para realização no mês de dezembro de 2010. Este Conselho arcaria com as despesas de operacionalização deste evento, diárias e passagens, programado para realização no mês de dezembro de 2010. Este Conselho arcaria com as despesas de operacionalização deste evento, diárias e passagens para cerca de 600 participantes, que foi planejado no mês de julho de 2010 com a reprogramação orçamentária da ação com vistas à execução do encontro. Com a mudança de data do Encontro Nacional, foi realizada a consulta à Secretaria Nacional de Assistência Social, SNAS, para utilização dos recursos de diárias e passagens para participar deste Conselho no Fórum Social Mundial, no que foi informado que o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens não permite que sejam compradas passagens em um exercício financeiro para uso no outro,*

assim, justificando-se o saldo remanescente nestes planos internos. O saldo de um R\$ 1.044.744 diz respeito aos valores que haviam sido remanejados internamente na ação para os custos com o Encontro Nacional mencionado para a contratação de taquigrafia, intérprete de libras e manutenção de telefone especial para deficientes auditivos. Por fim, foi informado que o relatório de gestão do Conselho Nacional já está no endereço eletrônico deste Conselho, o qual contém todas as ações realizadas por meio da Ação 8249. Encaminhamento: a Comissão de Financiamento sugere a aprovação da execução da Ação Orçamentária 8249 para o exercício de 2010. Item 4. Redução de despesas do Orçamento Público Federal. A Secretária-Executiva deste Conselho informou que foi enviado a todos os integrantes do Colegiado, pelo e-mail da Presidência, os Decretos 7445, de 1º de março de 2011, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece cronograma mensal de desembolso do poder executivo para o exercício de 2011 e dá outras providências. O Decreto 7446, de 1º de março de 2011, que estabelece no âmbito do Poder Executivo limites e procedimentos para o empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011. E o Decreto de 1º de março, que abre o orçamento da seguridade social da União em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$ 1,340 bilhões de reais para reforços constantes na Lei Orçamentária vigente, bem como a Portaria MDS 77, de 11 de março de 2011. Abro um parênteses para explicar do que se trata este crédito. Na realidade o total do crédito é de R\$ 2,95 bilhões, sendo que R\$ 1,340 bilhão para o Decreto e R\$ 755 milhões para o Projeto de Lei encaminhado ao Congresso Nacional. Isso se refere ao reajuste dos benefícios do Programa Bolsa Família em uma média de 19,4%. A Portaria estabelece, conforme diretriz do Decreto 7446, os novos procedimentos para concessão de diárias e passagens. Por sua vez, o Decreto de 1º de março de 2011 remanejou no MDS recursos alocados no Fundo Nacional de Assistência Social e, dentre estes, houve um cancelamento do valor de R\$ 368,419 milhões na Ação 8249, Funcionamento de Conselhos de Assistência Social. O Conselheiro José Geraldo, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão esclareceu que em função da subestimativa de receita quando do envio da proposta orçamentária de 2011 ao Congresso Nacional, assim como com a inclusão de acréscimos realizados na Receita pelo Legislativo, obrigaram a União ao proceder ao corte de R\$ 50 bilhões. Esta redução de despesas vem acompanhada de uma série de outros procedimentos na área de gestão com vistas a melhorar a qualidade do gasto público com prioridade para os programas sociais e os investimentos, Programa de Aceleração do Crescimento. Entre os programas mencionados acima, inclui a auditoria na folha de pagamento da União, que será realizada pela Fundação Getúlio Vargas, auditoria nos Programas Seguro Desemprego e Abono Salarial, e até mesmo a constituição de Grupos de Trabalho para rever o assunto e propor alterações na lei que estabelece o valor de dois salários mínimos para este benefício. Além disso, foi recomendado aos Ministérios que revejam os contratos de manutenção existentes com o objetivo de redução de gastos. Prosseguindo com a redução de gastos foi publicado o Decreto 7446, que estabelece em 50% a economia na emissão de diárias e passagens, exceto para atividades de fiscalização ou de poder de polícia em que o corte foi de 25% em relação ao executado no exercício de 2010. Foram vetados, e aqui para mim é um

fato histórico, porque há mais de 16 anos no Poder Executivo não se faz isso, foram vetados R\$ 1,700 bilhão em emendas parlamentares efetuadas no orçamento de 2011. Dentro deste R\$ 1,700 bilhão coube ao MDS, foram vetados no âmbito do MDS, R\$ 177 milhões em emendas feitas pelos parlamentares nas programações ressalvadas. O corte do MDS, eu diria, a redução de despesas no MDS, isto é, a diferença do que o que veio do Congresso, que nós conhecemos como autógrafo e o que está na lei é da ordem de R\$ 200 milhões. São os R\$ 177 milhões de emendas que foram vetadas e um bloqueio de R\$ 23 milhões de emendas individuais em outras programações. Existe um compromisso dos Ministros da área econômica com a Ministra do MDS de que até junho ou julho os recursos cancelados para o atendimento do reajuste do Benefício Bolsa Família, R\$ 340 milhões, sejam recompostos, uma vez que neste período sairá um novo relatório de avaliação fiscal. Eu me permito fazer aqui um parênteses para explicar, na realidade, o porquê desta engenharia. Na realidade, quando se decidiu reajustar o Programa Bolsa Família, o benefício do Bolsa Família já estava na Presidência da República assinado o decreto de avaliação bimestral. E aí lá não estavam contemplados estes recursos para o reajuste do Programa Bolsa Família. Portanto, para que houvesse espaço fiscal para fazê-lo seria necessário alterar o decreto que já estava pronto, mexer em receitas e tal. Então se decidiu que seria feito o crédito e o que faltava para completar, porque o próprio Congresso já havia feito uma reserva no orçamento do MDS para reajustar o benefício no valor de R\$ 1 bilhão. Então faltava R\$ 1,95 bilhão. Então para completar o decreto o MDS cancelou, procedeu ao cancelamento de recursos do âmbito de suas programações para que não tivesse que mexer no decreto, com o compromisso dos ministros de Estado da área econômica de, no próximo relatório, em junho ou julho, compor estes valores. Mas a recomposição é do que foi cancelado para fazer crédito ao Bolsa Família. Encaminhamentos: a Comissão de Financiamento sugere que o CNAS manifeste a sua preocupação com o cancelamento de recursos da sua programação socioassistencial para atendimento do reajuste do Programa Bolsa Família; que os recursos cancelados sejam recompostos para que os programas de Assistência Social não sofram solução de continuidade; que seja reivindicada a recomposição dos valores de diárias e passagens garantindo a realização das reuniões ordinárias, a participação deste Conselho nas Conferências Estaduais e Municipais, bem como a realização da Conferência Nacional e participação em outros eventos; que seja devolvida a autonomia do Conselho Nacional no que diz respeito à execução orçamentária e financeira, historicamente conquistada. Em outras palavras, que se discuta com o MDS e ele reveja os termos da Portaria MDS 77, de 11 de março de 2011 e que também sejam estabelecidos limites específicos de gastos para o CNAS. Encaminhamento da reunião conjunta com a Comissão de Conselhos. O debate sobre o Piso Social será realizado após o envio do material pela Conselheira Maria Aparecida Godoi sobre o assunto, a fim de capacitar primeiramente os integrantes da Comissão de Financiamento para, posteriormente, se realizar o debate. Quanto ao PPA, será solicitado calendário de elaboração do mesmo com a finalidade de cumprir com a prerrogativa deste Conselho de participação efetiva na elaboração do Plano de Governo para o início das discussões. José Geraldo França Diniz, Coordenação da Comissão de Financiamento". O senhor Presidente indicou os Itens 1 e 2 como acatados pelo Pleno. Item 3. Execução orçamentária da

Ação 8249. A Conselheira Leila achava que essa questão já havia sido muito discutida, podendo se abordar os encaminhamentos sugeridos pela Comissão, sendo um deles o questionamento e a incidência de afirmar a necessidade do orçamento que estava previsto, seu desbloqueio e complementação dos recursos do Programa Bolsa Família. Considerando os cortes e contingenciamentos, observou como se cumpriria a agenda do CNAS e a agenda proposta pelo cofinanciamento. O senhor Presidente questionou se os encaminhamentos estavam aprovados, ao que o Conselheiro Clodoaldo observou que se deveria ter um embasamento para colocar a discordância nesses dados que se estaria encaminhando. O senhor Presidente sugeriu que a nota recebida fosse lida para melhor visão desses encaminhamentos. O Conselheiro Sérgio Wanderly solicitou esclarecimentos quanto ao quadro que havia sido apresentado, considerando a necessidade de explicações para as bases. O Conselheiro José Geraldo passou a fazer esclarecimentos sobre os cortes realizados e as emendas apresentadas, assim como os remanejamentos efetuados. O senhor Presidente esclareceu que quando os cortes haviam acontecido, havia solicitado à Secretária-Executiva que montasse um quadro para esclarecimentos e que era bastante elucidativo, sugerindo seu compartilhamento com todos os Conselheiros, com o Conselheiro Wagner manifestando-se contemplado com essa fala, assim como a Conselheira Fátima. A Conselheira Simone encontrou pertinentes as colocações e as ponderações contrárias feitas pela Comissão de Financiamento, bem como os questionamentos colocados pelo Conselheiro Sérgio Wanderly ao Conselho Nacional. Ressaltou que quanto mais consenso o Conselho tivesse nessas questões, mais ajudaria o SUAS a recompor e organizar o modelo de financiamento que estavam implantando, não havendo problema em se colocar a questão do IGD. Falou sobre o que haviam feito dentro do orçamento para que pudessem separar a gestão do serviço e facilitar a vida dos estados e municípios, acabando com a idéia de que não se poderia gastar recursos de serviço com gestão, o que tinha que sair do discurso para a prática e ganhar o orçamento e o financiamento. Destacou que constava no orçamento que tinham autorização orçamentária para fazer, mas não tinham o instrumento jurídico que permitisse que se fizesse. Concluindo, ponderou que encontrava que a Comissão de Financiamento estava colocando as questões corretas do ponto de vista da condução da Política e, conforme dito pelo Conselheiro Sérgio Wanderly, esse questionamento tinha que ser feito ao MDS, informando as conseqüências na execução da Política Nacional. O Conselheiro José Geraldo ponderou que não havia manifestado indignação com o corte, mas sim com a passividade do Conselho Nacional. O Conselheiro Renato Saidel solicitou à Secretaria-Executiva que apresentasse novamente o quadro, tendo uma resolução aprovada pelo Conselho Nacional que estabelecia valores superiores e que era a perspectiva do Ministério inicialmente, indicando os cortes que vieram a seguir e com o decreto promovendo mais cortes ainda. Solicitou à Conselheira Simone que nessa apresentação gostaria de ver o quanto competia aos municípios e que partisse do que haviam aprovado em resolução, e não o que estava no decreto, dando uma visão mais ampliada. A Conselheira Simone, observando não ter formação para essa apresentação, sugeriu que encaminhassem a demanda ao Ministério, à Secretaria Executiva ou à SNAS. O Conselheiro Renato Saidel, devolvendo a questão ao Conselheiro José Geraldo

ou a alguém que pudesse ajudar, indagou se além dessas propostas teria algum outro tipo de ação que o Conselho pudesse tomar para tentar recompor esse orçamento, talvez até suplantando o que estava na LOA. O Conselheiro José Araújo ponderou que não concordava com as colocações do Conselheiro José Geraldo, sendo preciso ouvir a Comissão de Financiamento antes, não tendo sido passividade e sendo esse o momento de se discutir e não quando da apresentação da Secretária da SNAS. O Conselheiro José Geraldo ponderou que havia que se tomar cuidado quando fossem olhar a resolução que havia aprovado a proposta orçamentária, com o Conselho tendo aprovado a demanda existente. Que o que havia sido encaminhado ao Congresso não era o que haviam demandado, falando sobre os itens apresentados e sobre os conceitos criados pelo Ministério de manutenção, expansão da manutenção e extramanutenção. Em relação ao colocado pelo Conselheiro José Araújo, concordava em termos com a sua colocação, mas observando que a própria Secretária da SNAS havia se sentido incomodada porque estava falando em corte no orçamento e ninguém havia perguntado sobre esse montante. O Conselheiro José Araújo destacou que tinham uma Comissão de alto gabarito chefiada pelo Conselheiro José Geraldo, do Ministério do Planejamento, e com cuja fala concordava. Destacou que não havia se sentido à vontade para questionar por falta de conhecimento sobre o orçamento, mas que ouvindo a Comissão e suas sugestões, estava começando a entender a extensão do corte. O Conselheiro Pedro Ost, indicando a pergunta do Conselheiro Renato Saidel, encontrava que a Comissão estava dando alguns encaminhamentos, os quais eram importantes ser seguidos. Destacou que havia que manifestar essa indignação com relação aos cortes, destacando haver quatro encaminhamentos, sendo um a mobilização dos deputados e bancadas. Questionou como essa mobilização seria realizada, tendo que se ir em frente para se fazer um acompanhamento. O Conselheiro Renato Saidel ponderou que concordava com a fala do Conselheiro José Geraldo com respeito à questão da manutenção e extramanutenção, critério adotado na construção do orçamento. Que entendia que quando haviam aprovado na Resolução CNAS uma expectativa orçamentária havia sido feito com base nas demandas existentes. Encontrava que era possível de se analisar tendo uma visão mais ampla, não a partir do que havia sido definido de manutenção e extramanutenção, mas também as expansões orçamentárias que estariam sendo propostas em um primeiro momento pelo Conselho, considerando as suas necessidades. Considerava importante ter essas informações comparativamente, inclusive para passar para outras pessoas, sendo mais fácil seu entendimento. Com relação à fala do Conselheiro Pedro Ost, concordava com suas colocações, tendo indagado se haveria mais alguma coisa que o CNAS poderia fazer além do que estava apresentado. Destacou a sugestão de mobilização dos deputados, podendo surgir alguma sugestão de como se trabalhar nesse sentido, já tendo sido feito o corte e tendo que se tentar recompor essa situação. A Conselheira Leila lembrava que quando haviam aprovado a proposta orçamentária em 2010, o orçamento contemplava todos os itens indicados, tendo atualmente a necessidade de saber qual havia sido o orçamento aprovado com relação à proposta apresentada pelo Conselho e o que significavam esses cortes, a partir do que poderiam sentar com a Secretária da SNAS e com a Ministra do MDS, que ainda não havia dado retorno de agenda, e trabalhar essa questão, seguindo-se em frente, caso isso não

resolvesse o assunto. Ressaltou que o silêncio durante a fala da Secretária da SNAS havia incomodado, mas não sabia o que falar, propondo que esse estudo fosse feito para a próxima Plenária, já solicitando, conforme os encaminhamentos, que fosse enviado o impacto na execução aprovada pelo Conselho Nacional para o ano de 2011. O senhor Presidente informou que o quadro seria repassado, mas concordava com a Conselheira Simone que teria que se fazer o estudo e chamar o MDS, tendo que se aprovar uma nota e se trabalhar esse assunto de maneira bem efetiva. A Conselheira Leila propôs que essa nota trouxesse todos os dados que estavam faltando e que se conseguisse fazer esse enfrentamento com muito diálogo e respeito, mas de forma incisiva. O Conselheiro Wagner citou todos os municípios que sofreriam esse impacto, observando que ademais dos encaminhamentos propostos, chamaria para esse diálogo a Ministra do MDS visto o impacto ser de âmbito nacional. O Conselheiro Sérgio Wanderly ponderou que havia que se tirar os encaminhamentos nesse momento, fazendo um questionamento e chamamento para a Sociedade Civil, indicando que o PL havia se transformado em lei, devido à mobilização realizada. Após colocações, ponderou que não se deveria chamar a Ministra e com quem o assunto a ser tratado seria sobre o Plano, falando sobre o que representaria o impacto em termos da construção do Sistema Único que estavam desenhando nos serviços e programas. Indicou que o assunto deveria ser esclarecido, sendo informado como acessariam os deputados e colocar bem claro em que mês as pessoas começariam a perder seus direitos socioassistenciais, destacando ser um ano de Conferência e com toda a história que o CNAS havia construído. Observou que nem sempre informavam onde seria feito o corte, o que teria que ser esclarecido, destacando que todos deveriam ir para a luta e não apenas alguns segmentos. O senhor Presidente passou a palavra para o Conselheiro José Geraldo, que se manifestou contemplado com a fala da Conselheira Leila. O Conselheiro Renato Saidel relatou a fala do representante da OAB no ano passado e que havia lhe incomodado, indagando qual era a efetividade disso para quem estava lá na ponta e em cuja situação pensava em cada discussão que participavam. Que esse era um grande momento para atuar e melhorar esse relacionamento, com a Sociedade civil participando desse processo e procurando os deputados, com o Conselho tendo que fazer uma força-tarefa, como havia sido feito na época da aprovação do PL CEBAS e PL SUAS. Destacou que havia que terminar o documento em elaboração e encaminhar aos deputados e senadores, sugerindo que não fosse apenas assinado pelo Conselho Nacional, mas também pelas instituições representando a Sociedade Civil, os Ministérios presentes e que pudessem assinar, mostrando os segmentos que seriam afetados e os números correspondentes. O Conselheiro José Geraldo manifestou preocupação por não terem ouvido o MDS e seu posicionamento, o que deveria ser feito primeiramente, ao que o Conselheiro Wagner aparteu, observando ter feito a proposta de trazer a Ministra do MDS para esses esclarecimentos. O senhor Presidente esclareceu que essa reunião já havia sido solicitada, esperando-se seu agendamento. A Conselheira Ana Carolina manifestou que concordava com a fala do Conselheiro José Geraldo, manifestando-se satisfeita pela união e motivação apresentada pela Sociedade Civil e que reforçava as ações do Conselho. Informou ter lido a nota encontrando alguns pontos bem colocados e outros que deveriam ser esclarecidos, principalmente no tipo de

encaminhamento, devendo ser mais taxativo no que se queria solicitar. Destacou que se poderiam incluir os dados do MDS para esse esclarecimento, não se esquecendo, também, da questão do prazo, ao que o Conselheiro Renato Saidel retirou sua fala. O Conselheiro Clodoaldo ponderou que havia um descontentamento de todos pela falta de manifestação quando da apresentação da Secretária da SNAS, destacando que esse corte atingia todos os Ministérios, principalmente o MDS. Manifestou sua surpresa por não haver uma manifestação mais efetiva, em primeiro lugar dos Ministérios, mostrando que os orçamentos feitos eram extremamente enxutos e compatíveis, falando sobre o que isso representava. Entendia que o MDS era um Ministério com um papel fundamental, ressaltando sua importância e concordando com a proposta da Presidente Dilma sobre o combate à extrema pobreza, tendo que dialogar e ter os números finais, para poder cumprir essa determinação. O Conselheiro Clodoaldo ponderou que havia que ouvir o posicionamento do MDS para depois enviar o documento, sob pena de se atropelar o próprio Conselho Nacional e a própria Ministra do MDS, que deveria ter suas razões se ainda não se havia manifestado contra os cortes que estavam acontecendo em sua pasta. Concluindo, observou que gostaria de ter maiores informações para que pudessem ter um documento que, de fato, fosse claro, contundente e efetivo, não correndo o risco de ser taxado como um Conselho que deliberava sem conhecimento de causa. A Conselheira Simone destacou que cabia ao Conselho Nacional fiscalizar a Política, acompanhar e ter concretamente um decreto onde haviam sido remanejados recursos dos serviços que atendiam crianças e adolescentes em diversas situações de risco, serviços que atendiam às famílias em situação de vulnerabilidade e risco ofertado pelos CRAS no Brasil inteiro. Observou que a Comissão de Financiamento estava correta e como haviam colocado, ninguém estava acusando que alguém não ofertaria o serviço. Que para cumprir seu papel, o Conselho teria que solicitar informações e saber quando seria recomposto o orçamento que tratava de serviços continuados de crianças e famílias em situação de risco. Que ninguém havia se manifestado quanto ao rearranjo realizado, quanto ao reajuste no benefício do Programa Bolsa Família, mas que o Conselho tinha obrigação de saber dessas situações. Concordava que o MDS tinha responsabilidades, mas entendia que o CNAS tinha que conhecer essa situação, e tendo que ouvir o Ministério para poder tomar decisões. Que havia vários problemas dentro do orçamento e que precisavam ser resolvidos, sendo um deles o estudo da recomposição. Destacou a previsão feita pelo Conselho, já sem recursos para o orçamento aprovado, tendo uma ação conjunta a fazer entre o Ministério e o Conselho sobre os cortes e o remanejamento interno realizado e a questão do IGD, com os estados e municípios ansiosos por esses recursos e não podendo executar por falta de instrumento jurídico. Dirigindo-se ao Conselheiro Clodoaldo, observou que o mesmo deveria ficar tranquilo, com o CNAS não estando preocupado com uma situação concreta, mas tendo que se preocupar em ter informações e comunicar ao MDS que poderia contar com o Conselho e como poderiam ajudar. A Conselheira Maria Aparecida ponderou que o papel da Sociedade Civil, mais do que discutir números, era discutir o impacto real dessa situação dentro dos programas. Que esse processo significava que queriam se apropriar de mais informações para poder dialogar com a Ministra do MDS e com o Congresso Nacional, sendo natural que as questões

fossem detalhadas para maior conhecimento de todos. Ressaltou não estavam questionando meramente o corte de gastos e financiamento, mas sim o que significava para os programas sociais de Assistência Social que haviam implantado no país e os quais defendiam. O senhor Presidente observou que daria para se modificar o documento, o qual teria que ser concluído nessa oportunidade. O Conselheiro José Geraldo, referindo-se ao corte feito pelo governo, observou que aquele feito no MDS era pequeno em relação aos demais, falando sobre como o mesmo havia sido pensado pelo governo. O Conselheiro Renato de Paula falou sobre a legislação pertinentes, não havendo problemas que o Ministério se manifestasse independente dos esclarecimentos que pudessem ser prestados, esclarecendo como havia sido a confecção dessa nota e seus objetivos. Como **encaminhamento**, observou que a mesma deveria ser aprovada pelo Pleno, não sendo necessário aguardar que o MDS se manifestasse. Indicou que o outro **encaminhamento** seria a solicitação de um detalhamento de todas as informações solicitadas, falando sobre o que esse ofício precisaria conter. Como terceiro **encaminhamento** indicou os procedimentos internos do Conselho, que era a construção das estratégias políticas do CNAS para acelerar a resolução desse problema, fosse a recomposição ou as alternativas. Concluindo, ponderou que com essas três colocações se poderia discutir se havia algo mais a ser feito, construindo as estratégias políticas do Conselho para acelerar a resolução do problema. A Conselheira Anna Cláudia falou sobre o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, publicado pela CIT, tendo sido aprovado pelo Conselho e onde se falava de serviços. Falou sobre o Programa Bolsa Família, sendo que sem os serviços socioassistenciais não tinha sentido o repasse de recursos financeiros para essas famílias beneficiadas. Explanou sobre o trabalho integrado que estava sendo realizado, lutando para que as pessoas do Programa Bolsa Família, as famílias mais pobres, tivessem acesso aos serviços, tanto de Assistência Social quanto de Educação e Saúde, ponderando que não havia serviços suficientes e ainda ocorria um corte. Após colocações sobre a construção da nota, o Conselheiro Renato de Paula procedeu à leitura da *“Nota sobre o orçamento da Assistência Social 2011. O Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, como órgão de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é composto por 18 (dezoito) membros e respectivos suplentes, cujos nomes são indicados ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela Coordenação da Política Nacional de Assistência Social, de acordo com os critérios legais. 1. 9 representantes governamentais, incluindo um representante dos estados e dos municípios; 2. 9 representantes da Sociedade Civil, dentro representantes dos usuários ou de organizações de usuários das entidades e organizações de Assistência Social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob fiscalização do Ministério Público Federal. A nossa missão é promover o controle social sobre a Política Pública de Assistência Social, contribuindo para o seu permanente aprimoramento em consonância com as necessidades da população brasileira. Como desafios a serem enfrentados por este Conselho estão o fortalecimento do exercício do controle social da Política Pública de Assistência Social nas três esferas de governo; a contribuição para a*

consolidação do SUAS no país e a defesa dos recursos para o Financiamento da Política Pública de Assistência Social. No dia 1º de março de 2011, este Conselho tomou conhecimento dos decretos e portarias sobre programação orçamentária e financeira para o exercício 2011, e servimo-nos do presente instrumento para nos manifestarmos contrários aos limites orçamentários para a Assistência Social estabelecidos no Decreto nº 7445, de 1º de março de 2011, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011, e no Decreto nº 7.446, de 10 de março de 2011, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias e passagens e locomoção no exercício de 2011. Apresentamo-nos bastante preocupados com os cortes orçamentários estabelecidos no Decreto em apreço, principalmente os que atingem programas com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, Programa de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e os cortes que atingem o funcionamento do Conselho Nacional de Assistência Social. Ressaltamos que este Colegiado, que é composto por 36 Conselheiros, sendo que os representantes da Sociedade Civil, os representantes dos estados e municípios residem fora de Brasília em estados com o Recife, Manaus, São Paulo, Rio de Janeiro, Campo Grande, Natal, Porto Alegre, Curitiba, Aracajú e Belo Horizonte e é necessário convocá-los mensalmente para as reuniões ordinárias, Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho. Além das reuniões ordinárias, a Plenária do CNAS aprovou a realização de vários eventos de alcance nacional, dentre eles destacamos o Encontro Nacional dos Trabalhadores da Assistência Social, a ser realizado nos dias 30 e 31 de março de 2011 em Brasília e contará com a participação de aproximadamente 300 pessoas. Além disso, é de fundamental importância que o CNAS seja representado nas Conferências Municipais e Estaduais de Assistência Social, que serão realizadas ao longo do ano como preparação para a VIII Conferência Nacional de Assistência Social, a ser realizada em Brasília, que contará com número aproximado de delegados, convidados e palestrantes, cuja responsabilidade de realização é deste Conselho em parceria com o Ministério. Diante dos compromissos e responsabilidades acima listadas este CNAS reivindica que sejam garantidos os recursos orçamentários e financeiros necessários à continuidade dos trabalhos, bem como para o funcionamento regular do Conselho Nacional de Assistência Social. Reivindica, ainda, estabelecimento de limites específicos para emissão de diárias e passagens para os Conselheiros e colaboradores eventuais’. A Conselheira Rita de Cássia destacou que os debates realizados já haviam alterado o objetivo dessa nota, a qual deveria incorporar todas as posições e preocupações do CNAS e não apenas ser uma nota genérica contrária aos cortes. Que manteria o texto até o penúltimo parágrafo, “apresentamo-nos bastante preocupados”, sugerindo, “apresentamo-nos contrários aos cortes orçamentários estabelecidos nos decretos, uma vez que no caso da Política Nacional de Assistência Social, que não possui recursos constitucionalmente vinculados, os cortes impactam na execução dos serviços”. Observou que a partir desse parágrafo a nota teria que indicar que na reunião da Comissão de Financiamento o tema havia sido discutido e na Reunião Ordinária do dia 16 havia sido ouvido o MDS, solicitando-se maiores informações. Que se deveria destacar o compromisso para recompor esse orçamento em diferentes instâncias da

sociedade e não só no âmbito do governo, ressaltando seu impacto na Política. O senhor Presidente informou que o Conselheiro Renato de Paula falaria sobre a nota, concordando com a Conselheira Rita de Cássia na proposta de redação. Observou que não colocaria “preocupados”, mas sim “contrário”, marcando uma posição, colocando a preocupação com o controle social e da autonomia, que não havia sido incluída. Ponderou que se deveria tratar da Política, como um todo, e dos serviços continuados, sem citar programas. O Conselheiro Renato de Paula concordou com a fala da Conselheira Rita de Cássia, explicando que haviam retomado a idéia original da nota visto que vários Conselheiros haviam colocado a necessidade de pedir esclarecimentos ao MDS, detalhar os cortes e ter um estudo mais detalhado dos impactos. Manifestou ter entendido que esses esclarecimentos eram necessários para que o CNAS se posicionasse mais firmemente. Esclareceu que a nota sairia com os elementos atuais e, em paralelo, o Conselho encaminharia esses aprofundamentos necessários para uma segunda nota ou para um posicionamento com dados mais precisos dos prejuízos e das conseqüências desses cortes nos serviços. Observou que com a fala da Conselheira Rita de Cássia entendia ser possível fazer os dois procedimentos nesse documento, colocando a preocupação do CNAS com o impacto nos serviços, sem os citar, e sem comprometer a falta de informações mais precisas. A Conselheira Maria Aparecida retirou sua fala, concordando com as colocações da Conselheira Rita de Cássia. O Conselheiro José Geraldo discorreu sobre o orçamento encaminhamento e onde estava o problema, não tendo que se falar em cortes, visto que o maior havia sido feito pelo MDS para atender ao decreto de ajuste do Programa Bolsa Família e que seria devolvido. Que o corte mais importante a ser ressaltado era o de diárias e passagens porque comprometeria o funcionamento desse Conselho, esclarecendo como se deveria correr atrás dos outros cortes. A Conselheira Leila falou sobre os cortes realizados e que o Conselho havia aprovado um orçamento para garantir a continuidade e os recursos de toda a rede socioassistencial financiada com recursos federais. Após mais algumas colocações, solicitou o registro de que estavam vivendo um momento histórico de retrocesso na medida em que a situação atual os fazia trazer outro encaminhamento, manifestando a indignação de todos com o corte e a falta de liberdade que o Conselho tinha para fazer a gestão do seu próprio orçamento. Destacou que esses cortes ceifavam a proteção social, com a nota trazendo o que a Conselheira Rita de Cássia havia sugerido e a indignação de todos, ademais de solicitar os estudos que precisavam. O Conselheiro Renato de Paula destacou todas as colocações feitas, observando que essa nota seria encaminhada da forma como estava ou seria discutida, incorporando os elementos que a Conselheira Leila havia trazido, ou, se aguardariam os encaminhamentos das informações para fazer uma nota que tivesse detalhes maiores a respeito dos impactos e de outras questões. O senhor Presidente observou que essa nota havia sido encaminhamento do outro relato da Presidência Ampliada, sendo necessário fazer um documento mais genérico, sem se aprofundar. Observou, com relação à fala do Conselheiro José Geraldo, que o problema do orçamento era anterior a esse, existindo um problema de ordem prática, urgente e pontual. Sugeriu que nessa primeira nota poderiam se manifestar sobre a questão do orçamento da Política, montando uma estratégia mais ampla, conforme dito pelo Conselheiro Sérgio Wanderly, mas

que mobilização era outra história. Entendia que a nota deveria ser bastante incisiva, pois caso contrário não dispunham de todas as informações, devendo se fazer um ofício gerando uma demanda de explicação para que dispusessem de dados mais aprofundados para a próxima reunião. Esclareceu que para essa primeira nota, já havia pedido de reunião agendada com a Ministra, devendo ser incisivos e diretos ao tratar do assunto. Que gostaria de encaminhar que dois ou três Conselheiros se apresentassem para fazer uma recopilação de tudo o que havia sido dito e trazer essa nota até o final da tarde para ser aprovada ainda nessa reunião. O Conselheiro José Araújo questionou para quem seria a nota, sendo preciso ter esse encontro para poder conhecer a situação, inclusive podendo esclarecer que havia conseguido o contingenciamento, os R\$ 23 milhões, encerrando-se o problema, caso contrário, poderiam criar uma situação com um complicador a mais. O senhor Presidente esclareceu que estavam propondo que o Conselho se posicionasse, com a Conselheira Rita de Cássia observando que se era uma posição junto ao MDS não precisaria ser nota, explicando sobre essa situação. Observou que como Conselheira, precisava de um posicionamento desse Colegiado que a respaldasse dentro do MEC, indicando a posição e como tratariam do assunto dentro do governo. Após colocações, sugeriu que, primeiramente, deveria ser uma nota pública do Conselho se manifestando sobre a questão orçamentária da Política Nacional de Assistência Social e, segundo, um ofício ou outra nota, solicitando esclarecimentos à Ministra, ações que se complementavam. O senhor presidente concordando, solicitou que os Conselheiros Renato de Paula, Rita de Cássia e Sérgio Wanderly, com o apoio do Conselheiro José Geraldo, trabalhassem nessa redação, retomando o texto ao final da tarde. A seguir, passou para o **Item Relato da Comissão de Política**, pelo Conselheiro Frederico: *“Memória da reunião da Comissão de Política, de 15 de março de 2011. Local: CNAS. Conselheiros integrantes da Comissão: Ana Cláudia Romano, Célia Mota de Carvalho, Clodoaldo de Lima Leite, Frederico Jorge de Souza Leite, José Araújo da Silva, José Ferreira Crus, Leila Pizzato, Maria Auxiliadora, Maria do Carmo Tourinho, Marisa Rodrigues da Silva. Ausências justificadas: Rita de Cássia Freitas Coelho. Secretária-Executiva do CNAS: Carolina Ribeiro da Silva, Maria Antônia Valente e Maria Auxiliadora Pereira. Primeiro ponto. Instrução e definição das prioridades da Comissão de Política para 2011. A Comissão discutiu os vários temas pertinentes às funções, com o objetivo de definir as prioridades para 2011. Considerando que este ano é um ano de conferência de assistência social que terá como tema ‘Avançando na consolidação do SUAS com a valorização dos trabalhadores e qualificação da gestão dos serviços socioassistenciais’, bem como levando em consideração os temas relevantes que foram trabalhados pela Comissão em 2010, e que precisam de acompanhamento e de desdobramentos visando avançar na consolidação no SUAS e no fortalecimento do controle social. Benefícios eventuais; considerando que o CNAS aprovou em nove de dezembro de 2010, a resolução nº 39, que dispõe sobre o processo de reordenamento dos benefícios eventuais no âmbito da Política de Assistência Social, em relação à Política de Saúde, e que resolve afirmar que não são provisões da Política de Assistência Social, os índices referentes às órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, cadeiras de rodas, muletas, e outros itens referentes à área da saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistida por ajudas*

técnicas, bem como medicamentos, pagamentos de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde, transporte de doentes, dietas e prescrições especiais e fraldas descartáveis para pessoas que tem necessidade de uso, e considerando que este processo de articulação e reordenamento deste benefício junto às políticas sociais, e aos conselhos de defesa de direitos, a comissão propõe o seguinte **encaminhamento**: enviar Resolução CNAS nº 39/2010, pedindo um levantamento nacional sobre os benefícios eventuais e da Assistência Social, realizado em outubro de 2009, que mapeia a situação da regulação do exercício por todo Brasil, para conhecimento dos seguintes parceiros: Ministro da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, CNAS, SNAS, CONAD, CNDI, SEDH, CONANDA, solicitando que os mesmos divulguem amplamente e, no caso dos Conselhos, solicitar que eles participem o tema em suas reuniões. A agenda da Comissão, que foi o item da questão das prioridades de 2011, ficou: abril, em abril o pacto de aprimoramento da gestão do SUAS, apresentação pelo FONSEAS, e discussão por uma agenda da Comissão de Política da Assistência, para convidar o FONSEAS; 2) apresentação do censo das entidades: convidar a DPRLQ do SNAS. Em maio, discussão da proposta de resolução do CNAS, que habilitam as categorias profissionais no SUAS. Em junho a análise de recursos SUAS nos critérios dos últimos anos. Convidar a SAGI, e dois, apresentação da proposta preliminar da política nacional de capacitação. Convidar os gestores, e a SNAS, para habilitar uma ação de disseminação. Julho: avaliação do plano decenal de implementação das metas pelos entes federados. Convidar a SAGI e a SNAS. Coordenador da Comissão. Frederico Jorge de Sousa Leite". A Conselheira Simone encontrava que a agenda de discussão da Comissão de Política se mostrava bastante adequada, observando que a discussão do pacto era muito importante, principalmente para que o Conselho Nacional orientasse os Conselhos Estaduais na sua condução. Sugeriu que o Conselheiro Renato Saidel, que acompanhava a CIT, passasse os documentos e posicionamentos do pacto para o CNAS, encontrando pertinente colocar a discussão dos governos estaduais na agenda da discussão da Comissão de Política. Que era preciso que os mesmos se posicionassem com relação aos pactos em ano de elaboração do PPA, falando que o FONSEAS vinha fazendo um movimento bastante relevante nesse sentido. Discorreu sobre as prioridades existentes dentro do pacto, entendendo que a Comissão de Política destacaria a gestão do trabalho, sugerindo que também abordasse a vigilância social e o acompanhamento familiar. O Conselheiro Renato Saidel esclareceu que as resoluções e demais documentos da CIT eram feitos ao CNAS que os encaminhava, tendo todas as informações. Observou ser preocupação da agenda da Comissão de Política a discussão do pacto e com a Conselheira Célia se comprometendo a trazer o FONSEAS para discussão nessa Comissão sobre o papel e a responsabilidade dos estados no aprimoramento da gestão e na qualidade da oferta dos serviços. O Conselheiro José Crus sugeriu acolher as sugestões da Conselheira Simone que convergiam com toda a agenda pautada, discorrendo sobre a inclusão de temas que o Pleno considerasse relevantes nessa agenda da Comissão de Política. A Sra. Célia falou sobre a construção das relações que o FONSEAS vinha priorizando, fortalecendo seu papel em todas as instâncias. A Conselheira Leila lembrou que quando haviam feito o relato da Comissão de Financiamento, haviam agregado à Comissão de Políticas mais uma ação, que era discutir o comando único, solicitando à Sra. Dorinha que

incluísse mais esse conteúdo para ser trabalhado ainda nesse ano. O Conselheiro José Crus sugeriu que na reunião de abril a Comissão fizesse uma análise para verificar qual o mês mais conveniente, trazendo um relato sobre o assunto. O senhor Presidente deu como aprovado pelo Pleno o relato da Comissão de Política. Na sequência, solicitou à Secretária-Executiva a leitura dos convidados presentes à reunião: Conselheira Ana Maria Macêdo, CEAS/PA; Célia Mota – FONSEAS; Maria Dolores – FENAPAE; Edilar Cruz – CEAS/RS e FONACEAS; Cleonice Dias – CMAS/Parapicuíba; Manoel Alves – CEAS/AC e FONACEAS; Maria Joaquina – CEAS/GO e FONACEAS; Núbria, CEAS/GO; Marli da Costa, do CEAS/SP; Maria de Fátima Costa, do CEAS/AL; e Ana Arabella do CEAS/AL. A Conselheira Iolete apresentou a Sra. Márcia Mansur, do Conselho Federal de Psicologia, que a partir do mês de abril estaria representando o CFP no CNAS. Manifestou ser essa sua última reunião, agradecendo sua participação e informando que continuaria representando o CFP no Fórum Nacional de Assistência Social. O senhor Presidente agradeceu à instituição da qual a Conselheira Iolete era representante, elogiando sua participação, com os conselheiros Simone, Frederico e José Crus agradecendo a participação da conselheira Iolete e dando as boas vindas à Conselheira Márcia. O senhor Presidente passou a palavra para a Conselheira Márcia que cumprimentou a todos e manifestou sua satisfação em participar desse Conselho, agradecendo à Conselheira Iolete e destacando que faria tudo para contribuir com o CNAS. O Conselheiro Renato Saidel, em nome da Sociedade Civil, agradeceu à Conselheira Iolete pela sua importante participação, colocando-se à disposição, palavras endossadas pelo Conselheiro Clodoaldo e pelo senhor Presidente.

Item Relato da Comissão de Conselhos. O Conselheiro Renato de Paula procedeu à leitura da *“Memória da reunião da Comissão de acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social. Dia 14 de março, sala 108, das 15 às 18. Conselheiros presentes: Fátima Aparecida Rampin; Renato Francisco dos Santos Paula; Brenda Ferreira Silva; Clodoaldo de Lima Leite; José Ferreira Crus; Marisa Rodrigues da Silva; Renato Saidel Coelho, Samuel Rodrigues; Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo; Sérgio Wanderly Silva. Ausências: Maria Aparecida do Amaral. Apoio da Secretaria-Executiva: Liliane Neves do Carmo, Lílian da Silva Guedes, Valesca Sales de Muniz. Item um. Agenda de atividades da Comissão. Na Plenária de fevereiro foi deliberado que a Comissão revisasse a agenda de trabalho apresentada, tendo em vista adequá-la à agenda de ações do CNAS em 2011, prevista em razão da realização da Conferência Nacional. Diante disto, a Comissão, ressaltando ser imprescindível a realização das ações apresentadas em função das demandas dos Conselhos, e tendo em vista cumprir as deliberações da VII Conferência Nacional, define para a pauta do mês seguinte, sempre na reunião do mês anterior, compatibilizando demandas já planejadas com demandas específicas. Item 1.1. Definir orientações aos Conselhos Estaduais para a criação da Comissão Permanente de Acompanhamento dos Conselhos Municipais. Apresentamos em anexo a proposta que será apreciada e aprovada pela Plenária, conforme deliberado pela Plenária de Fevereiro. Dois. Ação referente à Resolução CNAS nº 16/2010. 2.1. Informações dos Conselhos Estaduais sobre a implementação da Resolução. Na reunião de fevereiro foi deliberado pela plenária solicitar aos Conselhos Estaduais informações sobre a implementação da referida resolução, tendo em vista mapear as atividades realizadas por estes, para o acompanhamento e orientações dos*

Conselhos Municipais no cumprimento da Resolução, e ainda definir estratégias para efetivar a implementação pelos Conselhos Municipais. Foi encaminhada a solicitação e até a data da reunião da Comissão apenas 8 Conselhos responderam. Diante disto a Comissão realizou uma análise crítica do processo metodológico e passa a conciliar as informações recebidas como ilustrativas das situações possíveis. **Os encaminhamentos.** 2.1.1. Dar retorno aos Conselhos Estaduais que responderam ao serem solicitados, agradecendo-os pelo envio das informações, e informando que tais informações serão utilizadas para subsidiar a construção de novas estratégias de aproximação do Conselho Nacional com os Conselhos Estaduais e Municipais. 2.2. Definir estratégias para acompanhar junto aos Conselhos Estaduais de Assistência Social, CEAS, e Conselho do Distrito Federal, a implementação da Resolução 16 pelos Conselhos Municipais, e Conselhos de Assistência do DF. A Comissão ressalta a existência de instrumentos de orientação, tais como as orientações para a implementação da Resolução pelos Conselhos Municipais e CAS/DF, e o perguntas e respostas sobre a Resolução CNAS nº 16, e aponta como uma das estratégias a serem implementadas no momento a potencialização da divulgação destes junto aos Conselhos Estaduais e Municipais. **Encaminhamentos.** 2.2.1. Tendo em vista a importância do tema junto aos Conselhos, por se tratar de uma das suas competências previstas na LOAS, a Comissão conta também como estratégia remeter o tema para a Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional, para inclusão do tema nos debates a serem realizados pelas Conferências de 2011, e para debate junto aos Conselhos Estaduais nos diferentes mecanismos de comunicação do Conselho Nacional com os Conselhos Estaduais. 2.3. Ofício recebido pelo CNAS. O Conselho Municipal de Maringá, no Paraná, encaminhou o ofício de nº 01/2011, consultando sobre a possibilidade de prorrogação do prazo para as entidades e organizações de Assistência Social inscritas anteriormente à publicação 16, requererem a inscrição conforme procedimento e critérios dispostos nesta Resolução. **Encaminhamentos.** 2.3.1. A Comissão sugere responder ao Conselho Municipal que o prazo não será prorrogado. Ao mesmo tempo, a Comissão sugere levantar junto aos demais Conselhos a existência de dificuldades para cumprimento do prazo e, a partir disto decidirá pela promulgação ou não. 2.3.2. Reforçar junto aos Conselhos Estaduais a necessidade de planejar as suas atividades, no sentido de potencializar as ações para acompanhamento aos Conselhos Municipais, para efetivar o cumprimento das Resoluções, atendendo assim, conforme exposto na NOB/SUAS, sobre uma das atribuições dos Conselhos Estaduais, lá definidas, que é de assessorar os Conselhos Municipais na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS. 2.3.3. Orientar os Conselhos Municipais que solicitem, sempre que necessário, o auxílio dos Conselhos Estaduais, tendo em vista potencializar esta relação entre Conselhos Estaduais e Municipais. 2.4. Correspondência eletrônica recebida pelo Conselho Nacional de Assistência Social. O Conselho Municipal de Osasco/SP, enviou correspondência informando sobre as solicitações repassadas pela Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social, para a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social Regional de Osasco, sobre a inscrição das entidades de Assistência Social no Conselho Municipal, e solicitando a advertência do CNAS junto à referida, por conta das orientações que esta tem dado nas entidades sociais de Osasco, de solicitarem inscrição no Conselho Municipal de Cutia. Segundo o

Conselho Municipal de Assistência Social 'tal orientação equivocada teve o intuito de habilitar estas entidades no cadastro do pró-social', e completa 'enfaticamente que da mesma forma temos realizado reuniões com a técnica da DRAD na tentativa esclarecer as divergências e encaminharmos ofício, com cópia por este órgão, solicitando esclarecimentos, esta continua incorrendo no mesmo erro'. Segundo o CMAS, tal ação coloca em questão a credibilidade dele frente aos outros municípios, bem como as entidades sociais de Osasco. **Encaminhamentos:** encaminhar ao Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo para conhecimento e solicitação de informação da DRAD sobre o assunto, e que mantenha o CNAS informado quanto aos procedimentos adotados, e posteriormente quanto às respostas recebidas. 2.4.2. Solicitar ao CEAS/SP providências necessárias quanto à divulgação da Resolução junto aos atores envolvidos, tais como os conselhos municipais, as entidades de assistência social e gestores, bem como as providências quanto às orientações para a implementação da Resolução. Item 2.4.3. Encaminhar aos Conselhos de Osasco e Cutia todos os instrumentais de orientação para a implementação da Resolução, informando que solicitem sempre que necessário o auxílio do conselho estadual. 2.4.4. Informar ao Conselho Municipal de Assistência Social de Osasco os encaminhamentos realizados pelo CNAS. Item 2.5. Exposição áudio-visual com orientações para a inscrição das entidades no Conselho de Assistência, conforme a Resolução 16. A Comissão entende que a produção de DVD em caráter áudio-visual, possibilita atender às necessidades dos Conselhos de Assistência a realizar a capacitação de novos Conselheiros, e ainda dando condições para que eles possam realizar de forma continuada a capacitação de seus membros e trabalhadores da Secretaria Executiva. Diante disto, e sabendo a demanda existente no Conselho Nacional sobre diversas orientações que devem ser remetidas aos Conselhos para além deste tema, sugerimos remeter a demanda à SNAS, tendo em vista a incluída proposta, e todos os outros temas a serem elencados por este Conselho em sua política de capacitação. **Sugestão de encaminhamento.** 2.5.1. Sugerir à SNAS a elaboração e apresentação de propostas de produção de uma série de DVDs na modalidade áudio-visual, abordando temas importantes para a consolidação do SUAS e para os diversos atores da Assistência Social. Item 3. Informes da Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social. 3.1. Estudo do caso do Conselho Estadual de Roraima. Em dois de outubro foi pautado na Comissão de Conselhos o ofício de nº 109/2010, encaminhado pelo Conselho Estadual de Roraima e assinado pela presidenta, Sra. Eleonai Eleutério, a qual solicita auxílio para o funcionamento do CEAS no que tange a recursos humanos e infraestrutura. Nos encaminhamentos da plenária, na ocasião, ressaltamos o envio de memorando à SNAS, dando ciência e providências necessárias acerca da questão apresentada pelo CEAS, ofícios para a Comissão Intergestores Bipartite, CIBs Roraima, ao Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social, dando ciência da situação, ao Ministério Público de Roraima relatando a questão, ao Conselho Estadual, informando sobre as normativas vigentes, que garantem a infra-estrutura adequada ao funcionamento dos Conselhos, inclusive a Portaria 351/2007, ressaltando que os recursos a serem destinados para o funcionamento destes Conselhos devem ser considerados para a aprovação do plano de ação do fundo estadual de Assistência Social, e também pelo pacto de aprimoramento de gestão estadual firmado. Há

um compromisso com a destinação de recursos para dar destinação ao funcionamento dos conselhos, como expresso no já mencionado artigo 7º. O Ministério Público de Roraima encaminhou ofício, ofício de número 289, tratado em três de dezembro, passando ao CNAS o ofício 2476, assinado pela Secretária de estado de Trabalho e Bem Estar Social do Estado de Roraima, Sra. Maria de Nóbrega, informando que ‘em relação a este ponto, foram solucionados junto ao CEAS, comunicando que atualmente aquele Conselho conta com recursos humanos em sua Secretaria-Executiva’. **Sugestão de encaminhamento.** Solicitar manifestação do Conselho Estadual sobre as informações prestadas pela Secretária de Estado e Bem Estar Social do Estado de Rondônia.

3.3. Relato sobre o caso do CEAS Maranhão (relato do caso em anexo). O CEAS encaminhou ao CNAS ofício nº78/2010-CEAS/MA no qual comunica que a relação de nome dos Conselheiros, representantes governamentais no CEAS, publicada não era a mesma relação encaminhada pelo Conselho ao órgão gestor. A Comissão deliberou por enviar à Consultoria Jurídica cópia dos documentos recebidos pelo CNAS e o ofício encaminhado aos envolvidos. Foram encaminhadas, também, todas as normativas definidas pelo CNAS acerca do funcionamento dos Conselhos e atribuições do Conselho Nacional. **Retorno da Consultoria Jurídica do MDS** encaminhou ao CNAS a NOTA Nº 286/2010-CJIMDS relatando que “Por se tratar de conflito estabelecido no âmbito restrito do Estado do Maranhão, a única atuação possível do CNAS na situação é a de natureza política, no sentido de tentar compor uma solução amigável à hipótese, uma vez que o CEAS/MA não guarda relação de hierarquia com o CNAS. Não há possibilidade de nenhuma outra forma de atuação do CNAS neste contexto, seja no âmbito administrativo ou judicial.” E, ainda, ‘Cabe ao próprio CEAS/MA buscar solução para o caso, ainda que precise utilizar da via judicial para este fim’. **Sugestão de encaminhamento.**

3.3.1 Solicitar informações ao CEAS sobre a composição atual e a forma que a mesma foi formalizada na publicação do Diário Oficial do Estado.

3.4. Ofício nº 223/2010 CMAS de Florianópolis. O CMAS encaminhou o documento intitulado “Panorama do Conselho Municipal de Assistência Social: funcionamento, Prioridades e Necessidades”, para conhecimento e suscitar possível contribuição da Comissão de Conselhos. O referido apresenta as demandas atuais e, ainda, a sua forma de organização do CMAS, tais como as suas Comissões Temáticas e atribuições. **Sugestão de encaminhamento.** Enviar cópia do documento aos Conselheiros da Comissão, para análise e retorno à Coordenação para a pauta na reunião de abril.

3.5. Ofício CEAS/PR. O CEAS/PR encaminhou ao CNAS ofício 072/2010 e 083/2010, com o objetivo de informar ao CNAS sobre as situações vivenciadas pelo CEAS em 2010 em relação à realização de reuniões ordinárias do Conselho. **Solicitações de Encaminhamentos.**

3.5.1. Solicitar informações ao CEAS sobre a realização da reunião de março de 2011 e os encaminhamentos dados para suprir a situação enfrentada no ano anterior;

3.5.2 Solicitar o envio do calendário das reuniões do CEAS para o ano de 2011 para conhecimento;

3.5.3. Encaminhar ao CEAS as orientações do CNAS sobre o funcionamento dos Conselhos, tais como Resolução nº 237/2006 que trata do funcionamento dos Conselhos, bem como da periodicidade de reuniões e solicitar divulgação junto aos órgãos gestores e demais CMAS.

4. Providências definidas em fevereiro a serem executadas em março.

4.1. Recomendar ao Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, e ao Fórum Estadual de

Secretárias de Assistência Social – FONSEAS, que reforce em suas reuniões a importância dos órgãos gestores da Assistência Social estruturar ou reestruturarem as Secretarias-Executivas Estaduais do Conselho do DF. 4.2. Sugerir à CIT a inclusão em sua pauta da criação de estratégias para garantir a dotação orçamentária destinada ao gasto com transporte, hospedagem e alimentação dos Conselheiros de Assistência Social, inclusive da área rural, para a participação em reuniões e em outras atividades inerentes ao controle social. 4.3. O CNAS solicitará aos Conselhos de Assistência social dos municípios apontados no acórdão, informações sobre o acompanhamento destes na implementação do Plano de Providencia apresentado pelo município. 4.4. Solicitar ao CEAS o calendário anual de encontros/visitas/acompanhamento ao CMAS para discussões sobre questões pertinentes ao CAS. 4.5. Solicitar à SNAS/MDS relatório dos dados dos CAS no CADSUAS, para posterior análise e acompanhamento quanto ao período de gestão e outras questões pertinentes ao funcionamento dos Conselhos. Item 5. Pauta da Comissão em abril. 5.1. Solicitação de criação de Anexo de Resolução CNAS nº 16/2010, com minuta de comprovante de inscrição dos Serviços, Programas, Projetos e benefícios Socioassistenciais. 5.2. Apreçar o documento ‘perguntas e respostas sobre o funcionamento dos CAS’. 5.3. Definir estratégias para acompanhamento dos resultados da oficina com os municípios apontados no acórdão do TCU nº 2809/2009. 5.4. Consulta Pública sobre o processo eleitoral dos representantes da Sociedade Civil no CNAS. 5.5. Definir estratégias para acompanhamento das questões apontadas no Relatório do Censo SUAS referentes aos Conselhos de Assistência Social. Renato Francisco dos Santos Paula. Coordenador da Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social”.

O senhor Presidente indicou que o documento anexo, “Orientações dos Conselhos Estaduais” seria lido pelo Conselheiro Renato de Paula e aprovado nessa Plenária, com algumas atualizações a serem realizadas pela Secretaria-Executiva: “Apresentação. A criação dos Conselhos de Assistência Social, após a aprovação da LOAS, significou um salto histórico na construção democrática desta área, possibilitando que Estado e Sociedade Civil debatessem suas posições e propostas, entrassem em acordos e tomassem decisões conjuntas em espaços públicos de deliberação e discussão. É importante ressaltar que a conquista da participação popular como direito não se trata apenas da participação nos Conselhos. Este é um espaço privilegiado, mas não o único espaço de participação. Porém, os Conselhos devem exercer seu papel político, que é outra importante dimensão de atuação. O controle da gestão pública tem suas bases legais nos princípios e direitos constitucionais fundamentais, como o inciso LXXIII, art. 50, da Constituição Federal, que estabelece o mecanismo de ação popular e o §2º do inciso IV do art. 74, que dispõe que qualquer cidadão é parte legítima para denunciar irregularidades ao Tribunal de Contas da União - TCU. Na Assistência Social, em particular o inciso II, art. 204 da Carta Maior, estabelece que nesse campo as ações governamentais tenham como diretrizes, dentre outras, a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação da Política e no controle das ações em todos os níveis”. O funcionamento dos Conselhos de Assistência Social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988 (art. 204) enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativo-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e

descentralizado. Assim, como forma de efetivar essa participação, foi instituído - pela Lei 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, em seu artigo 16 que ressalta que 'as instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo, de caráter permanente e composição paritária entre governo e Sociedade Civil', são os Conselhos Municipais, Estaduais, do Distrito Federal e o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. Ressaltamos que, embora ainda existam recuos e contradições, os avanços em termos do controle social são inegáveis, repercutindo decisivamente na formulação e execução da Política de Assistência Social, em todos os níveis da federação. Com a aprovação da PNAS/2004 e da NOB-SUAS/2005, a Assistência Social avança como Política de Estado na busca da construção de um sistema público — SUAS, que consolida um modo de gestão compartilhada, o cofinanciamento, a cooperação técnica entre os três entes federados, que hierarquiza as ações, uniformiza conceitos no sentido da tipificação dos serviços específicos de Assistência Social e estabelece o lugar próprio da rede socioassistencial. A Resolução CNAS n° 237/2006 define o controle social como "o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da Política.' Podemos afirmar também que o controle social é a capacidade que a sociedade organizada tem de intervir nas Políticas Públicas, interagindo com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, estado ou do governo federal. Os Conselhos de políticas e de defesa de direitos, tais como os de Conselhos de Assistência Social são formas democráticas de controle social. Do papel a ser exercido pelos Conselhos destacamos: Controle: exercer o acompanhamento e a avaliação da execução das ações, seu desempenho e a gestão dos recursos; Deliberação/regulação: estabelecer, por meio de resoluções, as ações da Assistência Social, contribuindo para a continuação do processo de implantação do SUAS e da PNAS; Acompanhamento e avaliação: das atividades e os serviços prestados pelas entidades e organizações de Assistência Social, públicas e privadas. Os Conselhos avaliam e fiscalizam os serviços da Assistência Social, prestados pela rede socioassistencial (estatal e privada), definindo os padrões de qualidade de atendimento, e estabelecendo os critérios para o repasse de recursos financeiros. Ressalva-se, contudo, que exercer o controle social não se restringe em fiscalizar a execução dos serviços socioassistenciais, mas também, buscar compreender seu alcance junto às necessidades dos usuários da Assistência Social. No que tange ao orçamento, seu papel vai além de aprová-lo, esse deve também participar das discussões para a sua construção. Quanto ao Plano de execução orçamentária deve-se observar as questões contábeis, visando avaliar os resultados apresentados de modo a obter subsídios para a aprovação do Plano de Ação da Assistência Social. Assim, a atuação dos Conselhos torna-se imprescindível a efetivação do SUAS em todo o território nacional. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) por meio da Resolução n° 53, de 14 de março de 2007, aprovou o Plano de Acompanhamento e Fortalecimento dos Conselhos de Assistência Social e criou a Comissão Temática de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. A elaboração do referido Plano, conjuntamente com a criação da Comissão, tinha por objetivo atender a

uma demanda latente quanto à elaboração de orientações para o fortalecimento dos Conselhos no acompanhamento e controle social da Política de Assistência Social. Bem como visava a criação de estratégias de maior interação e comunicação entre o CNAS e os demais Conselhos, principalmente em relação aos Conselhos Estaduais e do Distrito Federal. A criação da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos no CNAS provou ser, ao longo destes anos, uma estratégia acertada ao aproximar o Conselho Nacional dos demais Conselhos, bem como vem cumprindo com a sua missão de contribuir para o fortalecimento dos CAS ao elaborar orientações sobre o cumprimento do exercício do controle social da Política Pública de Assistência Social, a exemplo da Resolução CNAS nº 237/2006 e a 16/2010, do documento “Orientações aos Conselhos quanto a Atualização da Lei de Criação” e, agora o CNAS apresenta estas orientações aos CEAS para a criação da Comissão Permanente de Acompanhamento aos CMAS. As orientações que ora apresentamos visam potencializar a interlocução entre os Conselhos das três esferas, além de contribuir para o fortalecimento do exercício das competências delegadas aos CAS, principalmente na esfera municipal. As questões abordadas pelo documento consolidam e aprimoram um conjunto de questões já debatidas junto aos CEAS e CAS/DF e, por essa razão, esperamos que este documento cumpra o seu papel e que os Conselhos continuem atuando de forma democrática e participativa, buscando avanços ainda mais consistentes no campo dos direitos. Ressaltamos que a criação da Comissão Temática traz à tona a necessidade de se investir em recursos humanos e materiais para o funcionamento dos CEAS, tendo em vista o cumprimento de suas competências, e seu papel de articulação mobilização. Essa é mais uma luta que devemos enfrentar. Para o cumprimento de suas atribuições e alcance dos objetivos da Comissão é imprescindível planejar suas ações. Diante disso, o CNAS sugere a elaboração de um Plano de Ação, apontando os objetivos a serem alcançados e as ações a serem realizadas, definindo prazos e formas de sistematização dos resultados, tendo em vista divulgar e socializar as suas ações anuais. Esse documento está dividido em quatro partes, visando tomar mais claras as atribuições e funcionamento da Comissão, bem como as atividades da secretaria executiva para o assessoramento a essa comissão, sendo elas: apresentação; competências dos Conselhos Estaduais de Assistência Social — CEAS; competência da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos; e Assessoria Técnica da Secretaria-Executiva. Desejamos bons momentos de debates, reflexões e trocas, atendendo aos princípios técnicos, éticos e políticos mantendo a sociedade mobilizada na defesa dos direitos. É esse o caminho que queremos trilhar junto aos Conselhos.

2. Competência dos Conselhos Estaduais de Assistência Social. Entendemos ser necessário revisitar as atribuições e competências dos CEAS definidas nas normas vigentes, para dar início às orientações para a criação da Comissão. Diante disso, ressaltamos que a Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS traduz os dispositivos da Política Nacional de Assistência Social — PNAS e, dentre as várias atribuições, expressas nestes documentos, destacamos: Deliberar e fiscalizar a execução da Política de Assistência Social e seu funcionamento; Convocar e encaminhar as deliberações das Conferências de Assistência Social; Apreciar e aprovar o Plano de Ação da Assistência Social do seu âmbito de atuação; Apreciar e aprovar a proposta orçamentária dos recursos da Assistência Social a ser encaminhada ao Poder Legislativo; Apreciar os

relatórios de atividades e de realização financeira dos recursos do Fundo de Assistência Social do seu âmbito de atuação; Acompanhar os processos de pactuação da Comissão Intergestores Tripartite - CIT e Comissão Intergestores Bipartite - CIB; Divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais. Dentre as competências afetas aos CEAS dispostas na NOB/SUAS, destacamos as referentes ao acompanhamento aos Conselhos, a saber: a) Zelar pela efetivação do SUAS; b) Assessorar os Conselhos Municipais de Assistência Social na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS; c) Atuar como instância de recurso que pode ser acionada pelos Conselhos Municipais de Assistência Social. Ressaltamos que a criação da Comissão tem como objetivo principal, atender ao disposto no item e. 3. Competências da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. Os Conselhos Estaduais têm, portanto, competência para promover a interlocução entre os Conselhos Municipais de sua abrangência e orientá-los quanto ao exercício de suas funções em consonância com normas legais afetas à Política de Assistência Social. Para isso, é importante que o CEAS inclua no seu regimento interno, a Comissão Temática, de natureza permanente, que como objetivo de acompanhar, monitorar e oferecer subsídios ao colegiado para regulação do funcionamento e atuação dos Conselhos Municipais de Assistência Social, na perspectiva da garantia de direitos, tendo em vista o fortalecimento da cidadania e do controle social. Para tanto, orienta-se que dentre as suas competências específicas sejam definidas ações para: Assessorar os CMAS para que esses cumpram: suas funções de caráter deliberativo do sistema descentralizado e participativo de Assistência Social, de caráter permanente de composição paritária, conforme art. 16 da LOAS e as suas competências relativas ao exercício do controle social do SUAS; Assessorar os CMAS quanto à aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS; Orientar os CMAS quanto ao cumprimento das ações e fiscalização junto à gestão municipal, às entidades de Assistência Social, aos serviços socioassistenciais prestados pela rede pública, e ao financiamento da Política; Definir estratégias para articulação entre os Conselhos Estaduais e os Municipais; Potencializar a relação dos CMAS entre si, com outros Conselhos de políticas e de defesa de direitos, bem como com as Comissões Intergestores Bipartite e demais Poderes, tais como o Ministério Público e Legislativo; Acompanhar o processo de elaboração e implementação da Política Estadual de Capacitação, ressaltando a que é direcionada aos Conselheiros, propondo temas, de acordo com levantamentos de necessidades, para a capacitação continuada dos Conselheiros Municipais; Orientar os CMAS para que esses acompanhem a implementação da política de capacitação em âmbito municipal; Divulgar junto aos CMAS os instrumentos de informação para a gestão e o controle da Assistência Social; Assessorar e orientar os CMAS sobre o debate acerca da adequação da lei de criação baseando-se na Resolução CNAS no 237/2006 que aponta 'Diretrizes para a estruturação, reformulação e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social' e demais orientações repassadas pelo CNAS'; Orientar os CMAS quanto à estrutura organizacional (do Colegiado e Secretaria-Executiva); Orientar aos CMAS sobre as representações governamentais e da Sociedade Civil, destacando a participação e protagonismo dos usuários na construção e controle do SUAS; Acompanhar os CMAS sob a ótica do cumprimento de suas competências e atribuições precípuas, bem como as conquistas relacionadas à infraestrutura adequada para o bom

funcionamento; Desenvolver ações, em interface com a Comissão de Normas para orientar os CMAS quanto à adequação às normas, tendo em vista atender as questões apontadas nos relatórios de fiscalização do sorteio público da Controladoria Geral da União — CGU; Propor e zelar pelo estabelecimento de um fluxo de informações junto às demais Comissões Temáticas, considerando as atribuições da cada, tendo em vista subsidiar o atendimento das demandas dos CMAS. É imprescindível que a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos proponha ações para potencializar a interlocução entre os outros Conselhos de Política e de Defesa de Direitos, tendo em vista propor debates, ações e deliberações conjuntas.

4. Assessoria técnica / Secretaria-Executiva da Comissão. Os CEAS devem contar com uma Secretaria-Executiva - SE, que é a unidade de apoio para o seu funcionamento, tendo por objetivo assessorar as reuniões do Colegiado e divulgar suas deliberações, devendo contar com pessoal de apoio técnico e administrativo. Desta forma, cabe a essa equipe apoiar o Conselho nos procedimentos administrativos internos, inclusive com a elaboração de atas e memórias das reuniões, conforme orienta o art. 15 da Resolução CNAS nº 237/2006. Vale destacar que a Secretaria-Executiva é estratégica para o funcionamento dos Conselhos de Assistência Social. A garantia dessa estrutura é fundamental para: 1) que as informações sejam transmitidas a todos os Conselheiros, como cópia de documentos e prazos a serem cumpridos; 2) Registro das reuniões do Plenário (atas) e manter a documentação atualizada; 3) Publicação das decisões/resoluções no Diário Oficial; 4) Manter os Conselheiros informados das reuniões e da pauta, inclusive das Comissões Temáticas; 5) Organizar e zelar pelos registros das reuniões e demais documentos do Conselho e torná-los acessíveis aos Conselheiros e à sociedade. A função da Secretaria-Executiva - SE, porém, não se resume a organização das rotinas administrativas do Conselho, mas principalmente na tarefa de subsidiar, assessorar, levantar e sistematizar as informações que permitam à Presidência, ao Colegiado, Comissões e Grupos de Trabalhos tomarem decisões. Além disto, compete à (ao) Secretária-Executiva coordenar, supervisionar, dirigir a equipe e estabelecer os planos de trabalho da Secretaria-Executiva e relatórios de atividades do Conselho. Ressalta-se que essas atribuições e competências devem estar dispostas no Regimento Interno do Conselho, tendo em vista disciplinar o ato dessa equipe de assessoramento. Com o intuito de subsidiar as ações para o fortalecimento dos CMAS desta Comissão, orienta-se que a Secretaria-Executiva lhe ofereça suporte técnico e operacional. Dentre as suas atividades destacamos: Assessorar a Comissão para discussão de matérias afetas à sua área de competência; Realizar estudos que visem subsidiar o CNAS no acompanhamento do SUAS; Orientar os Conselhos da Assistência Social para que cumpram suas funções de caráter deliberativo do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, permanente e de composição paritária, conforme art. 16 da LOAS; Propor ações para potencializar a relação entre os Conselhos da Assistência Social, com outros Conselhos setoriais de políticas de direitos, com as Comissões Intergestores e com os Poderes Constituídos; Responder às demandas acerca das questões afetas à comissão; Divulgar junto aos CAS, aos Conselhos de Políticas e de Defesa de Direitos, Fóruns da Assistência Social, Frentes Parlamentares Estaduais e COEGEMAS as pautas, deliberações e ações do CEAS; Propor a realização de estudos e desenvolver ações para auxiliar a Comissão no cumprimento de suas atribuições; Divulgar e orientar os

CMAS sobre os aplicativos da Rede SUAS tais como CAD/SUAS e Censo, para informações sobre a gestão e o controle do SUAS e a atualização dos dados dos conselhos; Atualizar as informações acerca da existência e cadastro de Fóruns Municipais da Assistência Social; Acompanhar as pautas dos demais Conselhos de Políticas e de defesa de direitos para, posterior, informes na Comissão e/ou repasse as outras coordenações do CNAS; Manter atualizado o banco de dados dos CMAS; Acompanhar o período de gestão dos CAS para atualizar dados e orientar quanto à nova eleição da Sociedade Civil; Preparar relatórios semestrais acerca dos trabalhos realizados pela Comissão; Acompanhar a pauta da Comissão Intergestora Bipartite e repassá-la aos Conselhos Municipais". O senhor Presidente indagou se havia alguma observação, considerando aprovado o documento, parabenizando a Comissão e a Secretaria pelo mesmo. O Conselheiro Renato de Paula informou que a Comissão de Conselhos havia revisto sua agenda dentro do encaminhamento de que na reunião de cada mês fosse revisado o mês seguinte. A Conselheira Leila ponderou ser interessante colocar nesse relato os oito Conselhos que haviam respondido à consulta sobre a Resolução 16. Com relação ao item 2.3.2., encontrava que a Comissão de Conselhos deveria criar um instrumento bem sintético de planejamento, encaminhar aos Conselhos Estaduais e solicitar seus planejamentos para ver se estavam incluídas as principais atividades a serem desenvolvidas por esse Conselho, com análise pela Comissão de Conselhos, sendo um encaminhamento para os Estados e outro uma proposta para a Comissão de Conselhos. O senhor Presidente considerou aprovado o Item 2. No Item 3, a Conselheira Leila ponderou sobre o papel do Conselho nos Estados e, conforme consultas ao jurídico, que não tinha nenhum poder de ação em relação às situações que aconteciam nos estados, questionando qual seria, efetivamente o papel do CNAS nessa relação. Item 4. A Conselheira Simone destacou a importância da Secretaria-Executiva, sugerindo à CIT para incluir na pauta a criação de estratégias para garantir a dotação orçamentária destinadas aos gastos de hospedagem e alimentação de Conselheiros, falando sobre a estratégia que já havia sido definida e os recursos do IGD para o controle social. Observou que a portaria do ano passado vigoraria nesse ano, tendo que se estabelecer que o CNAS e a Comissão de Conselhos orientariam os Conselhos Municipais de Assistência Social para essa fiscalização do financiamento, além de controlar a inclusão familiar. Destacou que havia que implantar o IGD/SUAS, falando sobre as ações do SUAS e o que se poderia fazer com relação a um indicador do controle social e sua finalidade. Ponderou que contavam com um instrumento poderoso e que era um incentivo ao controle social, incorporado dentro do próprio IGD, sobre o que deveria pensar, podendo ser um grande incentivador de organização das Secretarias-Executivas. Destacou que existiam instrumentos, faltando orientar, capacitar e dar suporte para os Conselhos Municipais e Estaduais também terem condições de ter melhores estruturas. O Conselheiro Renato de Paula complementou a proposta da Conselheira Simone, observando a necessidade de orientações aos estados sobre o IGD e a aplicação dos recursos na qualificação do controle social, manifestando dúvidas se o recurso chegava realmente aos Conselhos. O Conselheiro Renato de Paula concordou com as sugestões, sendo compatível com o plano de acompanhamento da Comissão. Em não havendo mais nenhuma colocação, o senhor presidente considerou acatado o item 4.

Item 5. A Conselheira Leila indicou o item 5.1, sugerindo fosse acrescentado mais um anexo que permitisse aos Conselhos Municipais conhecer como inscrever os programas das entidades que não eram da Assistência Social, mas que eram preponderantes, com um documento oficial sobre essa inscrição. Esclareceu que essa questão estava na pauta de abril, tendo até 19 de maio para aprovação. A Conselheira Simone informou ter sido enviado para a SNAS uma resolução do CMAS de São Paulo, onde coordenavam o sistema municipal de Assistência Social à luz da tipificação nacional dos serviços, do sistema municipal de Assistência Social, informando a divulgação de experiências de alguns Conselhos. Citou o Conselho de São Paulo, estando em estudo a proposta que haviam feito, originando uma nota técnica, encaminhando ao CNAS para informação e dando um retorno ao Conselho Municipal. O Conselheiro Clodoaldo informou que na pauta da Comissão para abril, havia sido levantada a necessidade de se discutir as entidades religiosas, com algumas se caracterizando como entidades e organizações de Assistência Social, esclarecendo como havia ficado determinada essa inscrição. O Conselheiro Renato de Paula reputou como muito importante para a Comissão as contribuições da Conselheira Leila, ressaltando as críticas feitas pelo Pleno na reunião anterior durante o relato da Comissão com relação à sua agenda, que era muito extensa. Ponderou que na última reunião do Grupo não haviam se sentido à vontade para discutir profundamente o anexo da Resolução 16 sobre a inscrição desses programas, o qual estava pautado como ponto prioritário na discussão de abril. A Conselheira Leila solicitou permissão para participar dessa discussão na reunião da Comissão. O Conselheiro Renato de Paula ponderou que o Conselheiro Clodoaldo havia indicado um problema dos que a Comissão havia levantado, existindo vários outros, sendo deliberado pelo aprofundamento dessa discussão sobre a tipificação. A Conselheira Simone ponderou que após essa discussão, trariam uma proposta para uma resolução, de como o Conselho Nacional, através da Comissão de Normas, fiscalizaria todas as questões afetas às entidades, da inscrição, do vínculo SUAS e o certificado. Sugeriu que todas as discussões sobre entidades deveriam ser feitas na Comissão de Normas, considerando o grande volume de trabalho da Comissão de Conselhos. O Conselheiro Clodoaldo encontrava que a realização de uma reunião conjunta entre as duas Comissões seria o melhor caminho, esclarecendo que quando havia sido tratada a questão da Resolução 16, não estava associada à questão das entidades religiosas. Que esse ponto deveria ficar claro e ser colocado de uma maneira mais objetiva nessa pauta, considerando a delicada situação que essas entidades se encontravam. O Conselheiro Renato de Paula, como encaminhamento, sugeriu elencar todos os pontos levantados relativos aos serviços, programas, projetos e benefícios das entidades para se fazer esse anexo. A seguir, o senhor presidente considerou aprovado o relato da Comissão de Conselhos. O senhor Presidente solicitou a leitura da nota redigida sobre os cortes realizados: *“Nota sobre o orçamento da Assistência Social 2011. O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, instituído pela LOAS, Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1992, como órgão de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é composto por 18 (dezoito) membros e respectivos suplentes, cujos nomes são indicados ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de*

Assistência Social, de acordo com os critérios legais. A nossa missão é promover o controle social sobre a Política Pública de Assistência Social, contribuindo para o seu permanente aprimoramento em consonância com as necessidades da população brasileira. Como desafios a serem enfrentados por este Conselho estão o fortalecimento do exercício do controle social da Política Pública de Assistência Social nas três esferas de governo; a contribuição para a consolidação do SUAS no país e a defesa dos recursos para o Financiamento da Política Pública de Assistência Social. No dia 1º de março de 2011, este Conselho tomou conhecimento dos decretos e portarias sobre a programação orçamentária e financeira para o exercício de 2011, e servimo-nos do presente instrumento para nos manifestarmos contrários aos limites orçamentários para a Assistência Social estabelecidos no Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelecer o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias e passagens e locomoção no exercício de 2011. Neste sentido, o CNAS solicita informações e esclarecimentos urgentes em relação às diferenças observadas e seu impacto na execução dos serviços socioassistenciais planejados para o fortalecimento de usuários da Assistência Social. Apresentamo-nos contrários às alterações orçamentárias conforme aprovado pelo CNAS e as estabelecidas nos Decretos impactando negativamente na gestão e a garantia de serviços. Frente aos valores constantes na Resolução CNAS nº 25/2010, apresentados e os apresentados na proposta orçamentária do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome encaminhado ao Congresso Nacional, constatam-se significativas diferenças de redução de valores destinados aos serviços da Rede Socioassistencial, fragilizando a proteção social devida pela Política de Assistência Social. Neste sentido, solicita a recomposição do orçamento para os valores de diárias e passagens, com o fim de garantir seu pleno funcionamento quanto às reuniões ordinárias, a participação deste Conselho nas Conferências Estaduais e Municipais, bem como a realização da Conferência Nacional e demais participações conforme planejamento. Propõe que seja desenvolvida a autonomia do Conselho Nacional, no que diz respeito à execução orçamentária e financeira, historicamente conquistada (discussão da Portaria MDS nº 77, de 11 de março de 2011). Diante do acima exposto, e do compromisso nacional de erradicação da pobreza extrema no país e das responsabilidades deste órgão colegiado, reivindicamos que sejam garantidos os recursos orçamentários e financeiros necessários a continuidade da Política Nacional de Assistência Social, bem como ao funcionamento regular do Conselho Nacional de Assistência Social.” O Conselheiro Clodoaldo sugeriu no final do texto, na primeira página, “neste sentido solicita”, encontrando que teriam que solicitar, na verdade, primeiramente esse compromisso nacional da erradicação da pobreza, garantindo recursos orçamentários e financeiros necessários à continuidade da Política, e depois solicitar os recursos do Conselho Nacional. O senhor Presidente indicou a segunda página, “com o fim de garantir o seu pleno planejamento, com a participação deste Conselho nas reuniões Estaduais”, sugerindo a inclusão da agenda do encontro dos trabalhadores. Que gostaria de suprimir o termo “propõe” e se colocar entre parênteses a Resolução 77, e depois, “comprometida pela Resolução”. A Conselheira Leila ponderou que o Conselho deveria solicitar que lhe fosse devolvido a sua autonomia,

por ser um princípio seu. Observou que não deveria ser uma nota, mas sim um manifesto do CNAS sobre o orçamento da Assistência Social para 2011. O Conselheiro Pedro Ost destacou que essa solicitação de recomposição do orçamento deveria ser mais forte, não querendo apenas recompor o orçamento das diárias e passagens, mas tudo o que haviam perdido. A Conselheira Leila sugeriu *“solicito a recomposição e a expansão do orçamento para a política de Assistência Social e, do CNAS”*, com o Conselheiro Pedro Ost complementando, *“nos moldes da Resolução 25/2010”*. O senhor Presidente observou que esse documento tratava do Decreto e dos corte, com a expansão não cabendo nesse momento. O Conselheiro Antônio Castro sugeriu que no 3º §, que começava: *“no dia 1º de março de 2011, este Conselho tomou conhecimento dos Decretos e Portarias”* sendo mais de uma dessas normas. Que lhe havia incomodado a repetição da expressão programação orçamentária e financeira, podendo se pensar em outra redação, sendo que no parágrafo seguinte, o CNAS solicitava informações e esclarecimentos urgentes em relação às diferenças observadas, não tendo se falado em nenhum momento sobre as mesmas. Que se apresentavam contrários às informações orçamentárias, conforme aprovado pelo CNAS, e estabelecido nos Decretos, com o termo *“conforme”*, estando mal encaixado, sendo que *“somos contrários às alterações orçamentárias, conforme o CNAS apresentou”*, dizia que o CNAS era contra essas alterações. Observou que aparecia o termo *“solicita”*, colocando ao final da nota, *“neste sentido, a plenária do CNAS solicita...”*, mencionando o que estaria sendo solicitado, finalizando com a questão da devolução da autonomia. O senhor presidente observou que seriam pequenos ajustes feitos posteriormente, considerando aprovada a nota. Observou que boa parte dos presentes continuariam o trabalho na Oficina dos Trabalhadores, solicitando registro dos convidados que haviam chegado após a indicação anterior: Carlos Nambu, Rede Salesiana de Apoio Social de São Paulo; Geraldo Salvador de Souza, Instituto Viva Melhor de São Paulo; Margareth Dallaruvera, FENAS; Branca Lessa, FENAS; Marizete Lage, CEAS/RJ; Monica, Conselho Federal de Psicologia; Márcia Helena, Advogada da OAB/SP, Deise Aparecida, SE do CAS/DF. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata, aprovada em reunião de de de dois mil e onze.